ALINE KADOOKA

A INQUISIÇÃO VIRTUAL:
Um estudo sobre a moralidade nos sites de redes sociais

ASSIS
2019

ALINE KADOOKA

A INQUISIÇÃO VIRTUAL:
Um estudo sobre a moralidade nos sites de redes sociais

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Doutora em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientador(a): Drª Rita Melissa Lepre

Bolsista:Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

ASSIS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Vânia Aparecida Marques Favato - CRB 8/3301

Kadooka, Aline
K11i A Inquisição virtual: um estudo sobre a moralidade nos sites de redes sociais / Aline Kadooka. Assis, 2019.
188 f. : il.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientadora: Profa. Dra. Rita Melissa Lepre

1. Netnografia. 2. Facebook (Recursos eletronicos). 3. Redes sociais. 4. Ética. 5. Justiça. I. Título.

CDD 659.13

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: **A INQUISIÇÃO VIRTUAL: um estudo sobre a moralidade nos sites de redes sociais**

Faculdade de Ciências e Letras
Seção Técnica de Pós-graduação
UNESP - Câmpus Assis

AUTORA: ALINE KADOOKA
ORIENTADORA: RITA MELISSA LEPRE

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em PSICOLOGIA, área: Psicologia e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. RITA MELISSA LEPRE
Departamento de Educação / UNESP / Bauru

Profa. Dra. MARIA LAURA NOGUEIRA PIRES
UNESP / Assis

Prof. Dr. RAUL ARAGÃO MARTINS
Departamento de Educação / UNESP / Marília

Prof. Dr. ANTONIO FRANCISCO MARQUES
Depto. de Educação / UNESP/Bauru

Profa. Dra. LUCIANE GUIMARÃES BATISTELLA BIANCHINI
UNOPAR / Londrina

Assis, 29 de julho de 2019

Dedico este trabalho
Ao meu amor, Vítor; a minha família, ao Pedro e a Dalva, por todo apoio e amor incondicionais.
A querida Laurinha por me inspirar e me trazer até aqui.

AGRADECIMENTOS

Enfim, chega o momento de refletir sobre o final de mais um percurso que está prestes a se findar. Junto com ele a certeza de ter enfrentado um turbilhão de desafios, dificuldades e superações, além da contemplação de sair uma pessoa melhor e bem diferente da que começou essa pesquisa. No entanto, como eu teria chegado até aqui se não fosse o apoio, a ajuda, amor e carinho de todos aqueles que me acompanharam? Seria impossível.

Nessa pesquisa deparei-me com a propagação de ódio, intolerância e desconsideração com o bem-estar alheio, mas não saio contaminada por esses sentimentos. Sinto uma extrema alegria e gratidão por ter a sorte de estar rodeada de pessoas que ecoam muito amor, respeito e compreensão.

Além disso, sou extremamente feliz por encontrar o amor da minha vida, Vítor. Ele me completa de tantas formas; somos, ao mesmo tempo, muito iguais e tão diferentes. Formamos a combinação perfeita, a dose exata e temos uma vida inteira de realizações e conquistas pela frente. Muito obrigada por seu doce amor e por toda ternura e segurança que me passa em seus braços.

Agradeço a minha orientadora Rita Melissa Lepre, pela grande dedicação, profissionalismo e amizade. Além dos horários impróprios, feriados, sextas e domingos que te chamei.

Agradeço a minha família por não me abandonar nunca e me fornecer toda a base para o que sou hoje. Em especial, ao meu pai por me transmitir tanta sabedoria e ensinamentos, a minha mãe por ser sempre tão forte e a mulher que mais amo e admiro no mundo, ao meu irmão por ser meu porto seguro e o meu melhor amigo, à Renata (Cu) por me ensinar a lutar e nunca desistir; a minha irmã pelos incontáveis puxões de orelha e risadas, à Camila e Gabi por me ensinarem uma forma de amar que nunca imaginei existir e ao Massami.

Aos meus sogros, Pedro e Dalva por todo apoio e suporte. Serei eternamente grata por serem sempre tão gentis, carinhosos e cuidadosos comigo. Sei que sou abençoada por poder compartilhar uma vida com vocês.

Aos meus padrinhos, Chafi e Aparecida Helena, que desde muito cedo participaram e contribuíram para a minha formação.

A querida Laurinha, com o coração grandão e com tanta sabedoria para transmitir. Gostaria de ter aproveitado mais os momentos que partilhei com você. Sinto tanta falta! Não existe professora que eu admire mais. Sou sua fã número um. Você é a pessoa na qual eu me inspiro e que almejo me tornar. Obrigada por fazer parte da minha vida.

Ao Tommy, Mel e Lorenzo que deixaram um vazio em meu coração.

Aos meus amados sobrinhos, Kenzo, Enzo, Enrico, Aika, Naomi e Afrodite.

À Koretsugo e Tamae Kadooka e; Eiichi e Helena Horita.

A todos os meus tios, tias, primos e primas por me ensinarem valores, tais como, respeito, solidariedade, união, compaixão, honestidade e tantos outros. Morro de saudade das férias escolares que partilhávamos quando eu era criança.

À Ticiane, Anelise, Eliana e João. Por serem preciosos amigos e estarem sempre ao meu lado durante os anos mais difíceis da faculdade.

À Cíntia, Lígia e tia Rosinha pela amizade de longa data, confiança, dedicação e carinho.

Ao Alex, Ellen e aos meus queridos sobrinhos Antônio e João.

À Professora Luciane Batistella Bianchini pelos norteamentos em minha qualificação e a gentileza e prontidão para contribuir em minha defesa.

Aos professores Antônio Marques, Raul Aragão Martins e pelas inestimáveis contribuições e apontamentos.

À professora Flávia Murbach por atender ao meu pedido gentilmente.

Ao professor Dr. Leonardo Lemos de Souza por sua dedicação, esforço, disponibilidade e também por sempre dar o melhor de si em prol do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da UNESP-Assis.

À Vania Favato por sua gentil colaboração na edição da ficha catalográfica dessa dissertação.

Ao pessoal da Seção de Pós-graduação UNESP-Assis por todo o apoio prestado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 33004048021D-7.

Quando tiver que escolher entre estar certo e ser gentil, escolha ser gentil.

“Extraordinário” o Filme.

KADOOKA, Aline. **A INQUISIÇÃO VIRTUAL: Um estudo sobre a moralidade nos sites de redes sociais**. 2019. 184 f. Tese (Doutorado em Psicologia). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019.

RESUMO

Os Sites de Redes Sociais são grandes dinamizadores do fluxo de informação e interconexões entre pessoas. Eles favorecem a construção e a produção de discursos que manifestam as múltiplas "verdades" sociais e suas representações. Além disso, são espaços complexos que estimulam o debate, geram ou desoprimem as tensões e, sobretudo, trazem os discursos sociais que refletem os valores e a moral de seus participantes. Nos Sites de Redes Sociais o ideal admitido é a liberdade e, portanto, os usuários tendem a avaliar e julgar a ação dos demais e vão além, aplicam sanções que bem entendem. O objetivo geral da pesquisa foi verificar e analisar como algumas questões relativas à moralidade apareceram nas publicações dos usuários e moldaram as suas ações dentro do Facebook. Temos como justificativa a necessidade de estudos que explorem a moralidade "virtual" dos participantes e apresentem programas e estratégias que promovam o uso consciente e responsável. Para tanto utilizamos como metodologia a netnografia. Ela consiste em uma pesquisa observacional participante, pois permite que o pesquisador adentre no universo que estuda por um determinado tempo, utilizando-se além das ferramentas próprias do Facebook, o diário de campo. Para cumprir com objetivos acessamos a plataforma diariamente durante o período de Junho de 2017 à Agosto de 2018, em busca de casos que causavam grande indignação nos usuários e eram as mais polêmicas da época. Além disso, elas deveriam tratar de questões relativas à moral, tais como: justiça, roubos, mentira, cooperação, altruísmo. Sabemos que o sentimento de indignação advém quando o expectador desaprova uma ação que considera ferir um bem moral e; reconhece em si um valor e, portanto, preceitua que o outro também deva seguir os mesmos fundamentos. No total acompanhamos trinta e cinco casos com diversos assuntos (violência, roubo, desonestidade, racismo, homofobia, misoginia). Como resultado, nos deparamos com a difusão da ideia da eficiência do Facebook como espaço mediador e ferramenta para a resolução de conflitos. De um lado, alguém motivado pelo desejo de justiça, pelo sentimento confortante de saber que há um canal que lhe dará voz e o fará ser ouvido e apoiado por iguais. Do outro, os que foram escolhidos como alvos e sentiram o pavor, a vergonha, o medo e a insignificância. Os usuários das redes sociais são ávidos por reivindicar atitudes exemplares dos outros membros, contudo, agem de maneira contrária. Talvez, tal atitude seja fruto de uma confusão entre ser moral e ser moralista. Não é propósito, do estudo, porém culpabilizar os SRSs e nem propor a adoção de atitudes coercitivas que promovam o controle e o medo, pois isso seria a proposta de um estudo moralista. Acreditamos, entretanto, na eficiência da criação de estratégias e ações que visem à educação e o esclarecimento dos usuários como uma atitude para desenvolver além de uma consciência solidária e responsável, uma cidadania digital.

Palavras-chave: Sites de Redes Sociais. *Facebook*. Moralidade. Justiça.

KADOOKA, Aline. **THE VIRTUAL INQUISITION: A study on morality in social networking sites.** 2019.184s.Thesis (Doctorate in Psychology). São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2019.

ABSTRACT

Social Networking Sites are great dynamizers of the flow of information and interconnections between people. They favor a construction and production of discourses that manifest as multiple "truths" and their representations. In addition, they are spaces that stimulate debate, generate or unfavor the tendencies and, above, bring social discourses that reflect the values and a moral of its participants. In Social Networking Sites the ideal is freedom, and therefore users tend to evaluate and judge an action of others and go beyond the attention that is understood. The purpose of the research was identified and shown as some issues related to morality. Studies justifying studies that explore a "virtual" morality and participate in programs and strategies that promote conscious and responsible use. For such use as a netnography network. It consists of a participatory observational survey, because it allows you to search in a universe that has a fixed rhythm, using the own tools of Facebook, the field diary. The date in the case of annual data to 2017 June of 2018, in the case of the case in the case of big data in the users are the greater data in time. In addition, they can be moral issues, such as: justice, robberies, lies, cooperation, altruism. We know that the feeling of indignation comes when the spectator disapproves of an action that considers a moral good and; in itself a value, and therefore what must be done must also follow the same foundations. Not accompanying the accompaniments (violence, theft, dishonesty, racism, homophobia, misogyny). As a result, we come across an idea of Facebook's effectiveness as a mediator and a tool for conflict resolution. On the one hand, someone motivated by the desire for justice, by the feeling of knowing if there is a channel that makes him the voice and the eye is heard and supported equally. On the other, those who were chosen as targets and felt the taste, a shame, fear and insignificance. Social networking users are avoided for claiming exemplary attitudes from other members, yet they act in a contrary way. Maybe it's a woman's mistake between morality and being a moralist. The objective of study is the objective of study attitudes of co-activitarian or promo- and control of the evaluation of the evaluation of the behavior of the evaluation of moral study. We believe, therefore, in the efficiency of the creation of strategies and actions that aim at the education and the enlightenment of the users as an attitude towards the development besides a conscience of solidarity and responsible, a digital citizenship.

KEYWORDS: Social Networking Sites. Facebook. Morality Justice.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Dados sobre a Internet e os SRSs no Brasil (2018) 59
Figura 2 – Contextualização do desenvolvimento da Internet e dos Sites de Redes Sociais (1969 a 2011) 65
Figura 3 – O *Facebook* em números (Abr.2004 a Abr.2018) 71
Figura 4 – As cinco etapas da Netnografia 105
Quadro 5 - Resumo de todos os casos acompanhados 114
Figura 6 - Os dez assuntos mais polêmicos do estudo 122
Figura 7 – Gráfico do caso Ladrão, Vacilão – Primeiro episódio 127
Figura 8 – As três publicações mais curtidas: 128
Figura 9 – Ladrão, Vacilão e Reincidente 130
Figura 10 – Opinião sobre a reincidência do roubo 131
Figura 11 – Visão dos usuários sobre possíveis sanções à mulher 134
Figura 12 – Comentários contrários a atitude de quem fez o vídeo e a postagem 135
Figura 13 – Estratégias para localizar a culpada 136
Figura 14 – Nuvem de Palavras Caso do Cachorro 137
Figura 15 – Postagem sobre suposto pedófilo 140
Figura 16 – Resposta de um usuário às ofensas recebidas nos SRSs 142
Figura 17 – Estratégias utilizadas pelos usuários nos SRSs 145
Figura 18 – Método 1-Resumido e Completo: Ritual de Justiça Comercial no Facebook 150
Figura 19 – Postagem pedindo ajuda para os membros do grupo após comprar produto com defeito 152
Figura 20 – A punição sugerida pelos membros que participam da Técnica de Justiça Comercial no Facebook 153
Figura 21 – Membros enviam mensagens particulares para o vendedor e para a mãe dele 154
Figura 22 – Impasse resolvido 155
Figura 23 – Método 2: Ritual de Justiça Punitiva dos Sites de Redes Socias 156
Figura 24 – Esquematização de um Programa de Desenvolvimento de Cidadania Digital. 160

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 21
CAPÍTULO 1.Sobre o Desenvolvimento Moral 27
1.1 A visão de Justiça de acordo com autores Contemporâneos 44
CAPÍTULO 2.Tecnologias, Internet e os Sites de Redes Sociais 54
2.1 O surgimento da Internet 55
2.2 O surgimento dos Sites de Redes Sociais 60
2.2.1 O Facebook 66
2.3 O Ciberespaço 72
CAPÍTULO 3. A Moralidade e os Sites de Redes Sociais 84
3.1 As novas tecnologias e os Nativos Digitais: as implicações no desenvolvimento moral infanto-juvenil. 89
CAPÍTULO 4.Metodologia 102
4.1 Procedimento netnográfico ou de exploração virtual do campo de pesquisa 104
4.2 Instrumento 107
4.3 Sujeitos ..... **Erro! Indicador não definido.**
4.4 Critérios de inclusão 108
4.5 Aspectos Éticos 108
4.6 Riscos 110
4.7 Análise de dados 110
CAPÍTULO 5. Análise e Discussão dos Dados 113
5.1 Todos os casos acompanhados 114
5.2 Os 10 assuntos mais polêmicos da pesquisa (Trending Topics) 121
5.3 Os três temas pertinentes à moral 126
5.3.1 O Roubo – Caso “Ladrão, Vacilão” 126
5.3.2 A Violência – Caso da mulher passeia na praia com o cão queimando as patas 132
5.3.3 A Justiça – A poderosa ferramenta de Controle Social nos SRSs 138
5.4 Os SRSs como ferramentas de Resolução de Conflitos e Controle Social. 143
5.4.1 As Estratégias adotadas pelos usuários nos SRSs para potencializar as publicações 144

5.4.2 As Metodologias: A emergência de duas formas de realizar a justiça nos Sites de Redes Sociais – Uma apresentação 149
CAPÍTULO 6.Considerações Finais 162
REFERÊNCIAS 173
ANEXO 184

Apresentação



Fonte: Avatar criado pelo próprio autor em https://www.faceyourmanga.com/

Tudo tem um começo, uma motivação ou uma explicação para acontecer. Com essa tese também não foi diferente, eu escolhi o tema ou ele será que me escolheu? Contar um pouco sobre a minha história e os caminhos que percorri para chegar até aqui mostra todas as marcas que certos acontecimentos deixaram na minha vida e me trouxeram até esse ponto.

Nasci em 1985 e a internet, tal como a conhecemos atualmente surgiu por volta de 1989. No entanto, demorou bastante tempo para que nos encontrássemos. Filha e membro de uma família composta por comerciantes passei a maior parte da minha vida dentro de uma loja. De acordo com a minha mãe, com apenas 07 dias de idade já dormia no balcão do caixa.

Sempre fui uma criança quieta e tímida, tinha poucos amigos e praticamente só saia nos finais de semana para ir pescar com os meus pais, pois nos dias da semana eu saia da escola e ia direto para a loja. Eu amava... Mas durante a adolescência, no auge dos meus 12 anos, meu pai comprou um computador e aos poucos a internet foi se infiltrando na minha vida.

Gradualmente fui parando de acompanhar meus pais na pescaria, pois passava o tempo “navegando em outras águas”. Aliás, nessa época a internet ainda era discada e a determinação da assinatura paga tinha relação com a quantidade de minutos que você permanecia conectado. Além do custo por tempo de uso, tínhamos que enfrentar o inconveniente de ficar com o telefone ocupado e nessa época o celular ainda não era um item comum. Por todos esses fatores, os pais geralmente controlavam mais a utilização da internet do que atualmente.

Eu usava a web nos dias de semana somente à noite, pois permanecia o dia todo na loja, e vejam porque parei de querer acompanhar as meus pais na pesca, a internet nos finais de semana era cobrada não pelo tempo utilizado, mas apenas pela quantidade de discagem que era feita, ou seja, se a internet não caísse, era cobrado um pulso só. Na época, não fazia muita coisa, apenas entrava no bate-papo do UOL, do *MIRC* e pesquisava algumas coisas no Cadê.

Acabei me distanciando da família e no ano seguinte a minha melhor amiga de escola se mudou para a Assis-SP. Sorte que eu tinha a internet e passei a frequentar salas de bate-papo de Assis para saber mais sobre a cidade e conhecer as pessoas que moravam na cidade. Não tinha a menor ideia de onde ela ficava no mapa, mas tinha o conhecimento de que era ela bem longe da minha cidade natal.

Fiz muitas amizades em Assis pela internet, mas uma foi muito especial e passei muitos anos conversando pelo *ICQ* com aquela pessoa.

Lembro-me de que na época, as pessoas comentavam sobre os riscos que a internet trazia aos jovens e um deles era o encontro presencial com aqueles que não conhecíamos pessoalmente. Ouvíamos diversos casos de pessoas que mentiam sobre sua identidade na internet e quando ocorria o encontro pessoal, era aquela decepção.

Às vezes eu mentia a idade, a minha descrição física e nunca mandava uma foto para ninguém. Meus pais falavam que era perigoso. É claro que não foi o caso com essa amiga, mas sei que por um bom tempo, eu nem sequer imaginava como era o seu rosto.

Não sei se é apenas uma impressão, mas os jovens daquele tempo não eram tão inclinados a falar toda a verdade sobre si. Para sair da sala de bate-papo e passar o número do *ICQ era* um longo caminho, pelo menos para mim.

Correspondíamo-nos não só pelo *ICQ*, mas por cartas também. Em dias de semana só nós falávamos depois das 21hs, pois o pulso era mais barato.

Era engraçado, pois ela tinha uma irmã e seu tempo era estipulado e depois tinha que ceder a vez. No final do colegial combinamos de nos encontrar, ou seja, conversamos por quatro anos. Íamos prestar um vestibular em Londrina e decidimos que iríamos juntas. Até então nunca a tinha visto pessoalmente, mas não tive nem um pingo de medo e nem meus pais. Peguei um ônibus e fui me encontrar com ela e sua família. No começo estranhamos, ficamos um pouco tímidas, mas passou.

Prestei concursos e passei em Psicologia na UNESP de Assis. Vim morar na cidade e não tive que enfrentar a dificuldade de estar sozinha em uma cidade de desconhecidos. O pai dessa amiga da internet tinha um pensionato e fui morar lá. Eles praticamente viraram a minha segunda família. Ela também passou no vestibular e foi morar no Rio de Janeiro.

Acabamos nos distanciando um pouco, pois eu não tinha internet no pensionato. Quando era necessário tinha que ir até uma *Lan-House* e não era nem um pouco prático.

Ganhei meu primeiro celular, pois ia morar “sozinha” e meus pais queriam que eu ligasse caso acontecesse qualquer coisa, sentiam-se mais seguros sabendo que poderiam falar comigo a qualquer hora.

O *ICQ* desapareceu antes mesmo que eu terminasse a faculdade. Nesse período surgiram os sites de relacionamento e o Orkut foi a minha primeira experiência nesse tipo de plataforma, acho que inclusive criei a minha conta em uma *Lan-House* de Assis. Durante a minha graduação ele foi sensação, eu tinha um perfil com o meu nome e não mais um *nickname,* não mentia mais sobre os meus dados e a minha foto estava lá para todos que eu adicionava.

Sempre que conhecia alguém pessoalmente a procurava no Orkut e a adicionava a minha lista de amigos. Essa lista foi cresceu bastante, eu tinha a sensação de conhecer muitas pessoas, mas na verdade trocava depoimentos e scraps apenas com umas 10 pessoas.

Presenciei a esvaziamento progressivo do *Orkut* e a migração dos usuários para o *Facebook*. Recebi o convite para entrar nessa nova plataforma social de uma prima que morava nos Estados Unidos. A minha conta ficou por muito tempo sem postagens, passei a ter medo de me expor nas redes, não gostava que todos soubessem sobre a minha vida. Meu status de relacionamento era “solteira” e tinha vergonha disso. Também não sentia confortável de tirar fotos minhas e muito menos postá-las.

Lembro-me que estava em uma reunião de estágio, quando uma professora trouxe uma revista que anunciava o *Twitter* e explicava como ele funcionava. Rimos bastante ao imaginar as possíveis postagens: #acordei, #nobanheiro, #rindonareuniãodeestágio. Discutimos que não era possível que o *Twitter* fizesse sucesso e alcançasse milhões de adeptos, afinal quem desejaria saber cada passo que o outro dá? Ter uma espécie de diário virtual que todos poderiam ver? Nunca! Meu diário na adolescência ficava escondido e minha agenda eletrônica tinha senha.

Bom, acho que nos enganamos e muito! Sabe qual é o número de usuários ativos do *Twitter* atualmente? 336 milhões!

Eu ainda continuava sem internet em casa, mas utilizava muito o sms do celular. Eu tinha um pacote de “torpedos” ilimitados e batia papo por lá. Demorei a ter internet no local que morava e não sentia tanta falta assim. Só passava de vez em quando no laboratório de informática da faculdade para dar uma olhada no e-mail, no *Orkut* e logo ia embora. No entanto, o celular estava sempre comigo.

Conheci uma professora no meu último ano de faculdade, e ela me fez enxergar a possibilidade de integrar a minha paixão por informática à psicologia. E

foi muito além, me incentivou a querer ser uma pesquisadora e me ensinou o caminho para atingir essa meta.

Mudei para um apartamento, coloquei internet no apartamento e ingressei no mestrado, da UNESP de Assis. No entanto, não conhecia a minha orientadora, ela acabara de integrar o corpo docente da pós-graduação.

Nessa época já era mais dependente da internet, usava todos os dias e quando ficava sem sentia muita falta.

Quando eu estava para terminar o mestrado, eis que um dia recebo uma mensagem no Messenger do *Facebook*, era um convite de casamento daquela minha primeira amiga de escola da 7ª série, ela estava na minha lista de amigos do "Face", no entanto não conversava com ela e nem com outras centenas de pessoas. O meu MSN vivia off-line.

O dia do casamento estava próximo e me reuni com a minha orientadora para discutir o mestrado, lembro-me de comentarmos sobre um casamento que tínhamos no final de semana, mas não achei que era possível ser a mesma pessoa, mesmo assim perguntei. Para a minha surpresa, éramos convidados da mesma pessoa. E quer saber o mais surpreendente? Essa minha amiga, não só era amiga da minha orientadora, mas também havia morado com ela durante um tempo. Impressionante, não? Eu mesmo quase não acreditei que pudesse ter acontecido. Quais eram a chances?

Milgram talvez tenha a resposta. Em 1967, ele realizou uma pesquisa sobre as redes sociais (ainda não eram virtuais) - *The Small World Problem.* Posteriormente ela ficou conhecida como a Teoria dos Seis Graus de Separação. Ele identificou por meio de uma experiência que a distância entre dois desconhecidos era no máximo de seis pessoas e foi aproximadamente esse número de pessoas que me levou até a minha orientadora.

No presente, além de ter internet em casa, passei a ser adepta ao *smartphone.* O telefone fixo caiu em desuso, as cartas de outrora foram substituídas pelos e-mails, os SMSs pelas mensagens de *Whatsapp.* Concentro todas as funções de antigamente em um único dispositivo que carrego no bolso, posso conversar, assistir seriados, ouvir música, jogar, navegar, postar, fotografar, filmar, etc. Visito o Facebook, o Instagram e o *Twitter* diariamente. Mexo no celular sempre que posso e para conseguir estudar, tenho que deixar ele no silencioso. Sabe, tenho a impressão de que quando era adolescente, não imaginava que poderia ser tão conectada

quanto sou hoje, tenho 346 amigos no Facebook, no entanto, só converso com a minha família.

Como isso pode ser possível? Essa pergunta e todos os outros acontecimentos que relatei despertaram o meu interesse em pesquisar a temática da internet e dos Sites de Redes Sociais. E o interesse pela Moralidade, de onde veio? Essa contribuição eu atribuo a minha orientadora que me apresentou esse universo temático tão amplo. Ela me proporcionou os meios para reconhecer a importância desse assunto para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

Além disso, diante dos resultados encontrados nessa pesquisa, e de uma experiência que tive no Facebook, percebo o caráter urgente de se explorar essa temática sob a ótica das relações entre as pessoas na virtualidade.

Minha vida não foi marcada apenas por boas experiências na internet. Apesar de ela ter me ajudado a encontrar pessoas maravilhosas dissolvendo a minha timidez, facilitado o contato com as pessoas distantes que tanto sinto falta e tantas outras coisas, ela também me proporcionou uma das piores experiências da minha vida.

O caso ocorreu no Facebook e envolveu o estabelecimento comercial que eu fui criada. De maneira resumida, um consumidor que não gostou de uma mercadoria, foi até a loja para realizar uma troca, porém o produto estava fora, e muito, do prazo estipulado. O cliente sentindo-se insatisfeito resolve postar a sua indignação em um grupo do Facebook denominado: “Eu não indico em Franca”. No início foi apenas uma reclamação de um consumidor insatisfeito com uma troca, no entanto os ataques foram se distanciando do propósito e culminaram numa perspectiva de ofensa pessoal com o cunho agressivo, ofensor e psicologicamente violento. Não apenas uma pessoa, mas centenas se uniram para desejar a morte, xingar, ofender, denegrir e desqualificar não só o estabelecimento, mas as pessoas da minha família. Duras críticas foram feitas à minha mãe que na época passava por uma doença grave. Com o intuito de propiciar ao leitor a chance de tirar as suas próprias conclusões, traremos alguns exemplos: “eu não sei o que esses japoneses vieram fazer no Brasil, acho que todos deveriam *morrer”; “tem que tirar essa velha daí, já tá na hora de ficar em casa”, “com essa cara de bunda, ela merece morrer”; “não merecem nem o prato de comida que comem”; “sumam logo daqui, vocês não merecem essa cidade”.*

Cada comentário doeu mais do que uma violência física, eu chorei de raiva, de tristeza e principalmente pelo sentimento de impotência. O pior de tudo foi que precisei escrever e publicar um pedido de desculpas pelo ocorrido, não pude defender a minha família e nem sequer explicar que eles estavam sendo injustos.

Minha mãe ficou destruída e chegou a cogitar a sair desse lugar que ela vivera por 38 anos. Eu vi no semblante do meu irmão uma tristeza que eu nunca havia visto antes e isso também acabou comigo... Fiquei mal por muito tempo, ainda é difícil relembrar.

Como desfecho a cliente depois de ser alertada por outro usuário que sua reclamação não estava prevista no Código de Direito do Consumidor (o direito à troca é por defeito e não por conveniência) e conseguir a troca em nossa loja, apagou a postagem.

O que posso dizer dessa experiência é que ela foi angustiante, triste, degradante e humilhante. E fico me perguntando o quanto que as coisas que acontecem na internet são passageiras. Depois desse ocorrido, mudei de opinião e digo que pelo menos para mim, não será. Fui marcada para sempre e sabe qual é o principal sentimento que carrego, além da tristeza? O medo.

Contudo, sempre acreditei que devemos tentar extrair das experiências ruins, o seu lado positivo e tenho feito essa reflexão. Essa vivência me proporcionou outra visão que não seria possível apenas pelo prisma de pesquisadora: a do “acusado” nas redes sociais virtuais. Passei a ter medo de tomar certas atitudes, mas aliado a esse sentimento, surgiu à consciência de ser prudente e respeitosa com o meu semelhante. Um desejo de preservar o bem-estar alheio, para que mais ninguém precise passar por essa experiência. E esse é o principal propósito do meu trabalho, fornecer esclarecimentos, explicações ou, ao menos, algum conhecimento que valha como referência para a criação de estratégias e/ou programas de conscientização que promovam e conscientizem as pessoas da importância de alguns valores, tais como, o respeito, cortesia, gentileza, paciência e tolerância no ambiente virtual. Algo que incite um uso mais consciente, saudável e respeitoso.

Eu acreditava e acredito no importante papel dessas tecnologias digitais para o avanço da sociedade, mas não tinha um uso tão prudente assim. Eu também era uma consumidora ávida por garantir os meus direitos e utilizava os canais virtuais para reclamar quando não estava satisfeita. No entanto, após esse ocorrido, continuo defendendo o direito a ter voz, mas penso muito mais antes de tomar

qualquer atitude. Graças a essa experiência, mesmo em ambiente virtual, procuro me colocar no lugar do outro, sempre me informar e nunca esquecer o respeito.

De bom, certamente posso dizer que mudei o meu modo de agir e pensar e tenho esperanças de que outros também possam mudar. Essa minha tese será o meu primeiro passo nessa direção.

Boa leitura!

Introdução



Fonte: Imagem adaptada pelo autor. Retira em istockphoto.com

Devido à rápida difusão da tecnologia digital nas últimas décadas do século XX somos testemunhas de uma “singularidade” ou desenvolvimento de um “novo mundo”, a “sociedade em rede”. Essas novas configurações culturais desdobraram-se em diversas consequências e fenômenos. De acordo com Baudrillard (1991) essa nova realidade proporcionada pela tecnologia moderna produziu um arrebatamento de tamanha força e escala que o sistema perdeu todo o sentido fora dessa mediação.

A convergência entre a informática, a eletrônica e os sistemas informativos proporcionaram uma revolução nos meios de comunicação. Estaríamos vivendo em uma era balizada pelo advento do multiculturalismo, das “tribos digitais”, das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), das mídias tecnológicas em geral (internet, *smartphone, tablet*, etc.) e dos Sites de Redes Sociais (SRSs).

A revolução tecnológica digital, a sofisticação dos meios de comunicação e a massificação do uso da Internet na chamada “sociedade em rede” e dos SRSs estão proporcionando modificações em diferentes âmbitos da sociedade e tem contribuído para ampliar, diversificar e fragmentar a complexidade das relações sociais. O surgimento das novas tecnologias revolucionou o universo sociocultural de modo a propiciar a emergência de um novo paradigma marcado pela volubilidade, fragmentação, mutabilidade e instabilidade das coisas. Esse novo paradigma cultural influenciaria constantemente a formação e o desenvolvimento moral, psicológico e cognitivo do homem.

Os valores sociais sofrem reflexos da globalização, dos avanços tecnológicos e do desenvolvimento da economia mundial. Tal transformação interfere na construção de valores éticos e altera, não só as relações sociais dos indivíduos, mas também promovem mudanças na moralidade contemporânea. (LIPOVETSKY,1994; LA TAILLE; MENIN, 2009).

No decurso dos tempos os padrões socioculturais alteram-se e transformam-se conforme o tempo e o espaço na qual estão inseridos. Da mesma forma sucede também com os valores sociais, éticos e morais. A velocidade e dinâmica do atual contexto, extremamente rápidos, trazem um caráter volátil e fluido para os padrões culturais vigentes, tornando assim inconstante e relativo à adoção de novos referenciais de valoração. Logo, podemos deduzir que a própria moral se transforma e adquire condição mutável e cambiante.

Para Camino, Camino e Moraes (2003), a atual conjuntura do nosso país revela um conjunto de crises políticas e econômicas, mas entrelaçada a essas, vem se desenvolvendo uma forte crise de valores morais. Acredita-se que essa crise moral é decorrente, em parte, à atual configuração do capitalismo. Esses autores buscam em Apel (1994) e Habermas (1973/2003) respostas para tal crise. De acordo com o primeiro, o capitalismo gerou progressos técnicos e científicos, porém esqueceu-se de criar uma ética compatível, fundada na cooperação e na responsabilidade solidária. Já Habermas (1973/2003), acredita que o capitalismo neoliberal propiciou a manutenção de uma ética voltada para os valores especificamente burgueses, que promoveu, por exemplo, atitudes individualistas, opiniões despolitizadas na vida pública e adesão a valores dirigidos ao consumo. Tal cenário influenciaria a constituição e o desenvolvimento dos indivíduos (DUFOR, 2001).

Para Castells (2002) a Internet, por ser também uma criação cultural, reflete os princípios e valores de seus inventores, que a idealizaram para ser um espaço de rapidez, proteção das liberdades e instrumento de comunicação horizontal. Os cidadãos ao perceberem essa capacidade incorporaram e a difundiram esses valores por toda a vida social, principalmente entre as gerações mais jovens.

Kozinets (2014) diz que a Internet, em especial os SRSs, aumentaram a frequência de comunicação das pessoas, a exposição e o compartilhamento de dados de identidade pessoal. Além disso, tornaram-se espaços de surgimento e difusão de novas normas sociais e de valores que expressam as características do ambiente social, cultural e de cada indivíduo.

A velocidade de transformação é impressionante, o que dificulta o acompanhamento das mudanças e o suprimento de pesquisas acadêmicas que investiguem as modificações e consequências desses aparatos tecnológicos na vida do sujeito (CASTELLS, 2003).

Parece-nos que é o momento de identificar as perguntas e os problemas principais que a realidade complexa propõe ou suscita. Do campo da psicologia do desenvolvimento, mais pontualmente a partir das teorias que discorrem sobre o Desenvolvimento Moral, tivemos o ímpeto de refletir e ponderar os significados e as repercussões desse fenômeno digital na evolução da moralidade contemporânea.

Pesquisadores têm ressaltado que as pessoas têm gastado cada vez mais tempo conectadas nos SRSs, gerenciando as suas identidades virtuais, interagindo

com outros usuários e compartilhado um pouco do seu cotidiano. A facilidade de acesso, a ausência de controle dos conteúdos publicados e a ideia de que as ações no mundo virtual não possuem consequências ou punições, aumentam a participação e o posicionamento, muitas vezes polêmico, dos seus usuários (TEIXEIRA, 2013). Para Castells (2013) as redes sociais desempenham um importante papel na sociedade, pois permitem a discussão, o engajamento e a troca de opiniões entre pessoas dos mais diversos lugares do mundo, no entanto, apesar de oferecer essa facilidade, também avolumam as tensões, os conflitos e os confrontos.

Alguns usuários da rede, encobertos pela sensação de proteção advinda do estar em ambiente virtual, sentem-se mais à vontade para expressar as suas opiniões e sentimentos ou executar ações, por vezes despercebidas, e acabam por perpetrar o assédio por intermédio das redes. Esses assédios aparecem das mais variadas formas: desrespeito, perseguição, difamação, violação de privacidade, exclusão social, etc. Ora, pensando na questão moral, será que existe algum limite nas redes? Ou tudo é permitido por não ser real ou estar no virtual?

Para Martínez (2010, 2013a, 2013b, 2015), o uso indiscriminado das redes sociais podem ter consequências prejudiciais ou benéficas, dependendo principalmente da forma como é utilizada por seus diferentes atores. A evolução tecnológica cada vez mais instantânea e rápida proporciona novas formas de interação e consequentemente, transformam os valores sociais e interferem no desenvolvimento dos valores éticos e morais que balizarão as ações dos sujeitos.

O objetivo geral de nossa pesquisa de doutorado é verificar e analisar como algumas questões relativas à moralidade aparecem nas publicações dos usuários e moldam suas as ações dentro do *Facebook*.

Os objetivos específicos da pesquisa são:

a) Identificar quais os tipos de publicações que mais mobilizam os usuários e verificar quais contextos causam maior indignação;

b) Verificar e analisar como algumas questões relativas à justiça apareciam nas publicações dos usuários e moldavam as ações dos mesmos no *Facebook*.

c) Propor ações que estimulem uma cidadania virtual.

A presente pesquisa justifica-se na necessidade de estudos que investiguem a moral presente nos sites de redes sociais. Entendemos que as redes sociais tem feito parte do cotidiano das pessoas, influenciando-as em diversos aspectos do mundo real. A massificação do uso da Internet tem acarretado importantes mudanças na subjetividade dos indivíduos e em suas relações sociais. Apesar dessa importância, e por se tratar de um acontecimento relativamente novo, a quantidade de estudos é escassa.

É necessário também ressaltar, que apesar do aumento significativo de pesquisas que investiguem a internet (MILLER, 2001; CASTELLS, 2003; SIGALÉS ET AL., 2008), as redes sociais on-line (ELLISON, 2007; SANTANA ET AL, 2009; POSTIGO, 2011; KEEN, 2012; SILVA, 2015) e as subjetividades que afloram a partir delas (COLVARA, 2013), não encontramos estudos nacionais ou internacionais que se proponham a investigar especificamente à questão da moralidade contida nas redes sociais. Os resultados dessa pesquisa poderão fornecer importantes subsídios para a ampliação e encorajamento de novos estudos, além de servir para instigar a criação de estratégias e programas que de conscientização e prevenção para um uso seguro e responsável dos sites de mídias sociais.

Esse estudo será embasado principalmente nas teorias cognitivo-construtivistas de Jean Piaget (1932/1994) e de Lawrence Kohlberg (1992) que foram os expoentes do estudo sobre a moralidade. Porém, em se tratando de tema tão amplo, apresentaremos também as ideias de autores contemporâneos, nomeadamente, Lipovetsky (1994, 2005, 2009,2010), La Taille (1994; 1998; 2002a, 2002b), Haidt (2012), Greene (2018) entre outros. No segundo eixo da pesquisa (Sites de Redes Sociais On-line) recorreremos a alguns autores contemporâneos que discutem não somente sobre os Sites de Redes Sociais, mas sobre Tecnologia, Internet, Contemporaneidade e as Relações Sociais Virtuais. Por ora, citaremos apenas alguns, são eles: Castells (1999, 2002, 2003, 2013), Lévy (2010, 2011), Turkle (1997, 2011), Bauman e Donskis (2014).

Teremos então, desta forma, no capítulo I a revisão das principais teorias psicológicas sobre o desenvolvimento moral. Nessa parte trabalharemos à luz dos autores Piaget (1932/1994), Kohlberg (1992) e La Taille (1994; 1998; 2002a, 2002b; 2006). Na segunda parte do capítulo teceremos uma breve apresentação da visão de moralidade contemporânea e a visão de justiça de acordo com Greene e Haidt (2002), Pinker (2013), Bloom (2014), Ronson (2015), Greene (2018), entre outros.

O segundo capítulo será dedicado aos conceitos de Internet, Sites de Redes Sociais, particularmente o *Facebook* e o Ciberespaço. Traçaremos também um panorama histórico desde o surgimento da Internet até os dias atuais, além de trazer dados numéricos e estatísticos dos mesmos.

O terceiro capítulo será dedicado à discussão sobre a problemática da pesquisa – A questão da Moralidade nos Sites de Redes Sociais e na Internet. Bem como a apresentação do Fenômeno dos Nativos Digitais e as suas implicações no desenvolvimento moral infanto-juvenil.

No quarto capítulo traremos a metodologia de pesquisa, a população alvo, os instrumentos de coleta de dados e os procedimentos que serão utilizados.

No quinto capítulo pretendemos apresentar os resultados e fazer uma análise e discussão dos dados utilizando a hermenêutica que envolve a abordagem indutiva da análise de dados, ou seja, um exame detalhado de um todo, decompondo-o em suas partes constituintes e comparando-as de diversas formas.

E por fim, no sexto e último capítulo, teceremos nossas considerações finais.

Sobre o Desenvolvimento Moral



Fonte: Imagem de https://noticias.r7.com/brasil/fotos/balanca-espada-estatua-cega-saiba-porque-estes-itens-representam-a-justica-14012016#!/foto/2 alterada pelo autor.

Para compreender as teorias sobre o Desenvolvimento Moral é necessário, antes, resgatar como a moral foi descrita e teorizada no decorrer do tempo.

Desde os primórdios, a questão da moralidade é reconhecida como campo de interesse interdisciplinar de conhecimento. Filósofos, Sociólogos e Psicólogos tentam responder as seguintes perguntas: “Como devo agir? Como posso julgar a minha ação ou a dos outros? Como posso ter certeza de que os princípios (ou valores) pelos quais oriento a minha ação ou julgo a ação dos outros sejam princípios justos e corretos?” (FREITAG, 1992, p.13).

De acordo com Freitag (1992), a moralidade pressupõe um sujeito consciente que age em consonância com os seus princípios, regras e valores. Essa ação dita moral, no entanto, depende de uma interação com outrem que implicará em um julgamento também baseado em critérios e valores. Ela será analisada, criticada ou julgada. Mas o que leva o sujeito a escolher tal forma de agir e não outra? Quais são as razões, os motivos ou princípios que regem a escolha do ator?

A moralidade passa a ser campo de estudo de três enfoques científicos: Filosofia, Sociologia e Psicologia; em que cada qual se vê atraído por uma perspectiva diferente desse vasto tema. Para a filosofia o estudo da moral surge da necessidade de compreender os critérios de julgamento da ação moral que pressupõe uma análise, uma crítica, um crivo entre o certo e o errado, o bem e o mal, o justo e o injusto. Na Sociologia a interação entre os atores morais os motiva a estudar o tema, além das consequências objetivas da ação moral no contexto social. Já na psicologia o interesse recai sobre o sujeito que escolhe certa forma de agir moralmente e não outra, quais foram as razões, os motivos e as intencionalidades que mobilizaram o sujeito (FREITAG, 1992).

> Enquanto a sociologia pergunta pelas consequências objetivas de uma ação no contexto social, a filosofia pergunta pelos critérios ou princípios (conscientes) que orientaram essa ação, e a psicologia tenta desvendar as causas subjetivas (os impulsos, os motivos) que levaram o sujeito a agir consciente ou inconscientemente desta e não de outra forma. (FREITAG, 1992, p.14)

Embora a Moralidade seja um campo passível de estudo da sociologia, poucos sociólogos se aventuram por este campo. Nesse estudo, resgataremos apenas as ideias de Durkheim sobre a moral. Um aspecto importante que devemos ressaltar é que a sociologia negligência o aspecto subjetivo da moralidade, isto se

deve a atenção que é despendida no caráter objetivo das ações sociais regulares, padronizadas e institucionalizadas. A sociologia, então, remete a moral aos papéis, as regras e as prescrições estabelecidas socialmente ou por instituições como a igreja, Estado, governantes, etc.

Já na filosofia, ao estudar os valores e critérios que regiam, orientavam e guiavam o sujeito praticante das ações morais, acabaram por concentrar os seus esforços na consciência moral, negligenciado tanto os aspectos inconscientes e irracionais da ação e sem levar em consideração o contexto social vigente.

Freitag (1992) ressalta a importância de um tratamento multidisciplinar sobre a temática, ela diz que é necessário integrar várias óticas para que a construção do conhecimento sobre a Moral não se torne compartimentalizada, fragmentada e isolada. É nessa perspectiva que ela destaca a importância da Psicologia em consonância com a Filosofia e a Sociologia.

A autora sublinha também que o caminho da Psicologia pode conter armadilhas se o estudo da moralidade reduzir a ação moral a apenas um comportamento pulsional, uma questão biológica ou a um sujeito passivo que não reflete o seu mundo subjetivo, não é influenciado pelo contexto social e político ou sem liberdade de ação.

Nos próximos parágrafos, buscaremos apresentar alguns dos teóricos que teorizaram sobre o desenvolvimento da moral nos sujeitos.

Para Émile Durkheim a moral é um sistema de regras de conduta inseparáveis dos indivíduos em sociedade, que são formadas a partir de um conjunto de crenças e sentimentos comuns à coletividade e passadas ao longo das gerações. Para ele toda corporação, seja ela, família, cidade, pátria, etc; dependerá de regras morais que possibilitarão a convivência em sociedade; ela é, portanto, fruto de uma consciência coletiva em detrimento das individuais. Ao passo que, todos os atos que forem contra a esse sistema de regras serão identificados como atos imorais. Todavia, para se distinguir as regras morais de outras regras, Durkheim ressalta duas características: primordialmente as regras morais são atreladas à obrigação (noção do dever) e, em segundo lugar, o seu cumprimento não se deve dar meramente como uma resposta a uma ordem, mas deve ter algum significado ou finalidade para o autor que a executa. Também, o autor assinala que a moral acompanha o contexto social da época, e por isso, não é imutável e nem

inextinguível, ela sempre sofrerá ajustes conforme a consciência pública que passa a negá-la, mantê-la ou modifica-la pela força das tradições (DURKHEIM, 1970).

Os estudos sobre a moralidade remontam à antiguidade. Filósofos buscavam discutir sobre os conceitos atrelados ao bem e ao mal. Porém, é na modernidade, influenciado pelo Iluminismo e pela racionalidade emergente, que o filósofo alemão Immanuel Kant, introduz as suas ideias sobre a moralidade. Para ele a moral não era a simples adesão às regras determinadas pela sociedade, o agir moralmente "bom ou certo" deveria obedecer ao princípio incondicional e universal chamado de Imperativo Categórico: "age apenas segundo uma máxima tal que possa querer que ela se torne lei universal" (KANT, 1964, p. 223). Além dessa discussão, Kant teorizou sobre a existência de duas grandes tendências morais: a heteronomia, que significa ser governado por outros sem questionamento às regras impostas, pelo medo à punição ou visando o bem estar e o interesse próprio; e a autonomia, que requer uma descentralização, de forma que, fundamentando-se no Imperativo Categórico, o sujeito seja capaz de se colocar no lugar do outro para agir moralmente de acordo com o bem (MENIN, 1999). Segundo Kant, só seríamos capazes de garantir a dignidade ao outro ser humano por meio da autonomia fundamentada exclusivamente na razão (LEPRE, 2005).

De acordo com Freitag (1992) e Menin (1999), Piaget sofreu uma forte influência do filósofo alemão Immanuel Kant, em sua teoria da moralidade. Piaget trouxe contribuições fundamentais para o estudo da moral. La Taille (1994) destaca o pioneirismo do mesmo, citando o livro *O juízo moral na criança,* de 1932*,* como "um marco na história da reflexão humana sobre a moralidade" (1994, p.10). Neste livro, Piaget relata várias pesquisas que realizou indo a campo, entrevistando crianças de diferentes idades a respeito de diversos aspectos do desenvolvimento moral, a fim de entender do ponto de vista da própria criança, o que vem a ser o respeito à regra. Esta obra é considerada referência para os estudos sobre moralidade.

> Se coube a Hegel "dialetizar" e "historicizar" o pensamento kantiano, coube a Piaget fundamentá-lo empírica e experimentalmente, assegurando-lhe uma vida nova no debate contemporâneo da moralidade. Em sua epistemologia genética, Piaget dá destaque à contribuição revolucionária de Kant no campo da teoria do conhecimento ao levantar as duas questões centrais para o conhecimento: (a) como a ciência se torna possível?; (b) como a sociedade é (moralmente) possível?; buscando a resposta na atividade pensante do sujeito. Desse modo, na opinião de Piaget, Kant

> assentou a teoria do conhecimento em novas bases, sem as quais a moderna epistemologia genética seria inviável. (FREITAG, 1992, p.3)

O cerne da teoria moral de Piaget coincide com a de Kant. Piaget centra sua atenção na “autonomia da razão”, no “respeito à norma” e na “ideia de justiça”, temas centrais da ética kantiana (FREITAG, 1992, p. 60). Piaget embora concorde com Kant que possa haver no indivíduo duas tendências morais (autonomia e heteronomia) distingue-se do filósofo por meio do olhar de psicólogo, mostrando que durante o desenvolvimento da criança, estas duas morais são construídas e a evolução de uma sobre a outra estará sujeita a uma infinidade de fatores, notadamente os que dizem respeito às formas de relações sociais que a criança está submergida (MENIN, 1999).

Piaget elucida, todavia, que a compreensão da moral não se trata do porque, mas do como o sujeito constrói o respeito pela regra. Por meio da observação dos jogos sociais mais simples, dentre eles o jogo de bolinhas, notou um sistema muito complexo de regras. Apesar dessas regras também serem transmitidas por gerações adultas anteriores e se manterem devido ao respeito que os indivíduos tinham por elas, ficou evidente a presença de regras elaboradas só pelas crianças, pois no caso dos jogos infantis a intervenção adulta é reduzida ao seu mínimo.

Menin (1999) menciona que ficaram bem delimitados dois grupos de fenômenos no encontro das crianças com as regras do jogo: a prática e a consciência das regras.

Na Prática da Regra, ou seja, como as crianças em situação de jogo a usam para si e para outros, Piaget (1932/1994) identificou a presença de quatro estágios sucessivos: motor e individual, egocêntrico, cooperação e codificação da regra. Sobre os aspectos relacionados à compreensão que as crianças têm das regras, ou seja, a Consciência da Regra. Foram encontrados três estágios: o de rituais e regularidades, consciência da regularidade e consciência da obrigação-obediência.

De acordo com Menin (1999), Piaget em sua análise das regras do jogo pode elencar o que é primário, a prática da regra ou sua consciência. “Primeiro a criança pratica a construção das regras, aplica-as, muda-as no grupo... depois é que descobre que as regras não são sagradas, imutáveis, eternas...” (MENIN, 1999, p. 46). As crianças só descobrem o verdadeiro sentido das regras quando fazem um uso racional e social das mesmas, e quando começam a praticá-las entre si em situação de cooperação de grupo.

> (...) a criança começa por considerar as regras não só como obrigatórias, mas ainda como intangíveis e devendo ser consideradas literalmente. (...) essa atitude resulta da coação exercida pelos mais velhos sobre os menores e da pressão devida aos próprios adultos, sendo, dessa forma, as regras do jogo assimiladas a deveres propriamente ditos. (PIAGET, 1932/1994, p. 92).

Em outra pesquisa, com a finalidade de compreender o juízo moral em si, Piaget (1932/1994) utilizando-se do recurso de histórias, focalizou seus estudos na maneira como a criança concebia seus deveres e valores morais prescritos pelo adulto. Eram histórias hipotéticas que relatavam algumas condutas cometidas por crianças anônimas, tais como roubos, descuidos, contar mentiras; feitas com intencionalidade ou não e com resultados diversos. A intenção era que a criança, após ouvir a narrativa, expressasse o seu julgamento dos atos cometidos.

Como resultado, duas tendências no julgamento infantil puderam ser notadas: o julgamento por responsabilidade objetiva e o julgamento por responsabilidade subjetiva. Observou-se que as crianças mais novas e heterônomas tendiam a julgar por responsabilidade objetiva, ou seja, avaliavam os atos em função das suas consequências materiais e não das intencionais. A gravidade do ato cometido era proporcional ao "tamanho" do resultado. "Assim, o menino que quebrou 15 xícaras sem querer é mais culpado do que o que quebrou uma, por querer!" (MENIN, 1999, p.48). Já as crianças mais velhas e autônomas, tendiam a julgar por responsabilidade subjetiva, em que prevalecia o julgamento pela intenção do sujeito que cometeu o ato e não sua consequência material. Piaget (1932/1994) afirma que, no pormenor dos fatos, estas duas formas da noção de responsabilidade não assinalam estágios propriamente ditos, mas em linhas gerais, a responsabilidade objetiva diminui com a idade, portanto, são dois processos distintos em que um é decorrente do outro de acordo com o desenvolvimento moral.

Piaget (1932/1994) investigou também a questão do julgamento da mentira sob a ótica infantil. Ele percebeu que as crianças tinham a mesma tendência a avaliar "realisticamente" as narrações cujos personagens contavam mentiras. As crianças pequenas julgam a mentira pela aparência, o quanto são mais absurdas e mais fáceis de serem descobertas; enquanto os mais velhos levam em consideração a maior elaboração da mentira, as que enganam mais.

Segundo Kawashima (2007) cabe lembrar que as condutas contidas nas histórias são apresentadas para que a criança as julgue, são ideias verbais da criança a respeito da moral. Por meio desse procedimento, não se pode saber como a criança pratica sua moral, mas como julga o bem e o mal na prática dos atos.

Há dois planos distintos no pensamento moral, o primeiro é chamado de pensamento moral efetivo, e trata-se da “experiência moral”, que se constrói, pouco a pouco, na ação; já o segundo é nomeado por pensamento moral teórico ou verbal, este aparece toda vez que a criança o utiliza para julgar atos de outrem, e que não lhe interessam diretamente (PIAGET, 1932/1994).

> O pensamento moral teórico da criança podia obedecer a princípios provenientes do respeito unilateral (moral da heteronomia e da responsabilidade objetiva) e a princípios provenientes do respeito mútuo (moral da interiorização e da responsabilidade subjetiva). (PIAGET, 1932/1994, p.139 -140)

Em resumo, poderíamos dizer que há dois tipos de respeito e, consequentemente, duas morais, uma moral da coação ou moral do dever, vinda de um respeito unilateral, que são ordens devidas ao adulto e aceitas pela criança, essencialmente heterônoma; e uma moral da cooperação ou da autonomia.

Ao falarmos da moral do dever, remetemo-nos ao estudo da noção de justiça das crianças, pois ela também a permeia. De acordo com Menin (1999) as crianças menores entendem por mais justo aquilo que foi ordenado por uma autoridade, mesmo que esse comando derive em tratamento desigual ou injusto.

Piaget (1932/1994) estuda então o desenvolvimento da noção de justiça na criança. Ele pontua que há duas noções distintas de justiça: a justiça retributiva que se define pela proporcionalidade entre o ato e a sanção, ou seja, é injusto aquilo que pune um inocente ou recompensa um culpado; enquanto na justiça distributiva o que prevalece é a noção de igualdade, o injusto é uma repartição que favorece uns à custa de outros.

Investigou, ainda, um tipo bastante específico e mais primitivo de noção de justiça imanente (sansão expiatória) que antecede as noções de justiça retributiva. Nesta concepção a justiça é caracterizada pela não distinção entre dever e obediência; toda sanção é legítima e necessária, predominando as sanções expiatórias (quando a qualidade do castigo não tem correspondência com a natureza do ato realizado); o respeito é unilateral, pautado na autoridade adulta.

A justiça retributiva, por sua vez, marca o inicio da primazia da igualdade sobre a autoridade, todos têm os mesmos direitos e a lei se aplica igualmente a todos; Na evolução da justiça distributiva há diminuição da justiça imanente e as sanções expiatórias tornam-se menos aceitas, pois cedem lugar a outro tipo de sanção – a sanção por reciprocidade (na qual há relação entre o conteúdo ou natureza da falta e a punição); há diferenciação entre justiça e obediência, valorizando-se o ato moral.

Já a justiça distributiva, as crianças baseiam-se na igualdade para realizar seus julgamentos, buscando, então, a sanção mais justa à situação; os direitos e as leis não são aplicáveis igualmente em todos os casos, devem-se considerar as circunstâncias particulares que envolvem o ato; portanto, as sanções são aplicadas considerando-se os atenuantes e as particularidades de cada caso.

> Há duas noções distintas de justiça. Dizemos que uma sanção é injusta quando pune um inocente, recompensa um culpado ou, em geral, não é dosada na proporção exata do mérito e da falta. Dizemos, por outro lado, que uma repartição é injusta quando favorece uns à custa de outros. Nesta segunda acepção, a ideia de justiça implica apenas a ideia de igualdade. Na primeira acepção, a noção de justiça é inseparável daquela de sanção e define-se pela correlação entre os atos e sua retribuição (PIAGET, 1932/1994, p. 157).

Contudo, para compreender a moralidade devemos nos ater a questão do respeito. Durkheim postulou que basta que os indivíduos vivam em grupo, para que, surjam novas características de obrigação e de regularidade, o respeito se dirige ao grupo resultando da pressão do grupo sobre o indivíduo. Bovet, por outro lado, defende que o respeito se encaminha às pessoas e provém das relações dos indivíduos entre si. Ele demonstra que as obrigações morais nunca se desenvolveriam num ser isolado (PIAGET, 1932/1994).

De acordo com Freitas (2002), Piaget acreditava que embora houvesse diferenças nos autores das diversas correntes teóricas (Durkheim, Bovet, Kant), em um ponto todos eles convergiam: o respeito como um sentimento fundamental para a moral. Piaget tende às ideias de Bovet e Ferenczi, onde o respeito é visto como uma relação de natureza afetiva, dosada pelo amor ou pelo medo.

Buscando achar respostas para a questão da influência respeito ao desenvolvimento da autonomia moral, Piaget (1932/1994) deixa claro que o valor de uma ação ou um julgamento moral não está ligado às regras que se respeita, mas

de que forma estas regras são respeitadas. O respeito que a criança constrói pela regra e pela pessoa que a transmite, justifica o valor moral do ato ou do juízo e é com base nesse respeito que a criança evolui moralmente.

A compreensão de que a sociedade não é homogênea e que as relações podem ocorrer de diferentes formas, é um fator primordial para entendermos a moralidade (PIAGET, 1932/1994). Existem, então, as relações ditas coercitivas (em que um indivíduo considerado superior exerce sua autoridade de forma coercitiva sobre um indivíduo considerado inferior); e, as relações de cooperação (em que os indivíduos se tratam como iguais e se ajudam mutuamente). Estas duas formas de relação social conduzem a resultados diferentes. De acordo com a relação estabelecida o respeito entre estes indivíduos pode ser Respeito Unilateral, quando ocorre relação de coação entre os indivíduos, ou Respeito Mútuo, quando ocorre relação de cooperação:

> Em primeiro lugar, há o respeito que chamaremos unilateral, porque ele implica uma desigualdade entre aquele que respeita e aquele que é respeitado: é o respeito do pequeno pelo grande, da criança pelo adulto, do caçula pelo irmão mais velho. Esse respeito, o único em que normalmente se pensa e no qual Bovet tem insistido muito especialmente, implica uma coação inevitável do superior sobre o inferior; é, pois, característico de uma primeira forma de relação social, que nós chamaremos de relação de coação. Mas existe, em segundo lugar, o respeito que podemos qualificar de mútuo, porque os indivíduos que estão em contatos e consideram como iguais e se respeitam reciprocamente. Esse respeito não implica, assim, nenhuma coação e caracteriza um segundo tipo de relação social, que nós chamaremos de relação de cooperação (PIAGET, em MACEDO, 1996, p. 04).

O respeito unilateral leva à regra coercitiva. Nesse caso, portanto, é preciso se conformar com as regras, pois as regras são obrigatórias, tendo origem no adulto ou no divino. O respeito unilateral é marcado, ainda, pelo egocentrismo infantil. Do respeito unilateral, então, resulta uma forma de juízo moral heterônoma. Já o respeito mútuo leva à autonomia da consciência. Quando as crianças praticam e vivenciam as regras de acordo com a cooperação, são capazes de elaborar a regra de maneira diferente, percebendo que elas não são imutáveis, mas dependem do acordo mútuo e da reciprocidade. Do respeito mútuo resulta, então, uma forma de juízo moral autônoma.

Piaget (1932/1994) investigou também como as crianças distinguiam o justo do que é imposto autoritariamente.

> Então, o que ocorrerá, quando contarmos às crianças, sob a forma grosseira e esquemática, indispensável num interrogatório dirigido a todos, histórias que põem a necessidade de igualdade em choque com o fato da autoridade? Os indivíduos examinados darão razão ao adulto, por respeito à autoridade (confundindo neste caso com a Lei, mesmo se esta seja injusta), ou defenderão a igualdade por respeito ao ideal interior, mesmo que este esteja em oposição com a obediência? (PIAGET, 1932/1994, p. 210).

De acordo com Lepre (2005), os estudos de Piaget embasaram a construção de diversas correntes teóricas sobre a moralidade humana. Nessa temática ele trabalhou com crianças de até 11 anos, o que incitou outros pesquisadores a adentrar no campo de pesquisa da moralidade de jovens e adultos. Foi nos Estados Unidos em 1955, que o psicólogo Lawrence Kohlberg e sua equipe deram início ao desenvolvimento de uma teoria a respeito do Raciocínio Moral de adolescentes e adultos.

Kohlberg encontra-se no grupo das teorias cognitivo-evolutivas, tendo como um dos pontos centrais dessa postura a teoria dos estágios. De acordo com o autor o desenvolvimento sociomoral, assim como o desenvolvimento cognitivo, ocorre por meio de estágios (LEPRE, 2005; BATAGLIA, MORAIS; LEPRE, 2010). A sequência dos estágios, tanto para Kohlberg quanto para Piaget, seria invariante e universal, ou seja, todas as pessoas passariam pela mesma sequência de estágios, independente do tipo de aprendizagem que recebessem, no entanto nem todos alcançariam os estágios mais elevados (LEPRE, 2005; BIAGGIO, 2006; BATAGLIA, MORAIS; LEPRE, 2010).

Kohlberg (1992) deixa claro que seus estágios são etapas de raciocínio de justiça, centrados em aspectos de retidão e não de emoções ou ações. Biaggio (2006) elucida que em relação aos estágios de moralidade, Kohlberg se aproxima de Piaget ao perpassar a dimensão de heteronomia-autonomia, e se distancia ao apresentar uma conceituação mais precisa e discriminada desses estágios. Kohlberg, em sua pesquisa com adolescentes, chega à conclusão de que a heteronomia e autonomia eram insuficientes para classificar e categorizar todos os tipos de raciocínio moral (LEPRE, 2005).

Kohlberg (1992) sugere que há três níveis de raciocínio moral, em que cada nível pode ser subdividido em dois, perfazendo um total de seis estágios:

I) Nível pré-convencional: característico da maioria das crianças até por volta dos 9 anos de idade, baseado em necessidades individuais. Onde estão contidos os estágios:

a) **Estágio 1 – Orientação para a punição e a obediência:** o moralmente correto é aquele que não é punido;
b) **Estágio 2 – Hedonismo Instrumental Relativista:** a ação moralmente correta é baseada em termos do prazer ou da satisfação das necessidades da pessoa.

II) Nível convencional: baseado no desempenho correto de papéis e no atendimento de expectativas. Subdividido em:

c) **Estágio 3 – Moralidade do bom garoto, de aprovação social e relações interpessoais:** o comportamento moralmente certo é pautado na aprovação do outro;
d) **Estágio 4 – Orientação para lei e ordem:** existe um grande respeito pela autoridade, por regras fixas e pela manutenção da ordem social. Deve-se cumprir o dever.

III) Nível pós-convencional: moralidade por princípios universalizantes. Composto por:

e) **Estágio 5 – Orientação para o contrato social:** as leis não são consideradas válidas pelo mero fato de serem leis, admitem que elas podem ser injustas e devem ser mudadas.
f) **Estágio 6 – Princípios universais de consciência:** o indivíduo reconhece os princípios morais universais da consciência individual e age de acordo com eles. Se as leis injustas não puderem ser modificadas o indivíduo resiste ao invés de se conformar com o poder estabelecido e com a autoridade.

Devemos ressaltar o paralelismo existente entre o desenvolvimento cognitivo e o desenvolvimento do raciocínio moral. Ou seja, o desenvolvimento de um raciocínio moral avançado dependeria de um raciocínio lógico avançado. Dessa forma entendemos que só estariam aptos a construírem um raciocínio moral autônomo, do nível pós-convencional (estágios 5 e 6) aqueles que já estivessem alcançado o pensamento operatório formal. No entanto, devemos estar atentos que embora essa condição seja necessária, ela não é suficiente, já que vários indivíduos apresentam um estágio lógico mais alto que seu estágio moral, mas nunca um estágio moral mais alto que seu estágio lógico (LEPRE, 2005).

Para Kohlberg (1992), além dos estágios de desenvolvimento lógico existem os estágios de percepção social, que definem o modo que o indivíduo percebe as

outras pessoas, interpreta seus sentimentos e o papel que ocupa na sociedade. Os estágios de percepção estão estritamente relacionados aos estágios morais, porém em sua essência são mais amplos, pois não tratam apenas da justiça ou de eleger entre o certo e o errado. “Fazer um juízo de justiça em certo nível é mais difícil que simplesmente ver o mundo nesse nível.” (LEPRE, 2005, p. 60).

Para Biaggio (1997) o pioneiro do ponto de vista cognitivista foi Piaget, que publicou o livro O julgamento moral na criança em 1932. Embora não tenha dado continuidade estudos sobre a moralidade, outros pesquisadores têm usado de sua referência em pesquisas, entre eles Camino et al. (1998) e Lourenço (1990), mas sem dúvida, a contribuição teórica de Kohlberg foi a que dominou os estudos sobre desenvolvimento moral nas últimas três décadas. A teoria de julgamento moral kohlberguina é única que postula uma sequência universal, da qual os estágios mais altos (5 e 6) constituem o pensamento pós-convencional. Diferente das explicações sociais e psicológicas, que consideram a internalização de valores da sociedade como o ponto terminal do desenvolvimento moral (teorias de Durkheim, Freud e do behaviorismo), Kohlberg ressalta que a maturidade moral é atingida quando “o indivíduo é capaz de entender que a justiça não é a mesma coisa que a lei; que algumas leis existentes podem ser moralmente erradas e devem, portanto, ser modificadas” (BIAGGIO, 1997). Kohlberg e seus colaboradores (Blatt e Turiel) tinham no conflito cognitivo o processo do qual deriva a maturação em direção a estágios mais elevados.

Kohlberg propôs uma técnica de avaliação do nível de desenvolvimento do raciocínio moral utilizando a entrevista individual sendo a avaliação do estágio predominante de julgamento moral feita por meio de uma análise de respostas a dilemas morais. Segundo Shimizu (2002), os estágios morais kohlberguianos foram definidos inicialmente em estudos com base em três tipos de respostas a dez dilemas morais hipotéticos, alguns ainda utilizados nos instrumentos de julgamento moral. Inicialmente, em sua tese de doutorado, Kohlberg apresentou os estágios de desenvolvimento em vinte e cinco aspectos agrupados em sete grandes grupos: regra, altruísmo, consciência, bem-estar próprio, sentido do dever, justiça e assunção de papéis. Menin (1996) ressalta que com os surgimentos de novas pesquisas, novos dados acabaram por invalidar essa forma de classificação, fazendo com que Kohlberg elaborasse uma nova forma de análise focando na estrutura de julgamentos e não nos conteúdos particulares.

Com base nos estágios propostos, Kohlberg propõe um programa de educação moral cujo objetivo fosse orientar e propiciar às crianças e jovens a possibilidade de evolução e crescimento de um nível de desenvolvimento moral para outro, no tempo correto, onde os jovens deveriam ser incentivados a questionar, experimentar e refletir sobre questões morais e éticas. Tal pressuposto, fundamentado na concepção de autonomia, busca conceber indivíduos cônscios e comprometidos com as atitudes e pensamentos morais.

Segundo Rest et al. (1999), a obra de Kohlberg, embora apresente problemas teóricos e metodológicos, possui importância impar acerca do estudo sobre a moralidade, principalmente ao apoiar a temática moral em uma abordagem cognitiva construtivista dando ênfase a cognição individual e o julgamento moral. Esses autores apresentam uma abordagem denominada neo-kohlberguiana, pautada em alguns princípios centrais da teoria de Kolhberg como a compreensão da cognição como ponto de partida para a construção da moralidade, a construção individual da epistemologia moral onde as categorias morais são autoconstruídas individualmente, a caracterização do pleno desenvolvimento moral em termos de mudança do pensamento convencional para o pós-convencional, ou seja, a passagem da moralidade e da conservação das normas sociais para a moralidade onde as leis, regras e instituições partilham ideias de cooperação, e por último, a noção de que desenvolvimento do julgamento moral pode envolver conceitos mais simples ou complexos, mostrando que as diferenças entre os indivíduos podem ser representadas por conceitos mais desenvolvidos, de maior captação e coesão. (SHIMIZU, 2002).

Rest et al. (1999) delineiam o desenvolvimento moral por meio de "esquemas de desenvolvimento": "esquema de interesse pessoal", que corresponde aos Estágios 2 e 3 relacionados a necessidade de proteção e bem estar de si mesmo e de indivíduos com que possuem relacionamento afetivo ou familiar; "de manutenção das normas", correspondente aos Estágio 4 caracterizado pela necessidade de normas, uniformidade e aplicação das leis e dever orientado, e "pós-convencional", relacionado aos Estágios 5A, 5B e 6. Este último é sublinhado por um salto qualitativo no funcionamento moral no indivíduo, destacando elementos como a primazia do critério moral e a reciprocidade. Recorre-se aqui aos ideais e a coerência lógica, ao contrário dos esquemas anteriores, onde o consenso é obtido pela prática estabelecida e a autoridade atual.

Narvaez e Bock (2002) apontam que a abordagem neo-kolhberguiana encontra suporte nas teorias cognitivistas, principalmente no que se refere ao conceito de esquemas e tais autores utilizaram do termo esquema para sinalizar que não consideram o desenvolvimento moral uma mudança abrupta de um degrau para outro, ocasionada pelo tempo - como Kohlberg considerara, utilizando a noção de estágios “duros”. Segundo Shimizu (2002), Rest et al. utilizam o conceito de esquema para apontar que a estrutura cognitiva que elaboram é diferente dos estágios kohlberguianos nos seguintes aspectos:

1) A noção de esquema pós-convencional tende a definir a sequência de desenvolvimento em termos psicológicos refutando a concepção de uma teoria moral baseada em princípios fundamentais.

2) Não oferta uma distinção tão severa entre estrutura e conteúdo como Kohlberg. Os esquemas tornam-se conteúdos gerais de representações do mundo. Para a teoria neo-kohlberguiana as estruturas cognitivas são definidas em termos de produto ou conteúdo. Ao contrário, Kohlberg postula o desenvolvimento em estágios posteriores com a utilização de operações mentais mais complexas do que a de estágios anteriores, aumentando a habilidade do indivíduo em fazer julgamentos.

3) O desenvolvimento moral é um movimento ascendente, com mudanças graduais em direção à preferência por pensamentos morais mais desenvolvidos e o uso restrito de um estágio em detrimento de outro (estágios mais altos sendo mais utilizados e estágios mais baixos tendo seu uso diminuído, ao longo da evolução do indivíduo).

Dessa forma, a avaliação do desenvolvimento não consiste em um enquadramento do indivíduo em certos estágios, mas sim da análise do grau com que o sujeito emprega vários tipos de pensamentos. O questionário DIT (Definig Issues Test), segundo Rest et al. (1999) apresenta a propriedade de ativar esquemas, além de capturar as transformações nos esquemas morais não perceptíveis na adolescência e no início da vida adulta. Para Shimizu (2002) o DIT tem como interesse o conhecimento dos esquemas que o sujeito traz para sua resolução, acreditando-se que tais esquemas estruturam e direcionam o pensamento dos sujeitos na tomada de decisões além da situação-teste. Diferente de Kohlberg que descreve o desenvolvimento moral em estágios com diferentes operações de justiça, Rest et al.(1999) apresenta uma definição de três esquemas em desenvolvimento: interesse pessoal, manutenção das norma e pós-convencional.

Esses três esquemas são a base para a formulação dos 12 itens apresentados após cada história do DIT, onde posteriormente serão agrupados e pontuados.

A educação moral kohlbergiana, vai além do simples favorecimento efetivo do desenvolvimento moral, pois possui como preceito a educação moral democrática na qual o intuito está em proporcionar aos indivíduos uma consciência moral assaz desenvolvida e voltada à autonomia, responsabilidade e cooperação, ou como propunha Kohlberg, uma educação para uma sociedade justa (RAVELLA, 2010). Figura fundamental, o professor deve pautar seu objetivo no nível de desenvolvimento de seu aluno, ignorando os valores conformistas e comportamentos competitivos impostos pelas instituições e órgãos governamentais:

> Si por valores um professor entende aquello que es transmitido por la sociedade a todos su membros, entonces ¿cómo decide legitimamente el professor que los valores transmitidos por la sociedade son los que se deben enseñar a los estudiantes? Dada la diversidade de valores existentes em la sociedade moderna, ¿como deciden los professores caules son los valores básicos que deben enseñarse em la escuela? Kohlberg plantea estas cuestiones tan antiguas para señalar que los professores no deben suponer que enseñar valores es uma actividad que estimula el pensamiento em menor medida que enseñar a ler o a razonar matematicamente (REIMER, 2008, p.28-29)

Biaggio (1997) ressalta que a educação moral deveria enfrentar problemas morais que possuem consequências para os sujeitos levando em consideração o contexto social no qual os indivíduos interagem e tomam decisões. A moralidade é, por natureza, social, sendo que o desenvolvimento de sujeitos morais só poderá ser concreto com o surgimento de uma sociedade moral.

A educação moral concretiza-se, portanto, desde o currículo até as interações sociais na escola e nos incontáveis arrolamentos desta com a sociedade e principalmente a família. Certo de que certas práticas educacionais podem ou não elevar os padrões morais e sociais, a família e a escola surgem como instituições essenciais para propiciar os processos evolutivos dos indivíduos atuando como desencadeadoras ou inibidoras do seu crescimento, emocional, físico, social, intelectual e moral (DESSEN; POLONIA, 2007). “Pais e professores são inevitavelmente modelos para as crianças. Podem ser ‘bons’ modelos, moralmente falando, ou péssimos. Em qualquer dos casos suas ações, seus julgamentos e os valores que se exteriorizam farão parte do modo de ser das crianças” (MENIN, 1999, p. 99).

É cada vez mais comum escutarmos frases que denotam a falta de educação da geração atual em comparação à anterior. Por exemplo: “No meu tempo, bastava o olhar de meu pai... bastava o olhar da professora para que uma regra fosse cumprida” (TOGNETTA; VINHA, 2009, p.15). Essas frases são fontes para o levantamento de duas perguntas: “Estaríamos vivendo tempos de ‘crise de valores’ ou tempos de ‘valores em crise’?” (LA TAILLE; MENIN, 2009, p. 09). Cabe pontuarmos, que para Piaget (1994, citado por, TOGNETTA; VINHA, 2009) “um ‘valor’ pode ser definido como um investimento afetivo que nos move ou que nos faz agir”. (TOGNETTA; VINHA, 2009, p.17) Sendo assim, a formação de valores morais dependeria, além da consciência do dever, de uma motivação interna, os sentimentos. Não estamos nos referindo àqueles sentimentos de emoções, como a alegria, tristeza ou raiva, mas sim daqueles que fazem parte da nossa personalidade, que nos faz sentir envergonhado, que nos traz indignação ou arrependimento. “Indignar-se é buscar essa correspondência imediata entre valores que tenho e os que aspiro que os outros tenham” (TOGNETTA; VINHA, 2009, p.20). Diante de tal premissa, os autores concluíram que o sentimento de indignação poderia nos dar uma ideia de quais valores que uma pessoa teria. De posse de tais teses, teceram a resposta a seguinte pergunta: Atualmente, quais são os valores almejados pelos jovens? Ou ainda, o que os outros fazem que os causem indignação? Por meio de uma pesquisa de campo, investigaram 150 jovens entre 14 e 16 anos provindos de uma escola privada e uma pública. Resumidamente, foram encontradas três categorias de respostas: a) “características de certo individualismo”; b) “características de um caráter moral restrito e estereotipado”; c) “características de um caráter moral e ético”. Na primeira categoria, se enquadraram as respostas em que a indignação provinha de ações que atingiam o jovem diretamente; na segunda foram incluídas as respostas que abrangiam um outro, porém esse, era associado à alguém conhecido; na terceira, a indignação provinha de uma injustiça com um sujeito universal. A maioria das respostas se enquadraram no tipo b (40,67%), seguidas pelas do tipo a (35,33%) e, por último, c (24%). Os resultados dessa pesquisa demonstraram que de fato ainda há valores morais nos jovens, no entanto, parece que o conteúdo dos valores está se modificando, de morais, por valores estranhos ou até contrários à moralidade. Prevalece nesses adolescentes um senso de justiça individualista ou no máximo estendido às suas relações afetivas, já que 76% dos participantes disseram que não generalizariam os

valores para qualquer ser humano. Isso nos demonstra que a geração atual, reflete de maneira heterônoma e restringem a moral à esfera privada em detrimento da dimensão pública.

Kohlberg propôs no decurso de sua teoria estruturalista e universalista uma sequência invariante de estágios de desenvolvimento moral e reconhecia a importância da Justiça para a compreensão da moralidade humana. Ele fixou-se apenas no aspecto racionalista dos direitos e deveres e restringiu a sua teoria sobre justiça a essa única esfera (LA TAILLE, 2012).

Embora os estudos de Piaget e de Kohlberg tenham imperado na área dos estudos sobre a moralidade, muitas foram às críticas direcionadas as suas teorias.

Carol Gilligan é uma das primeiras a se opor aos estudos de Kohlberg. Em 1982 publica a sua obra: "*In a Different Voice: Psycological Theory and Women's Development*". Nela a autora demonstra diferenças significativas entre o desenvolvimento moral masculino e feminino. A partir daí tece a sua crítica a Kohlberg, explicitando que o mesmo privilegiou as experiências morais masculina em detrimento das femininas.

Para Gilligan (1982) o desenvolvimento moral das mulheres não era insatisfatório, tal qual afirmavam Piaget e Kohlberg, mas estas possuíam uma voz moral distinta da dos homens. Ela aponta que as mulheres teriam maior dificuldade em atingir os últimos estágios do desenvolvimento moral proposto por Kohlberg, por serem mais propensas a considerar a ética do cuidado em suas decisões, pois demonstravam maior sensibilidade e preocupação com as necessidades alheias no que diz respeito ao cuidado e à preservação dos relacionamentos. Enquanto os homens baseariam mais as suas escolhas em propostas éticas pautadas em direitos e princípios imparciais.

A teoria gilliginiana além de propor uma visão diferente daquela da justiça de Piaget e Kohlberg, nos conduz a refletir sobre atribuição das emoções no desenvolvimento moral e na moralidade dos sujeitos, já que centra a sua teoria na compreensão dos papéis da responsabilidade e dos relacionamentos. Com o amadurecimento de sua teoria, a autora esclarece que na resolução dos conflitos morais tanto a justiça quanto o cuidado estão presentes nos dois sexos, já que ambos são capazes de mudar de orientação de acordo com o conflito em questão (GILLIGAN; WIGGINS, 1988).

Apresentaremos, a seguir, alguns autores que trabalharam o conceito de justiça por meio de outros aspectos e consideraram também a importância dos sentimentos e das emoções na moralidade.

1.1 A visão de Justiça de acordo com autores Contemporâneos

Greene e Haidt (2002) dizem que a psicologia tem se concentrado muito na importância do raciocínio e da razão no julgamento moral das pessoas, esquecendo-se da influência da emoção e da intuição afetiva. Eles publicaram um artigo que evidencia a importância do afeto e acreditam que embora exista um papel significativo do raciocínio e da razão na moral das pessoas, o mesmo é restrito.

Os estudos dos autores possuem foco na importância das emoções morais, que de acordo com eles, Kohlberg ignorou em sua teoria sobre o raciocínio moral. Destacam ainda, o papel dos sentimentos tais como a simpatia, vergonha, gratidão e vingança como influenciadores morais.

As considerações e convicções dos autores são baseadas, além do acompanhamento de estudos na área de psicologia evolucionista e primatologia, em estudos e descobertas recentes em neurociência cognitiva que investigam especificamente o julgamento moral.

Eles apontam para um relato preliminar com bases na neuroanatomia funcional, evidenciando a existência de áreas do cérebro que desempenham importantes funções para a realização do julgamento moral das pessoas. Ressaltam, porém, que não existe uma área cerebral exclusivamente dedicada a ele.

Greene e Haidt (2002) resgatam o caso de Phineas Gage “um operário americano, que em 1848 sofreu um acidente com explosivos e teve o seu cérebro (córtex pré-frontal medial) atravessado por um cano de ferro”. Apesar da gravidade do acidente, supreendentemente permaneceu consciente imediatamente após o acidente, estava falando e podia até caminhar. O calor da barra de ferro cauterizou a ferida em seu cérebro e apesar de ter sobrevivido e aparentemente não ter sequelas sofreu grandes mudanças em seu comportamento. De acordo com Damásio (1996) a barra lesionou as áreas do lobo frontal esquerdo e direito, em particular as áreas órbito-frontal e anterior-medial que são regiões que estão relacionadas ao comportamento socialmente adequado.

> Poderá Gage ser descrito como estando dotado de livre-arbítrio? Teria sensibilidade relativamente ao que está certo e errado, ou era vítima de seu novo design cerebral, de tal forma que as decisões lhe eram impostas e por isso inevitáveis? Era responsável pelos seus atos? (DAMÁSIO, 1996, p. 37).

O estudo de Damásio (1996) geraram amplo interesse nas bases neurais afetivas do julgamento social por meio de seu estudo contínuo de pacientes com danos nas porções ventral e medial dos lobos frontais e encontraram resultados promissores que demonstram a ligação das regiões cerebrais ao julgamento moral das pessoas.

Pacientes com danos do tipo Gage são mais propensos a se machucar do que outras pessoas e possuem um comportamento que é mais flagrantemente imoral. Esses pacientes mentem, roubam, negligenciam seus filhos e, às vezes, são fisicamente agressivos - tudo sem remorso aparente. O conhecimento das normas sociais e morais são deficientes e/ou insatisfatórios e o tipo de raciocínio moral parece ser, na terminologia de Kohlberg, "pré-convencional", conduzido a partir de uma perspectiva egocêntrica em que o objetivo é evitar punição. No quesito inteligência, eles têm um desempenho razoavelmente bom em testes de QI e outras medidas cognitivas (GREENE; HAIDT, 2002).

De acordo com esses autores as decisões morais seriam mais uma questão de emoção e intuição afetiva do que de raciocínio deliberado. (GREENE; HAIDT, 2002). No entanto, devemos ter cautela e não tomarmos essas descobertas como verdades únicas e absolutas, já que existem tantos outros que não tiveram qualquer doença neurológica e ainda assim comportam-se indevidamente como Gage.

Greene (2018) em seu livro “Tribos Morais – A tragédia da moralidade do senso comum” discorre sobre a estrutura dos problemas morais. Ele explica que durante centenas de milhares de anos o homem viveu em tribos pequenas, homogêneas em que todos se conheciam e interagiam. Um tipo de sistema automático que funcionava bem, pois se um sujeito praticava alguma ação considerada “errada” por todos, entrava em cena a reparação. Mas essa reparação era pautada em empatia que atuava também para moderar o desejo de vingança. Desse modo a punição não era tão severa, já que todos eram meio aparentados e muitas vezes amigos.

Os problemas morais avolumaram-se a partir do momento que essas tribos começaram a virar megalópoles com milhões de pessoas dos mais diversos grupos

culturais e com os mais diversos sistemas morais, por vezes, até incompatíveis. É como se milhares de tribos opostas tivessem que conviver no mesmo espaço e com regras distintas e sem um sistema unificado para mensurar valores morais.

O autor cita dois tipos de principais de problemas morais. O primeiro e mais básico é o problema do “eu” versus “nós” ou egoísmo versus preocupação com os outros. O segundo tipo de problema moral e moderno é o “nós” versus “eles” ou os nossos interesses e valores versus os deles.

Viver em sociedade implica também no problema da cooperação. Quando a cooperação é fácil ou impossível não há problema social a ser solucionado. Daremos exemplos: Suponha que dois homens estejam enfrentando em alto mar uma violenta tempestade. Nenhum deles sobreviverá, a menos que os dois remem freneticamente. Nesse caso, o interesse próprio coincide com o interesse coletivo estão, portanto em perfeita harmonia. No lado oposto encontramos casos em que a cooperação é impossível. Suponha, por exemplo, que o mesmo dois homens estejam em um bote que está afundando e eles só têm um colete salva-vidas, que não podem dividir. Diríamos que nessa situação não há um “nós”, mas apenas dois “eu” diferentes.

O problema da cooperação pode ser desafiador, mas solucionável quando o interesse individual e coletivo não são perfeitamente opostos ou estão parcialmente alinhados. No entanto, existe mais um fator complicador, pois é raro encontrar uma situação cooperativa na qual os indivíduos não tenham a oportunidade de favorecer a si mesmos à custa do grupo, portanto envolvem tensões entre o interesse próprio e o interesse coletivo, entre “eu” e “nós”.

Portanto, de acordo com Greene (2018) a essência da moralidade seria o altruísmo, a abnegação, a disposição de arcar com um custo pessoal para beneficiar outros. Os sujeitos morais seriam aqueles que estivessem dispostos a colocar o “nós” acima do “eu”, dando lugar à cooperação. No entanto, biologicamente falando, o nosso cérebro moral evoluiu para a cooperação no interior de certos grupos, ou seja, os seres humanos foram projetados para a cooperação, mas somente com algumas pessoas e não evoluiu para cooperação entre grupos (nós versus eles).

Tal constatação do autor encontra respaldo na evolução das espécies por seleção natural e diz que ela é um processo inerentemente competitivo. Pela mesma razão, tendências cooperativas não podem evoluir (biologicamente) a menos que

confiram vantagem competitiva aos cooperadores. Assim como na evolução dos carnívoros mais rápidos, a competição é essencial para a evolução da cooperação.

> Assim, se a moralidade é um conjunto de adaptações para a cooperação, hoje somos seres morais somente porque nossos ancestrais propensos à moralidade venceram seus vizinhos menos propensos. E, consequentemente, na medida em que a moralidade é uma adaptação biológica, ela evoluiu como mecanismo não apenas para colocar o “nós” na frente do “eu”, mas também para colocar o “nós” na frente do “eles”. (Note que, ao dizer isso, não estou assumindo que a moralidade evoluiu por seleção de grupo) Isso possui profundas implicações (GREENE, 2018, p.30).

De forma resumida, duas tragédias morais ameaçam o bem-estar humano: a tragédia do egoísmo ou da incapacidade dos indivíduos de colocarem o “nós” acima do “eu”. E a tragédia moderna, em cada “tribo” possui os seus próprios ideais morais promovendo uma competição intergrupal, o imperativo do “nós” sobre o “eles” (GREENE, 2018).

Segundo Bloom (2014), as dúvidas sobre igualdade e equidade estão entre as questões morais mais imperativas. Se todos concordam que a sociedade justa é aquela que promove a igualdade entre seus cidadãos, nem todos chegam a um acordo sobre que tipo de igualdade é moralmente preferível: a igualdade de resultados ou a igualdade de oportunidades.

> É justo que as pessoas mais produtivas possuam mais do todas as outras, desde que tenham tido oportunidades iguais do início? É justo que um governo tire dinheiro dos ricos para dar aos pobres – e a resposta mudaria se a meta de tal redistribuição não fosse ajudar os pobres em um sentido tangível, mas apenas tornar as pessoas mais equiparáveis. (BLOOM, 2014, p.74)

Para Bloom (2014) nós desejamos repartir a riqueza somente quando se trata de outros indivíduos. O panorama muda quanto nós mesmos estamos envolvidos, pois sempre estamos buscando uma relativa vantagem. O que nos move não é o desejo pela igualdade, mas interesses egoístas referentes a nossa própria riqueza e status, afinal, desde que temos registro, vivemos em uma sociedade com condições de profunda desigualdade. Pode ser que o Homo Sapiens seja uma espécie hierárquica ou que estejamos evolutivamente programados para a dominação e submissão, sob a égide de um líder forte.

Se grande parte das pessoas tende a acreditar que o princípio igualitário de um mundo melhor envolve a distribuição equitativa de recursos, essas mesmas pessoas não se sentem compelidas a ceder metade de seu dinheiro para quem está ao seu lado. Somos generosos em várias ocasiões, mas não de forma indiscriminada. Uma lenda judaica diz que um homem invejoso foi abordado por um anjo que lhe disse que ele poderia pedir qualquer coisa, mas que seu vizinho receberia a mesma coisa em dobro. O homem pensou por um momento e pediu que o anjo lhe arrancasse um de seus olhos.

A equidade, segundo Bloom (2014), vai além da simples decisão sobre a melhor forma de distribuir o que tem valor positivo. Nós temos que determinar, também, como destinar aquilo que é negativo, o que nos levaria à punição e à vingança, “o lado mais sombrio da moralidade”. A punição nunca surgiria se fôssemos gentis uns com os outros, mas como “nascemos de macacos bípedes, e não de anjos caídos” alguns indivíduos são tentados a enganar, a matar e a sucumbir aos mais diversos impulsos egoístas. Para sobrevivermos com esses indivíduos, devemos fazer com que o mau comportamento custe caro. Jesse Prins, autor de *The Emotional Construction of Morals* (2007), defende a indignação como uma característica mais importante para a moralidade do que a empatia e a compaixão. Para o autor, as emoções têm papel essencial nos conceitos morais, sendo possível descartar totalmente o papel da racionalidade na formulação dos conceitos morais.

A vingança seria uma forma pessoal de punição, direcionada àqueles que fizeram algo errado conosco, nossa família ou algum de nossos amigos. Segundo Adam Smith, o ressentimento nos levaria a desejar não apenas que ele fosse punido, mas que fosse punido pelos nossos próprios meios, e em razão daquele dano particular que nos causou. O ressentimento não pode ser totalmente satisfeito, a menos que o criminoso comece ele mesmo a sofrer, e a sofrer por aquele mesmo mal que praticou e que nos fez sofrer. O “criminoso” deve saber com exatidão, por que está sendo punido e por quem. E o resultado é sempre profundamente satisfatório.

O pedido de desculpas visa restabelecer o status da vítima. Quando esse pedido não ocorre à vítima partiria para a retaliação como outra maneira de recuperar o seu status.

> Um erro passado cometido contra nós, ocupando um espaço em nossa história, sem um pedido de desculpas, uma expiação, uma retribuição, uma punição, uma reparação, uma condenação, ou qualquer outra coisa que possa reconhecê-lo como um erro, é uma espécie de alegação. Ele atesta, com efeito, que podemos ser tratados desta forma, e que tal tratamento é aceitável. (BLOOM, 2014, p.99).

A vingança, na sociedade ocidental moderna, possui um papel menos digno do que nas “culturas da honra” (beduínos e subculturas criminosas como a máfia, por exemplo). Em tais culturas, os indivíduos não podem invocar uma autoridade externa para realizar a justiça; cabe a cada um se defender. Nessas culturas, a violência torna-se de suma importância, pois desencoraja o ataque dos outros e consequentemente, os indivíduos membros dessas sociedades tendem a desaprovar atos de desrespeito e a perdoar os atos de retaliação.

Para Steven Pinker (2013) cita que uma das razões para a diminuição da violência ao longo da história é a redução das sociedades baseadas na cultura de honra, sendo a vingança direta substituída pela punição indireta mediada pela ação do governo. Dessa forma, nossa sede de retaliação pessoal, acaba por ser, muitas vezes, controlada.

> O mundo tem moralidade até demais. Se você fosse somar todos os homicídios visando fazer justiça por conta própria, as baixas em guerras religiosas e revolucionárias, as pessoas executadas por crimes sem vítimas e delitos menores e alvos de genocídios ideológicos, eles certamente ultrapassariam os mortos pela predação e conquistas amorais. O senso moral humano é capaz de desculpar qualquer atrocidade na mente de quem a comete, e isso lhe fornece razões para atos de violência que não lhe trazem benefício tangível. A tortura de heréticos e conversos, a queima de bruxas, o encarceramento de homossexuais e a matança de irmãs e filhas impuras em crimes de honra são apenas alguns exemplos (PINKER, 2013, p.831).

O senso moral não nos trás somente pontos negativos, pois há ocasiões em que seu desenvolvimento propicia avanços incríveis como as reformas humanitárias do Iluminismo e as Revoluções por Direitos nas últimas décadas. A moralidade pode ser virulenta, mas pode também ser a cura. A própria concepção de tabu é um exemplo dessa mão de via dupla, pois assim como ela pode “converter o inconformismo religioso ou sexual em um ultraje que reclama um castigo horrendo”,

ela pode prevenir “a mente de enveredar por territórios perigosos” como o uso de armas químicas, guerras de conquistas, estereótipos raciais desumanizadores, sacrifícios de vidas humanas e alusões ao estupro, dentre outros (PINKER, 2013).

Para Pinker (2013) existem distinções psicológicas importantes entre abster-se de uma ação porque ela é considerada ilegal (“Matar é errado”) e abster-se porque ela é desagradável (“Detesto couve-flor”), fora de moda (“Calças boca de sino estão por fora”) ou ainda imprudente (“Não coce picadas de mosquito”). A diferença está no fato de que a desaprovação de um ato moralizado é universalizada, ou seja, desaprovamos que qualquer um as cometa. Por exemplo, se julgamos que assassinato, tortura e estupro são imorais, não nos absteremos de empreender esses atos, assim como não ficamos indiferentes quando outras pessoas os cometem. Já no caso da couve-flor, pouco me importa se outra pessoa a considere deliciosa.

Além de universalizadas, as convicções moralizantes são acionáveis, ou seja, os indivíduos tendem a encarar as ações morais como objetivos intrinsecamente meritórios, sem a necessidade de motivos suplementares. “Se alguém acredita que assassinato é imoral, não precisará ser remunerado, ou sequer estimado, por abster-se de matar alguém” (PINKER, 2013, p.833). Geralmente quando um preceito moral é quebrado, as pessoas racionalizam tal falha em busca de um preceito compensatório, procurando uma desculpa ou admitindo uma fraqueza pessoal. Outra característica refere-se ao fato de que as infrações moralizadas são passíveis de punição, pois se você considera que assassinar é errado, além de possuir o direito de ver o transgressor punido, você se sente obrigado a fazer com que essa punição ocorra. Não se pode ignorar um assassinato. “Agora coloque, no lugar de “assassinato”, “idolatria”, “homossexualidade”, “blasfêmia”, “subversão”, “incidência” ou “insubordinação” e você verá como o senso moral humano pode ser uma grande força maléfica.” (PINKER, 2013, p.833).

Para Bloom (2014) há várias interações com as quais a lei não consegue lidar, pois o desejo de vingança permanece dentro da maioria das pessoas. Podemos ir a desforra com, por exemplo, “intrigas maldosas” ou “e-mails e mensagens sarcásticas” fazendo com que aqueles que nos desrespeitam possam sofrer até nos considerarmos por satisfeitos. Já a punição de terceiros mesmo que estes não nos tenham feito mal pessoalmente é diferente da vingança e reflete nosso apetite pela punição.

Um bom exemplo desse fenômeno é o *Renrou sousuo yinqing* ou *Human-flesh search engines, que* pode ser traduzido como “buscadores de carne humana”. Originário da China é um movimento que utiliza a Internet (MOP – fórum de discussões chinês) como forma de contribuir com informações sobre adúlteros, transgressores, apátridas e até atores pornográficos amadores. Esses supostos “vingadores” estimulam agressões físicas e sociais contra esses indivíduos “transgressores” e na maioria das vezes são bem sucedidos fazendo com que os “caçados” percam o emprego ou tenham que sair da cidade. A psicologia da punição indireta é psicologia da vingança em larga escala, ou seja, ao longo da evolução aperfeiçoamos a nossa tendência a retaliar aqueles que nos prejudicam e que prejudicam pessoas com as quais nos importamos pelo simples fato de impedir que esse comportamento se repita no futuro. Quando esses sentimentos de proteção são estendidos aos casos em que não estamos envolvidos de forma direta, isso acontece pelo exercício da empatia. Nós nos colocamos no lugar da vítima e reagimos como se fôssemos os prejudicados. Sendo assim, a punição indireta é a vingança acrescida da empatia. Somos tentados a punir aqueles que prejudicam indivíduos que nos inspiram empatia, com que nos preocupamos, mas nos sentimos menos motivados a punir quando temos ligação empática com o agressor (BLOOM, 2014).

> É um ponto de vista próximo à visão de Adam Smith: “quando vemos um homem ser oprimido ou ofendido por outro, a compaixão que sentimos pelo seu sofrimento parece servir, unicamente, para estimular nosso sentimento de solidariedade com seu ressentimento contra o ofensor. Nós nos alegramos ao vê-lo atacar seu adversário, ficamos ávidos e prontos para ajuda-lo”. Mas considero que Smith estava ligeiramente equivocado ao afirmar que o ressentimento que identificamos na vítima signifique um forte impulso à punição. Afinal de contas, acredito que alguém que tortura gatinhos deva ser punido, mas não porque eu ache que os próprios gatinhos desejariam se vingar. A questão relevante não é “o que a vítima deseja?”. É “o que eu desejaria se a vítima fosse eu ou alguém com que eu me importasse?” (BLOOM, 2014, p.110).

Ronson (2015), autor do livro “Humilhado – Como a Era da Internet Mudou o Julgamento Público, traz vários exemplos que corroboram com a nossa pesquisa. Ele entrevistou pessoas alvos de humilhação na Internet e também os acusadores, trazendo um relato que evidencia a posição de cada ator. O primeiro capítulo traz a sua própria experiência como vítima e expõe a sua satisfação ao se sentir

compreendido, defendido e vingado por uma multidão de desconhecidos. Em resumo, o seu caso ocorreu quando três acadêmicos, em forma de protesto, clonaram a sua conta do *Twitter* e realizaram publicações nela. Ronson então marcou uma entrevista com eles e pediu para filmar tudo. Após sair da entrevista decidiu publicá-la no Youtube, mesmo receoso do papel resmungão que desempenhara. Estava preparado para receber comentários debochando de suas atitudes. Eis uns dos comentários que recebeu:

> Idiotas cruéis e perturbados brincando com a vida de outra pessoa, e depois rindo da dor e da raiva da vítima"; "Esses acadêmicos desgraçados merecem morrer de forma dolorosa. O escroto do meio é uma porra de um psicopata"; "Queimem os escrotos. Principalmente o escroto do meio. E principalmente escroto careca da esquerda. E principalmente o escroto calado. Depois, mije nos cadáveres deles." (RONSON, 2015, p.15-16).

Como resultado, após a humilhação pública que receberam, os três acadêmicos tiraram a conta clone de Ronson do ar. Ronson sentiu como se o equilíbrio tivesse voltado, um sentimento maravilhoso tomou conta dele, estava feliz por se sentir vitorioso e pensou em o quanto essa prática era eficiente para corrigir as injustiças.

O relato trazido por Ronson demonstra a sensação de bem-estar que pode atravessar as pessoas que buscam a internet e o apoio dos usuários como instrumento para legitimar e até resolverem os seus problemas de forma rápida e eficaz, sem precisarem recorrer à morosidade do processo judicial.

> Fiquei feliz por sair vitorioso. Eu me senti muito bem. O sentimento maravilhoso tomou conta de mim como um sedativo. Estranhos do mundo inteiro tinham se unido para me dizer que eu estava certo. Era o final perfeito. Então, relembrei as demais humilhações recentes em mídias sociais das quais gostei e me senti orgulhoso. [...] quando os poderosos falavam besteira, íamos para cima deles (RONSON, 2015, p.17).

Ao mesmo tempo em que Ronson (2015) percebe o sentimento de satisfação advindo do apoio comunitário a sua queixa, ele traça em seu livro o caminho oposto para demonstrar a visão de quem está do outro lado da situação, o acusado. Como ficam aqueles que são submetidos ao linchamento nas redes sociais? A punição seria justa e de acordo com os seus atos? Esses questionamentos que ficam implícitos em seu livro são muito pertinentes a nossa pesquisa. Jordan, Bloom,

Hoffman e Rand (2016) publicaram no New York Times um artigo sobre por que ficamos tão bravos, mesmo quando a ofensa em questão não nos atinge diretamente. Para os autores embora a resposta pareça óbvia, não é. Além de denunciarmos os malfeitores em nome da equidade e da justiça visando um mundo melhor numa espécie de gesto naturalmente altruísta; os pesquisadores evidenciaram que as raízes do ultraje moral são, em parte, utilitárias. Eles argumentam que punir os outros por mau comportamento (indignação ou ultraje moral) funcionaria como uma espécie de autopropaganda, já que ocorreria uma melhora na reputação e na imagem do punidor, que passa a ser visto como bom e digno de confiabilidade.

> [...] nosso modelo e experimentos apoiaram a teoria de que expressar ultraje moral serve para melhorar nossas reputações. Explica também por que as pessoas às vezes são punitivas de um modo que não faz sentido para a perspectiva de beneficiar um bem maior. A punição às vezes pode ser enormemente desproporcional à ofensa deferida. Peguemos, por exemplo, o caso de Justine Sacco, que em 2013 twittou um comentário sobre a AIDS na África [...] e foi raivosamente atacada por milhares de desconhecidos indignados [...]. Estando ou não conscientes do que faziam, estas pessoas estavam principalmente propagandeando para suas redes no *twitter* que elas mesmas não eram racistas (JORDAN et. al, 2016, p.10, **tradução nossa**) .

Diante do que foi exposto, vimos que muitas relações interpessoais nos SRSs estão minadas quando o quesito é o respeito, tolerância e prudência ao outro. Explicitamos a problemática da moralidade contemporânea e gostaríamos de convidar o leitor a pensar nas relações sociais mediadas por esses aparatos tecnológicos. No entanto, será necessário adentrar no universo das tecnologias, da Internet e dos Sites de Redes Sociais, pois eles podem nos dar pista para compreender o atual contexto no qual estamos inseridos.

Por isso, no próximo capítulo traremos um breve histórico da emergência da internet, dos Sites de Redes Sociais e do Facebook, além de uma conceptualização do ciberespaço.

Tecnologias, Internet e Sites de Redes Sociais



Fonte: Imagem de https://br.freepik.com editada pelo autor

2.1 O surgimento da Internet

Para Castells (2003) a internet é uma invenção tão importante para a nossa época, tal qual a eletricidade e o motor elétrico foi para a Era Industrial, torna-se o tecido de nossas vidas. Ela se instaura nos países democráticos como instrumento vital de comunicação, informação e expressão, de tal forma que é praticamente impossível ignorar ou relegar o seu amplo uso na sociedade.

A origem da internet ocorreu, além de outros fatores, graças ao desenvolvimento de computadores eletrônicos na Segunda Guerra Mundial, que acabaram sendo desenvolvidos como ferramentas de processamento de cálculos matemáticos para lidar com problemas de balística e a decifração de códigos criptografados pelos inimigos. Nos anos seguintes à II Guerra, período marcado pela Guerra Fria, os computadores foram utilizados para criar meios que propiciassem a comunicação e o controle de informações.

Logo após a Segunda Guerra Mundial (1945), os Estados Unidos e a União Soviética travaram batalhas e disputas indiretas com a ambição de alcançar a hegemonia política, econômica e militar no mundo. Em outubro de 1957 a União Soviética sai à frente dos Estados Unidos e lança o primeiro satélite artificial da Terra, o Sputnik 1. A partir de então, os Estados Unidos forçados a empenhar-se para encontrar algum meio de alcançar superioridade tecnológica militar em relação aos mesmos, criam em 1958 a *Advanced Research Projects Agency* (ARPA). Em 1962 é criado um departamento na ARPA, o *Information Processing Techniques Office* (IPTO), cujo diretor era Joseph Licklider, um psicólogo transformado em cientista da computação no MIT. Ele foi o precursor do conceito da “Rede Galáctica”, que previa um sistema de rede que interligasse vários computadores mundialmente para aceder a dados (CASTELLS, 2003).

A Internet tem suas origens em setembro de 1969 quando o IPTO desenvolve um pequeno programa de rede de computadores, a ARPANET. No entanto, o formato da Internet, tal qual a conhecemos atualmente, é resultado da integração dos conceitos de ARPANET e de *Bulletin Board System* (BBS).

Em 1977, Ward Cristensen e Randy Suess criaram um programa que permitia a transferência de arquivos entre os seus computadores (MODEM) e em 1978

conceberam outro programa, o *Computer Bulletin Board System*, que possibilitava o envio e o armazenamento de mensagens. Eles liberaram ambos os programas para o domínio público.

Vários programadores passaram a criar os seus *Bulletin Board System* (BBS). Que além de permitir a transferência e armazenamento de mensagens entre os computadores, passou a propiciar a interação entre os usuários para a troca de documentos, leitura de notícias e envio de mensagens. Nesse sistema, o usuário escolhia uma BBS a partir de um tema de seu interesse e ao se conectar a ela e a receber e responder todas as mensagens que foram remetidas para o banco de dados. Esses grupos de Usenet tornaram-se populares a partir de 1980 e os e-mails se difundiram no final dessa década. A história da Web se dividiu em dois períodos distintos: o acadêmico e o comercial (PALFREY; GASSER, 2011).

A *Web* foi inventada a partir de pesquisas militares no final da década de 90, tendo como principal contexto a Guerra Fria. Sua primeira versão tinha como objetivo principal a comunicação e a transmissão de dados. Passou então a ser uma rede que interligava universidades ao redor do mundo. A sua popularização se deu gradativamente com o barateamento dos custos de acesso comercial à rede. Essa propagação foi o que permitiu o surgimento de enciclopédias abertas, ferramentas de comunicação em diferentes formatos e o comércio eletrônico (COLVARA, 2013).

> A Internet é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global. [...] A influência das redes baseadas na Internet vai além do número de seus usuários: diz respeito também à qualidade do uso. Atividades econômicas, sociais, políticas, e culturais essenciais por todo o planeta estão sendo estruturadas pela Internet e em torno dela, como por outras redes de computadores. De fato, ser excluído dessas redes é sofrer uma das formas mais danosas de exclusão em nossa economia e em nossa cultura (CASTELLS,2003, p. 8).

Posteriormente, ela foi sendo aperfeiçoada e ganhou o status de Web 2.0, essa denominação foi cunhada, após receber significativas mudanças em sua utilidade, migrando de um simples canal de consulta e comunicação para uma plataforma interativa. Podemos destacar nessa transição o aparecimento dos chamados Sites de Redes Sociais On-line (SRSs).

A Web 3.0 emergiu da necessidade de tornar mais inteligente e organizado todos os conteúdos disponíveis na internet, transformando assim a rede em um sistema educacional inteligente (AGHAEI ET AL., 2012).

De acordo com Aghaei et al. (2012), sucintamente, diríamos que a evolução da Web passou por três grandes fases, sendo elas:

a) Web 1.0: Foi a primeira geração da Web, sendo, portanto, a fase inicial de implantação e popularização da rede em si. Foi considerada a web somente leitura, com interações entre usuários limitadas;

b) Web 2.0: definida como uma rede de leitura e escrita. Maior ênfase na ligação entre pessoas, portanto, dedicou-se a proporcionar uma maior participação do usuário, permitindo montar e criar grandes multidões globais de comum interesse, por meio da criação das comunidades virtuais e das ferramentas de mídias sociais;

c) Web 3.0: Também chamada de Web Semântica, pois lida com o desejo de diminuir as tarefas e as decisões humanas, deixando-as a cargo das máquinas. Tinha o intuito de permitir uma cooperação entre homem e máquina, a fim de organizar um grande número de comunidades sociais da web para que os programas sejam fossem de entender e fazer um melhor uso desses dados.

Discute-se atualmente a emergência de uma quarta onda de transformação da rede: a Web 4.0. Vista com uma web simbólica com a capacidade de interação simbiótica entre a mente humana e as máquinas. Será um complexo sistema de inteligência artificial (AGHAEI et al., 2012; CHOUDHURY, 2014).

> O ponto de partida desta análise é que as pessoas, as instituições, as companhias e a sociedade em geral transformam a tecnologia, qualquer tecnologia, apropriando-a, modificando-a, experimentando-a. Esta é a lição fundamental que a história social da tecnologia ensina, e isso é ainda mais verdadeiro no caso da Internet, uma tecnologia da comunicação. A comunicação consciente (linguagem humana) é o que faz a especificidade biológica da espécie humana. Como nossa prática é baseada na comunicação, e a Internet transforma o modo como nos comunicamos, nossas vidas são profundamente afetadas por essa nova tecnologia da comunicação. Por outro lado, ao usá-la de muitas maneiras, nós transformamos a própria Internet. Um novo padrão sociotécnico emerge dessa interação (CASTELLS,2003, p. 10).

Desde 2014, a “We Are Social” em parceria com a “Hootsuite” lança anualmente, um estudo mundial denominado “Digital in Global Overview”. Eles investigam as características do uso da Internet, Smartphones e dos Sites de Mídias Sociais, por usuários de todas as partes do mundo. São inúmeros resultados que

nos auxiliaram a compreender a inserção numérica dos usuários na internet, nas mídias sociais e o comportamento de uso dos aparatos digitais.

De acordo com o último relatório “Digital in 2018” (SOCIAL, 2018) existem mais de 4.021 bilhões de pessoas ao redor do mundo que utilizam a internet. Se compararmos esse número com a população global em 2017 que girava em torno dos 7,6 bilhões de habitantes (ONU, 2017), poderíamos dizer que mais da metade do Planeta estão conectados à rede. Além disso, 43% do mundo são usuários ativos das mídias sociais, 68% possuem celulares e 39% acessam a rede por intermédio dos smartphones. Em relação à partilha do tráfego da Web por dispositivo teríamos: Computadores e Notebooks – 43%, Celulares – 52%, Tablets – 4% e outros dispositivos (Videogames e Smart TVs) – 0,14%. Embora esse último dado seja bem inferior aos demais, ele foi o que mais cresceu em relação à Janeiro de 2017, apresentando 17% de aumento em seu uso.

Em relação ao Brasil, no mesmo período, a população do país era 210.1 milhões de habitantes, e dessa população, 139.1 milhões de pessoas, ou seja, 66% utilizavam a internet e 62% eram usuários ativos das redes sociais. Já em relação ao uso de smartphones, temos o número de 68% e, ainda, 57% da população do país acessam as plataformas sociais no aparelho. Outro dado importantíssimo é que os brasileiros gastam em média 9 horas e 14 minutos diários acessando a internet por meio de qualquer dispositivo e 85% a acessam todos os dias. Em relação à divisão de uso por aparelhos, foi indicado que: 67% dos brasileiros acessam a internet via computador ou notebook, 32% nos Smartphones, 1% pelos tablets e 0,15% utilizam outros dispositivos. Se compararmos com os números de Janeiro de 2017, os computadores e notebooks tiveram um decréscimo de 1% e os tablets 28%, já os smartphones aumentaram 4% e os outros dispositivos subiram 67%.

O Brasil está entre os três países do mundo no qual a população ultrapassa em média, mais de 9 horas do dia navegando na Internet. Em relação ao ranking de tempo de uso nas redes sociais, ficamos em segundo lugar e perdemos apenas para as Filipinas, a média diária brasileira é de 3 horas e 39 minutos contra quatro horas e dezessete minutos diários das Filipinas (Figura 1).

Figura 1 – Dados sobre a Internet e os SRSs no Brasil (2018)



Fonte: o próprio autor, 2019.

2.2 O surgimento dos Sites de Redes Sociais

Antes de darmos continuidade, é importante elucidar que os termos “Redes Sociais” e “Mídias Sociais” precedem ao surgimento da internet, no entanto é nesse contexto que logram sua maior notoriedade e ampla utilização.

De acordo com Marteleto (2007) ainda mais antigo é o vocábulo “Redes”, que desde Hipócrates até o fim do século XVIII manteve uma “relação estreita com o organismo e o corpo até adquirir sua concepção moderna, definindo uma matriz técnica de arranjo do território, (p.7)”. Sua concepção moderna, contudo percorreu um longo percurso nos campos científicos e culturais adquirindo e abandonando diversos significados de acordo com o paradigma disciplinar e discursivo na qual era adotado. À vista disso, muito vasta são as suas definições e designa uma grande variedade de objetos e fenómenos.

> O conceito de rede social apareceu cedo na Sociologia e na Antropologia Social. No entanto, inicialmente, nos anos 30 e 40, o termo era sobretudo usado em sentido metafórico: os autores não identificavam características morfológicas, úteis para a descrição de situações específicas, nem estabeleciam relações entre as redes e o comportamento dos indivíduos que as constituem (PORTUGAL, 2006, p.102-103).

A partir dos anos 90, os estudos sobre redes sociais despontaram, principalmente a partir das perspectivas da sociologia, da antropologia da e psicologia social. O extremo desenvolvimento das comunicações, a valorização das relações entre as pessoas e o foco na importância do caráter interativo nas relações sociais contribuíram para aumentar a popularidade conceitual de rede.

No entanto, devido tamanha relevância, diversos autores passaram a defender o surgimento de uma “nova ciência das redes”. Isso ocorreu graças à transposição do termo, para além dos limites das ciências sociais e a sua expansão a outros domínios científicos, tais como: a matemática, física, engenharia, informática, medicina, biologia, etc. Todas essas áreas passam a reconhecer que a noção de rede é um conceito-chave para a visão do mundo contemporâneo em que tudo está “ligado” e interconectado e, tem se mostrado de suma importância para o articulamento entre os diferentes campos do saber, nas investigações acadêmicas e

nos estudos que englobam as dinâmicas sociais atuais. (WATTS, 2003; BARABÁSI, 2003; PORTUGAL, 2006).

Castells (1999) em seu livro denominado “A sociedade em Rede” resgata, desde os anos 70, um amplo panorama histórico dos avanços tecnológicos e os caracteriza como uma verdadeira revolução da tecnologia da informação, mas alerta que a cada instante o cenário mundial se transforma devido à velocidade e influência das novas descobertas e dos avanços técnico-científicos.

Durante a maior parte da história humana, as redes eram fundamentalmente do domínio da vida privada, as metas e as tarefas eram centralmente definidas em cadeias de comando e controles verticais, mas com a incorporação da informação e das tecnologias de comunicação baseadas no computador, em especial a internet, resultaram “numa combinação sem precedentes de flexibilidade e desempenho de tarefa, de tomada de decisão coordenada e execução descentralizada, de expressão individualizada e comunicação global, horizontal [...]” (CASTELLS, 2003, p. 8).

Na opinião de Castells (2003), as características inerentes da rede, tais como a flexibilidade e adaptabilidade, são essenciais para a sobrevivência e prosperidade num meio em frenética transformação, além de lhe concederem vantagens extraordinárias como ferramentas de organização. O autor ressalta que atual conjuntura tecnológica legou ao termo “redes” uma nova identidade, elegendo-a como um conjunto de nós interconectados e transformando-a em: “redes de informação energizadas pela internet” (CASTELLS, 2003, p.7).

Com o advento da Web 2.0 e as políticas de incentivo ao uso de tecnologias e da rede, a popularização da internet passa por um processo rápido e maciço (países globalizados) e é nesse contexto que surgem os Sites de Redes Sociais On-line (SRS) ou *Social Network Sites* em inglês (SNS) ou ainda*, Social Networking Sites*. Em nossa pesquisa utilizaremos a primeira terminologia.

Ellison et al. (2007) definem os SRSs como espaços utilizados para expressão na Internet. Eles são diferenciados dos sites da Web por permitirem ao usuário a construção de um perfil (persona) ou página social, interações sociais entre os usuários e a exposição pública de cada ator. Santana et al (2009) reforçam a ideia de que os SRSs são voltados para a interação de pessoas, a formação de grupos e diversas formas de compartilhamento de informações.

> São serviços baseados na web que permitem aos indivíduos (1) construir um perfil público ou semipúblico dentro de um sistema limitado, (2) articular uma lista de outros usuários com quem eles compartilham uma conexão, e (3) ver e percorrer a sua lista de conexões e aquelas feitas por outros dentro do sistema. A natureza e a nomenclatura dessas conexões podem variar de site para site (ELLISON ET AL., 2007, p. 211).

Dois são os elementos que definem uma rede social, os atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais). Sendo assim, a rede é uma ferramenta para observar os padrões da conexão de um grupo social e a interação entre os diversos atores (WASSERMAN; FAUST, 1994; CARRINGTON; SCOTT; WASSERMAN, 2005).

De acordo com, Machado e Tijiboy (2005) esses sites ou softwares sociais funcionam como mediadores sociais, já que permitem que os usuários se relacionem com outras pessoas no ambiente virtual, além de proporcionar a experiência de partilha, o aglutinamento de pessoas com interesses comuns, a discussão de vários temas, etc. Esses sites se multiplicam a cada dia na *WEB*, em contínuo movimento de mudança, cada um com objetivos e recursos específicos, mas no geral, as redes de relacionamentos virtuais visam impulsionar as relações humanas, oferecendo ao outro a oportunidade de observarem através de suas publicações, um pouco do seu cotidiano.

Em 1995, surge o *ClassMates.com* que tinha como objetivo possibilitar reencontros entre amigos que estudaram juntos. Ele foi considerado a primeira rede social da história e foi amplamente utilizado nos Estados Unidos e no Canadá como um serviço pago de bastante sucesso.

No entanto, foi o *SixDegrees* que inaugurou o modelo de rede social, que se encaixava na definição de SRS e é tal qual os conhecemos atualmente. O site foi criado em 1997 por Andrew Weinreich e tinha como característica a criação de perfis, a possibilidade de adição de contatos, de envio de mensagens privadas e a publicações em “murais”. Seu nome foi inspirado na teoria dos “seis graus de separação” de Stanley Milgram (1956), cujo pressuposto foi baseado em um estudo empírico que teve o seguinte resultado: são necessários no máximo seis laços de amizade para que duas pessoas quaisquer estejam ligadas.

Anteriormente a inauguração do *SixDegrees* houve outros serviços que atendiam alguns dos requisitos para se enquadrarem na definição dos SRSs, ou

seja, nem tudo o que foi proposto nesse site era novidade. Por exemplo, o *ICQ* em 1996 era um programa de mensagens instantâneas que já trazia o conceito de adicionar e ter uma lista de amigos, porém os mesmos não eram visíveis a outros usuários (BOYD; ELLISON, 2007).

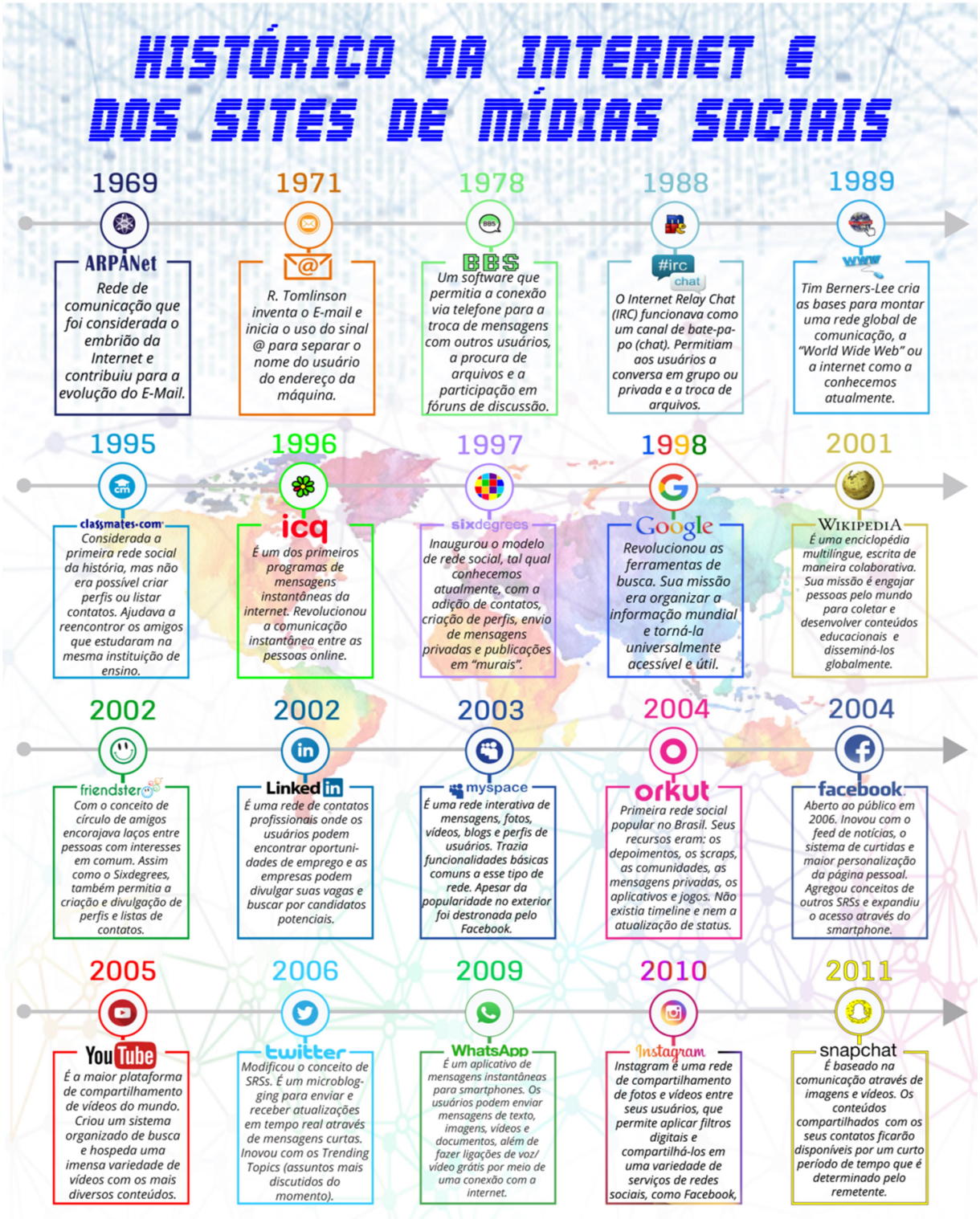
Desde que começamos esse estudo em 2015 alguns autores utilizavam e até hoje utilizam os termos Sites de Redes Sociais, Sites de Relacionamento, Sites de mídias sociais, etc, como sinônimos. Entretanto, como citado anteriormente, mídias sociais e redes sociais não definem o mesmo objeto. Assim como o termo "rede social", "mídia social" é anterior à revolução da comunicação. De acordo com o *Oxford English Dictionary* o interesse pelos meios de comunicação é extremamente antigo, inclusive anterior ao aparecimento da palavra "mídia" na década de 1920. O processo de apropriação terminológica desses termos ao âmbito virtual ainda enfrenta muitas ambiguidades e divergências.

Kaplan e Haenlein (2010) consideram que dois termos devem ser relacionados ante ao surgimento e a evolução das mídias sociais: a *Web* 2.0 e o Conteúdo Gerado pelo Usuário (CGU). Como já foi dito anteriormente, a *Web* 2.0 foi um termo utilizado pela primeira vez em 2004 para descrever uma nova forma pela qual os desenvolvedores de software e os usuários começaram a utilizar a World Wide Web; ou seja, como uma plataforma em que o conteúdo e os aplicativos não eram apenas criados e publicados pelos indivíduos, mas modificados continuamente por todos os usuários de forma participativa e colaborativa. Já o CGU, que alcançou ampla popularidade em 2005, é geralmente aplicado para descrever as várias formas de conteúdo de mídia que são publicamente disponíveis e criados pelos usuários finais. São vistos como a soma de todas as formas pelas quais as pessoas fazem uso das Mídias Sociais. Dessa forma e depois de esclarecidos esses conceitos, os autores definem os sites de mídias sociais da seguinte maneira: "um grupo de aplicações para Internet construídas com base nos fundamentos ideológicos e tecnológicos da Web 2.0, e que permitem a criação e troca de Conteúdo Gerado pelo Utilizador (UCG)" (KAPLAN; HAENLEIN, 2010, p.61).

Diante dessa conceituação somos capazes de imputar que por definição o conceito de mídia social é mais amplo e abrange a classificação de rede social, ou seja, a rede social é uma categoria de mídia social. Dessa forma, toda rede social é também mídia social, no entanto, o contrário não é válido. De forma específica, os SRS possuem o propósito de conectar as pessoas e concentram-se na interação

entre os seus membros, enquanto as Mídias Sociais dão ênfase na divulgação e compartilhamento de conteúdos deixando as relações em segundo plano. De forma simplificada, para entender melhor o conceito podemos relembrar como compreendíamos a terminologia mídia previamente ao surgimento da internet (comunicação em massa). Acontece que diante dos avanços tecnológicos ela foi influenciada e precisou se adaptar aos novos tempos, deixando de ser estática, oferecendo atualizações em tempo real e a possibilidade de interação com os seus espectadores. Como exemplos de redes sociais podemos citar: Facebook, Orkut, MySpace, Instagram, entre outros. Já na classificação de Mídias Sociais temos: *Twitter* (microblogging), YouTube (compartilhamento de vídeos), SlideShare (compartilhamento de apresentações).

Figura 2 – Contextualização do desenvolvimento da Internet e dos Sites de Redes Sociais (1969 a 2011)



Fonte: o próprio autor, 2019.

De acordo com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, na Pesquisa Brasileira de Mídia (2015), cerca de 48% dos brasileiros utilizam a internet regularmente. O tempo que as pessoas ficam conectadas já é superior ao tempo médio que os brasileiros ficam expostos ao televisor. A pesquisa demonstra ainda que o fator idade e escolaridade impulsionam a frequência e a intensidade do uso na internet no Brasil. Em relação à escolaridade 72% dos usuários com ensino superior acessam a internet todos os dias. Já quando o quesito é faixa etária, os jovens entre 16 e 25 anos são usuários mais intensos das novas mídias, já que 65% se conectam todos os dias. É de suma importância ressaltar que o impulsionamento desses números está relacionado ao uso de outros meios, além dos computadores, para manterem-se conectados, sendo esse fator um dos propulsores da popularização dos sites de redes sociais. Apesar de o acesso a web ser maior com o auxílio de computadores, a pesquisa apontou que esse número está em declínio. Ainda de acordo com a PMB 2015, entre os internautas brasileiros, 92% estão conectados por meio de sites de redes sociais (SRSs), sendo as mais utilizadas o *Facebook* (83%), o *Whatsapp* (58%), *Youtube* (17%) e *Twitter* (5%).

Para a coleta de dados de nossa pesquisa elegemos o *Facebook*, pois o mesmo é o Site de Rede Social On-line mais utilizado atualmente.

2.2.1 O Facebook

O Facebook (originalmente, *theFacebookbook*) foi idealizado e fundado por Mark Zuckerberg e seus colegas em 4 de fevereiro de 2004, com acesso restrito somente aos alunos da Harvard. Zuckerberg era um grande programador de computadores e já havia desenvolvido vários sites de redes sociais para colegas, incluindo o Coursematch, que permitia aos usuários ver as pessoas se formarem, e o Facemash que foi um site programado para ser um jogo entre os estudantes da Harvard onde se podia avaliar a atratividade das pessoas. Eram apresentadas aos visitantes duas fotos, lado a lado, das estudantes do Câmpus com o seguinte enunciado: *Who´s hotter? Click to choose.* O intuito era: “dizer qual era a mais ‘sexy’. À medida que a classificação de uma pessoa ia “esquentando”, sua imagem era

comparada com as de outras pessoas também cada vez mais sexies." (KIRKPATRICK, 2011, p.26).

Zuckerberg criou o Facemash em uma jornada de oito horas consecutivas, bêbado, logo após sofrer uma desilusão amorosa e de maneira ilícita, já que para construir o banco de dados das fotos foi necessário hackear a rede interna da instituição para compilar das versões digitais dos "facebooks" (livros de rostos) as imagens das estudantes matriculadas na universidade (KIRKPATRICK, 2011). Ele espalhou o endereço do site enviando e-mails para vários estudantes e aos poucos o link era encaminhado de um alojamento a outro. O resultado? O Facemash congestionou a rede da universidade com 22 mil acessos em duas horas, as meninas sentiram-se ofendidas, a Harvard o processou e retirou o site do ar.

> Mais tarde, em um tom um tanto eloquente, o Crimson opinou sobre a atratividade do software, mesmo que seu editorial repreendesse Zuckerberg por "apelar para o pior lado dos estudantes de Harvard"... Nós, estudantes de Harvard, poderíamos ceder à nossa inclinação para julgar aqueles que nos rodeiam de acordo com critérios superficiais sem jamais precisarmos enfrentar qualquer um dos julgados em pessoa." Sim, era divertido (KIRKPATRICK, 2011, p.27).

Após o ocorrido era preciso criar uma plataforma on-line que contivesse as mesmas informações dos "facebooks" impressos, mas que eliminasse o problema dos direitos autorais. A Harvard, inclusive, já tinha a intenção de unificar os "facebooks" de cada alojamento em uma única plataforma que pudesse ser acessada e pesquisada on-line, mas sempre caiam no o entrave das questões legais e de quais informações deveriam ser publicadas.

O Facebook foi inspirado nas ideias do Coursematch e do Facemash, e também trouxe algumas ideias do Friendster do qual Zuckerberg era membro. De certa forma, toda a polêmica que foi gerada pelo Facemash foi essencial para o desenvolvimento do *Facebook*. A ideia principal de que os usuários voluntariamente fornecessem suas próprias fotos, informações, etc, eliminava toda a questão legal dos direitos autorais.

A ideia principal Zuckerberg era criar um diretório com informações reais e verdadeiras sobre os alunos. Na época já era possível pesquisar no Google e obter informações na Wikipedia, no entanto Zuckerberg sentia falta de uma ferramenta que trouxesse informações sobre as pessoas e de um espaço para criar e estabelecer uma rede de contatos.

> Essa visão simples, combinada com o desejo de Zuckerberg de criar um diretório confiável com base em informações reais sobre os alunos, tornou-se o conceito central do Thefacebook. “Nosso projeto foi posto em ação como uma maneira de ajudar as pessoas a compartilhar mais coisas em Harvard”, diz Zuckerberg, “de modo que pudessem ter uma visão mais ampla do que estava acontecendo na faculdade. Eu queria fazer isso para poder ter acesso a informações sobre qualquer pessoa e para que qualquer um pudesse compartilhar tudo o que quisesse.” (KIRKPATRICK, 2011, p.31).

Thefacebook.com foi registrado no dia 11 de janeiro no site Register.com, mas entrou no ar somente em fevereiro de 2004.

> A tela inicial dizia: “O Thefacebook é um diretório on-line que conecta pessoas por meio de redes sociais nas faculdades. Abrimos o Thefacebook para uso popular na Universidade de Harvard. Você pode usar o Thefacebook para: procurar pessoas na sua faculdade; descobrir quem está nos mesmos cursos que você; procurar amigos dos seus amigos; ver uma representação visual da sua rede social.” KIRKPATRICK, 2011, p.33).

Era uma ferramenta restrita a algumas pessoas, pois era necessário receber um convite de um usuário já registrado no *Facebook* para então tornar-se um membro. Gradativamente o *Facebook* tornou-se disponível para outras universidades americanas, no outono de 2005 passou a aceitar estudantes do ensino médio e no outono de 2006 liberou o uso para qualquer pessoa.

De acordo com Boyd e Ellison (2007) o sucesso do *Facebook* ocorreu por ser percebido pelos usuários como mais privado do que os outros sites de redes sociais da época, já que apenas os “amigos” eram capazes de visualizar o perfil uns dos outros. É claro que, além disso, o site tem adotado várias estratégias para manter-se popular. Desde o seu lançamento até os dias de hoje foram muitas transformações na rede social e, o seu criador Mark Zuckerberg, soube combinar inovações nas mais variadas dimensões possíveis (produto, processo, clientes, captura de valor, etc.).

Basicamente o *Facebook* tem funcionado com a criação de perfis e comunidades, em que é possível acrescentar módulos de aplicativos (jogos, ferramentas, etc.). Outra inovação significativa foi permitir um sistema de criação de aplicativos aberto aos usuários.

> Por mais popular que possa ser, o *Facebook* nunca pretendeu substituir a comunicação face a face. Embora muitas pessoas não o usem dessa maneira, ele foi explicitamente concebido e projetado por Zuckerberg e seus colegas como uma ferramenta para melhorar os relacionamentos com as pessoas que você conhece pessoalmente – seus amigos no mundo real, conhecidos, colegas de classe ou de trabalho (KIRKPATRICK, 2011, p.17)

Assim como tudo no mundo da Era Digital, a velocidade de transformações e modificações da Web e das tecnologias em geral é impressionante, considera-se, inclusive, que esse foi o período mais frenético já vivido. Diante disso, as pessoas consideram natural o uso de todo esse aparato instrumental no seu cotidiano, de tal maneira que já não conseguem imaginar um mundo sem a utilização dos mesmos. O primeiro contato com a tecnologia tem ocorrido cada vez mais precocemente, muitas vezes anteriormente à escolarização infantil (PAIVA; COSTA, 2015).

Ela, portanto, se infiltra no cotidiano das pessoas, transformado inclusive, as formas de se estar no mundo. O sujeito passa a sentir a necessidade de estar conectado 24 horas por dia, vivendo em um universo virtual cada vez mais naturalizado. Discutem-se os impactos, públicos e privados, dessa nova forma de viver e teoriza-se uma época marcada pela revolução digital (POSTIGO, 2011).

Essa sofisticação dos meios de comunicação, não alterou apenas os hábitos cotidianos, mas criou uma nova ideia de espaço. O espaço cibernético ou ciberespaço nada mais é que um espaço virtual. Para Pierre Lévy (2010) o virtual seria à ausência de existência, ou seja, aquilo que está na ordem das ilusões, do imaginário. Se focalizarmos essa teoria nas relações entre as pessoas, a relação virtual seria aquela do não encontro, baseadas nas fantasias dos sujeitos.

A comunicação além de ser essencial para o exercício da cidadania é uma das responsáveis pelo molde da cultura (CASTELLS, 1999). Além disso, os meios de comunicações foram afetados drasticamente pela evolução tecnológica, de modo que, não apenas alterou os hábitos cotidianos, mas instaurou uma nova forma viver, o “viver on-line”. Essa nova configuração cultural é marcada pela possibilidade de aparentar ser alguém, qualquer alguém que a imaginação desejar (COLVARA, 2013).

Diante dessa concepção entendemos que esses espaços, ou seja, o Ciberespaço possibilita a criação de outras identidades possíveis (“eu’s” virtuais).

Esse mecanismo pode funcionar como um facilitador para o autoconhecimento ou não, dando ao indivíduo a possibilidade de ser o criador de sua imagem e modificá-la quando quiser. Parece-nos tentador as infinitas possibilidades produzidas por esse ciberespaço, um mundo em que tudo parece ser permitido, regido por suas próprias leis, espaço para aflorar desejos, fantasias e sentimentos contidos.

Figura 3 – O *Facebook* em números (Abr.2004 a Abr.2018)



Fonte: o próprio autor, 2019.

2.3 O Ciberespaço

O termo ciberespaço foi utilizado, pela primeira vez, por Willian Gibson em seu romance *Neuromancer. Neuromancer,* publicado em 1984, é uma obra de ficção científica ao estilo cyberpunk, um gênero de ficção científica cujas obras possuem como característica o lema "Alta tecnologia e baixa qualidade de vida" (*"High tech, Low life"*).

A história retrata a decadência e o surgimento de Case, um hacker banido da sociedade que acaba indo parar no submundo e que tenta se redimir, reconquistar seu lugar na Matrix prestando serviços para uma organização secreta. *Neuromancer* se tornou a obra fundamental do movimento cyberpunk e influenciaria obras posteriores como o *mangá* (termo japonês que designa histórias em quadrinhos) *Ghost in The Shell* de Mamoru Oshii, o filme *Blade Runner* e a trilogia cinematográfica Matrix dos diretores irmãos Wachowski. A obra, ao proporcionar a exploração do ciberespaço, nos apresenta "fortalezas de informações protegidas por programas, ilhas banhadas por oceanos de dados que se metamorfoseiam e são trocados em grande velocidade ao redor do planeta" (LÉVY, 2010, p. 94).

Para Pierre Lévy (2011), o ciberespaço seria o espaço de comunicação propiciado pela interconexão dos computadores e de suas respectivas memórias a nível mundial, sendo o acesso à distância aos diversos recursos a partir de um computador, uma de suas principais características. Outra função do ciberespaço, apontada pelo autor, é a possibilidade de transferência de dados ou *uploads,* o que permite a transferência de um arquivo ou um pacote de informações de uma memória digital para outra, na maioria das vezes, muito distante de meu computador pessoal.

A cibercultura emerge definitivamente a partir do final da década de 1980 e início dos anos de 1990, como um movimento sociocultural originado por jovens profissionais dos campi americanos e das grandes metrópoles, quando o número de computadores de várias partes do mundo, conectados à inter-rede, começou a aumentar significativamente. Assim como na invenção do computador de uso pessoal, essa nova corrente cultural ditou um novo percurso de desenvolvimento tecnoeconômico. "As tecnologias digitais surgiram, então, como a infraestrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, sociabilidade, organização e transação, mas também como novo mercado da informação e do conhecimento" (LÈVY, 2010, p.32).

Para Rüdiger (2013) a expressão cibercultura refere-se a um neologismo a partir da fusão dos termos cultura e cibernética, sendo uma expressão empregada durante o progresso e exploração mercadológica e publicística das novas plataformas de comunicação. Segundo o autor, o termo cibercultura foi muitas vezes utilizado como moeda corrente nos meios intelectualizados na década de 1990, durante a popularização da Internet.

A partir da segunda metade do século XX, com a expansão dos sistemas informáticos de processamento de dados e o surgimento de novas redes de comunicação, a sociedade adentrava em um novo patamar de desenvolvimento tecnológico. O termo cibercultura está vinculado a esse contexto e segundo Rüdiger (2013) foi cunhado por uma engenheira norte-americana chamada Alice Hilton em 1964. Hilton teria utilizado o termo ao se referir a uma exigência ética diante da nova era da automação e do surgimento das máquinas inteligentes. Hilton, profeticamente, salientava que diante deste progresso irrefreável, a humanidade deveria escolher “entre a educação emancipatória e o lazer criativos, de um lado, e a adaptação mecânica e a idiotia apática, de outro” (RÜDIGUER, 2013, p. 8).

O virtual está ligado à cibercultura de forma direta e indireta. Diretamente pela digitalização, codificação e tradução da informação, e de indiretamente pelo desenvolvimento de redes digitais de interação, favorecendo o surgimento de novas formas de virtualização e encorajando relacionamentos independentes dos espaços e do tempo.

Lévy (2011) aponta dois sentidos para a palavra virtual. O fascínio pelo virtual deriva, principalmente, pela confusão desses sentidos. Na concepção filosófica, o virtual é aquilo que existe em potência, antes da concretização de algo, parte relevante da realidade. Ao contrário, no uso corrente, o termo virtual é utilizado como algo oposto ao real, irreal. Se algo não é real deve ser necessariamente virtual, não podendo ter as mesmas características ao mesmo tempo. O uso corrente da palavra virtual é empregada com frequência como significado da ausência de existência e de realidade. Segundo essa distorção, o real seria da ordem do tenho e o virtual da ordem do terás, ou da ilusão.

O Ciberespaço permite a combinação de várias formas de comunicação, e as realidades virtuais servem cada vez mais como mídia desse processo comunicativo. A digitalização das mensagens e a extensão do ciberespaço desempenham uma função fundamental na sociedade contemporânea, ultrapassando a esfera da

informatização. A virtualização é a essência da mutação em curso e se apresenta como um movimento do “devir outro” do humano. Dessa forma ela não é nem boa, nem má e tampouco neutra (LÈVY, 2010).

> Um movimento geral de virtualização afeta hoje não apenas a informação e a comunicação, mas também os corpos, o funcionamento econômico, os quadros coletivos da sensibilidade ou o exercício da inteligência. A virtualização atinge mesmo as modalidades do estar junto, a constituição do “nós”: comunidades virtuais, empresas virtuais, democracia virtual... (LÉVY, 2010, p.11).

Segundo Lévy (2010) o ciberespaço está em constante expansão, tendo em vista as inúmeras adesões à Internet a cada minuto. Tal ampliamento faz com que o ciberespaço se torne cada vez mais universal, ou seja, ele aceita todos e a cada nó emergente na rede em expansão, existe a possibilidade deste nó se tornar um produtor e emissor de novas informações imprevisíveis. O ciberespaço, como assinala Lévy (2011), é também um sistema de caos, “uma universalidade desprovida de significado central, esse sistema da desordem, essa transparência labiríntica” (p.113).

Em A Vida no Ecrã (1997), Turkle apresenta o surgimento dos computadores pessoais e como estes se tornaram essenciais às relações contemporâneas, afetando as ideias que possuíamos sobre corpo, mente e máquinas. Realizada ainda no final da década de 90, período de consolidação da internet, a obra apresenta o computador como uma possibilidade de se viver em um mundo virtual, o chamado ciberespaço, embora esta já alertasse para um fenômeno contemporâneo: a invasão da vida cotidiana por esse mesmo ciberespaço, em uma espécie de fusão entre o real e o virtual.

Turkle (1997) assinala em sua obra que um número cada vez maior de pessoas estava passando mais tempo em espaços virtuais ao ponto de chegarem a contestar a importância da vida real em nossa existência, pois no ambiente virtual as possibilidades eram infinitas, com diferentes vidas e diferentes sexos. No mundo virtual, mediado pelas novas tecnologias, o eu se torna múltiplo e fluído, características pós-modernas ou hipermodernas e a relação intermediada pelas máquinas se torna trocas de significantes. O computador encarna a teoria pós-moderna, pois produz uma identidade descentrada e fluída, o que contrasta com o modernismo, derivado do século das Luzes, cuja característica era a linearidade e a

solidez. Desde o final da década de 1980 os computadores abismavam a humanidade com todo seu potencial, mas não era possível prever o advento dos smartphones e das redes sociais dos dias atuais. Tal fenômeno se compara ao postulado por Turkle sobre as relações intermediadas por computadores, em que os seres humanos se confundem cada vez mais com a tecnologia e se torna cada vez mais difícil distinguir o que é humano e o que é tecnológico. “Estaremos a viver uma vida no ecrã ou dentro do ecrã?” (TURKLE, p.30, 1997).

Para Lemos (2002), a interatividade e a simultaneidade, assim como a descentralidade, afirmam a Internet como algo bem diferente das mídias de massa, cujo foco é unidirecional, privilegiando um foco sensorial. Tal direcionamento não ocorre no ciberespaço, pois este possibilita a simultaneidade sensorial além de prover um grande fluxo de informações de modo bidirecional. Sendo assim, a Internet não é não é uma mídia, mas um ambiente midiático, “uma incubadora espontânea de instrumentos de comunicação, um sistema auto-organizante criativo” (p.123). A força da Internet está justamente nessa circulação de informação.

Lemos (2002) ressalta que a cibercultura fornece inúmeros exemplos de despesa excessiva e irracional de bits, um excesso de informação derivado da popularização mundial da Internet, o que faz com que os “Portais” tentem filtrar as informações e as catalogar, a fim de retirar o usuário do mundo do excesso. Dessa forma, o ciberespaço faz com que qualquer pessoa possa ser não somente um consumidor de informação, mas um produtor e também um emissor. Como um sintoma da contemporaneidade, uma particularidade da cibercultura, a publicização do espaço privado emerge pelas novas tecnologias, na qual a vida banal reivindica seu lugar como forma de arte.

> A vida comum transforma-se em algo espetacular, compartilhada por milhões de olhos potenciais. E não se trata de nenhum evento emocionante. Não há histórias, aventuras, enredos complexos ou desfechos maravilhosos. Na realidade, nada acontece, a não ser a vida banal, elevada ao estado de arte pura. Compartilhando a banalidade podemos suportar melhor a nossa existência (LEMOS, 2002, p.114).

Para Santaella (2002), a partir do século XXI, o uso da Internet começou a se transformar em duas práticas comerciais: o comércio eletrônico e o aproveitamento que esse comércio conseguiu extrair da interação e a possiblidade de se obter os

perfis do usuário e seus respectivos interesses, conduzindo à uma abordagem de alto desempenho das empresas; a segunda prática refere-se ao surgimento dos portais, ou seja, sites que coordenam o ciberespaço também de acordo com os interesses do usuário. Tais portais se encarregaram de coordenar os inúmeros websites que surgiram no nascimento da web, direcionando, familiarizando e facilitando o consumo. Para a autora, o ciberespaço está longe de ser um local imaculado, pois a experiências virtuais acabaram sendo processadas pelo capitalismo contemporâneo e, dessa forma impregnadas das "formas culturais e paradigmas que são próprias do capitalismo global. O ciberespaço, por isso mesmo, está longe de inaugurar uma era emancipadora" (SANTAELLA, 2002, p.53).

A evasão é o sustentáculo do consumo cultural. Ela é o novo ópio de uma sociedade disposta a esquecer das frustrações e da monotonia do cotidiano, a solidão e a ansiedade. Essas condições são propícias para o fortalecimento da cultura "mass-midiática", cujo poder de amenizar a realidade se torna cada vez mais sedutor. "Consumimos em espetáculo aquilo que a vida real nos recusa: sexo porque estamos frustrados, aventura porque nada de palpitante agita nossas existências no dia a dia" (LIPOVETSKY, 2009, p.258).

Em *Alone Together: Why We Expect More From Technology and Less From Each Other*, publicado em 2011, Turkle faz uma análise sobre as relações mediadas pelo digital, tendo como base centenas de observações e entrevistas realizadas durante 15 anos com crianças, adolescentes e adultos que relataram que a maior vantagem de se relacionar digitalmente é a possibilidade de se comunicar de forma editada, racionalizada e reflexiva. Trata-se de uma preferência pela comunicação mediada por meio de mensagens via celular ou computador, o que diminuiria as chances de frustrações ocasionadas por relações estabelecidas de forma presencial. Segundo a autora, uma das pré-condições para estarmos conectados constantemente é o fato de estarmos sozinhos.

Todavia, as interações digitais nem sempre são sinônimos de segurança, pois segundo Turkle (2011), a maioria das relações surgidas nas redes, acaba por serem dissolvidas por consequências da própria relação e em muitos casos, essas consequências acabam por causar danos em nossa vida. Um dos motivos dessa dissolução é a incapacidade de darmos atenção completa a algo ou alguém diante da infinidade de possibilidades que nos é ofertada. Dentre as dificuldades mais relatadas pelos participantes, a de presenciar algum evento ou experiência e não

poder compartilhá-la no *Facebook* foi relatada como uma grande causadora de ansiedade, assim como a necessidade de estar conectado ou a impossibilidade de se realizar várias tarefas ao mesmo tempo (PRADO, 2013).

Turkle (2011) aponta que para a grande maioria dos pais, estar conectado pode ser uma forma de obter controle sobre os filhos que cada vez mais cedo, são presenteados com celulares sob a condição de atenderem as ligações dos pais. Mas a aversão pelas chamadas telefônicas, principalmente dos mais jovens, acaba tendo como consequência uma comunicação, em sua maioria, pautada no envio de mensagens. A capacidade de respondermos via mensagens, nos permite uma maior reflexão e racionalização sobre nossas respostas, entretanto, esse distanciamento pode causar uma relação pouco sincera e até enfraquecida. As gerações "nativas digitais" possuem o rito de passagem, separação da criança de seus pais, baseado na tecnologia e tal fato significa que os pais podem obter contato permanente com apenas uma mensagem de texto, o que não acontecia nas gerações anteriores (PRADO, 2013).

> Se for sempre possível manter-se em contato, quando os adolescentes cultivarão a habilidade de ficar sozinhos e com isso refletir sobre si mesmos autonomamente? As visões tradicionais sobre o desenvolvimento dos adolescentes tomam a autonomia e fronteiras pessoais como elementos de suma importância para a construção de um self, cuja capacidade de experimentar sentimentos é vista como algo independente e individual. (PRADO, 2013 p.239).

O uso precoce das tecnologias proporciona uma ampla facilidade para que as crianças possam expressar sentimentos que ainda não estão completamente formados, o que indica um panorama na qual os sentimentos não podem ser totalmente experienciados até serem compartilhados e obterem um *feedback*, ou comentário. Tal compartilhamento funcionaria como uma forma de descobrimento desses sentimentos e culminaria na construção de um *self* colaborativo (TURKLE, 2011).

Prado (2013) ressalta que Turkle apresenta em sua obra o grande paradoxo das mídias digitais: se a conectividade instaura uma "espécie de solidão compartilhada" entre os indivíduos conectados, ela também tem a capacidade de dificultar o desenvolvimento da habilidade de refletirmos em particular sobre nossas próprias emoções e sentimentos.

Para Rüdiger (2013) em Vida no Ecrã de 1997, Sherry Turkle tinha a ideia de que o uso de avatares virtuais era uma forma para conduzir a exploração do próprio eu, além de possibilitar o acréscimo de novas formas de qualidades à personalidade. A autora acreditava que poderíamos utilizar o que aprendemos no mundo virtual, sobre nós mesmos, sobre nossa identidade, para vivermos uma vida melhor no mundo real. Contudo, em *Alone Together* (2011), Turkle acredita que a tecnologia nos levou a caminhos não desejados. O excesso nos levou à frustração onde nossos perfis criados são mais agradáveis do que os reais e as interações superficiais e ligeiras são mais atraentes do que as físicas. “As pessoas nos desapontam; os robôs, alguns já creem, não o farão” (TURKLE, 2011, p. 10).

O advento da Internet como nova forma de comunicação provocou afirmações conflitantes sobre os novos padrões de interação social, segundo Castells (2013). Se por um lado a criação de comunidades virtuais foi festejada como fim de um processo histórico de desvinculação entre sociabilidade e localidade, culminando em novas formas de relações e interações sociais; por outro lado, o crescimento da Internet tem proporcionado o isolamento social, a crise da comunicação social e das relações familiares tendo em vista que os indivíduos conectados estão cada vez mais abandonando as interações face a face e os ambientes reais.

Outro ponto negativo assinalado é que muito dos intercâmbios sociais criados pela Internet foram baseados em representações e identidades falsas. “Assim, a Internet foi acusada de induzir gradualmente as pessoas a viver suas fantasias on-line, fugindo do mundo real, numa cultura cada vez mais dominada pela realidade virtual” (CASTELLS, 2013, p.98).

A Internet possui um papel importante na estruturação de relações sociais, não há dúvida, entretanto, ela também possui significativa contribuição no padrão contemporâneo de sociabilidade baseado no individualismo. As pessoas estão cada vez mais organizadas em redes sociais mediadas por computadores. “O individualismo em rede é um padrão social, não um acúmulo de indivíduos isolados. O que ocorre é antes que indivíduos montam suas redes, on-line e off-line, com base em seus interesses, valores, afinidades e projetos” (CASTELLS, 2013, p.109).

As redes on-line acabaram se tornando comunidades especializadas, ou seja, foram elaboradas conforme os interesses e predileções específicas de seus usuários. Os novos aparatos tecnológicos tendem a aumentar as chances do individualismo em rede se tornar “a forma dominante de sociabilidade”. Um dos fatos

que mais reiteram essa afirmação é o número cada vez maior de smartphones, aparelhos que acabam por ampliar a comunicação individualizada, com a seleção de lugar, tempo e parceiros para a interação.

> Na cibercultura, os relacionamentos estão se reduzindo a conexões, o princípio do contato virtual saiu do ambiente de trabalho e passou a ocupar o terreno da vida privada e suas expressões cotidianas. As pessoas seguem usando seus aparatos de comunicação inclusive nos intervalos da vida (corrida de táxis, por exemplo) e em situações de comunicação presencial (durante uma palestra ou conferência, por exemplo). Nesses casos, existe o compartilhamento de um mesmo espaço objetivo, mas cada pessoa fica no seu aparelho privado, preferindo manter contato com as outras via on-line (RUDIGER, 2013, p.160).

Para Konnikova (2013) as redes sociais não são um problema, mas um sintoma. Sempre que possuímos um tempo de inatividade, a internet se torna uma solução atraente de “matarmos” esse tempo. Se estamos chateados ou entediados, olhamos o *Facebook* e o *Twitter* e toda vez que olhamos para o *Facebook* ou *Twitter*, ficamos cada vez mais chateados e entediados e, portanto, livrarmo-nos dessas redes não mudaria o fato de que nossa atenção está constantemente esquecendo o caminho para um engajamento adequado e satisfatório, ou seja, esquecemos como entretermos a nós mesmos e a Internet sempre é a solução mais rápida, mas nem sempre é sinônimo de alegria. A autora justifica sua posição a partir de estudos como os de Robert Kraut, realizado em 1998, que demonstrava que quanto mais as pessoas utilizavam a Web, mais solitárias e depressivas elas se sentiam. Após se conectarem pela primeira vez, o senso de felicidade e o sentimento de laço social das pessoas caiam significativamente e as pessoas solitárias não eram inerentemente mais propensas a ficar on-line. Já o estudo de Ethan Kross, professor de psicologia na Universidade de Michigan, realizado em 2013, comprovou que quanto mais as pessoas acessavam o *Facebook*, mais tristes ficavam. Utilizando o envio de mensagens de texto para 82 residentes, cinco vezes por dia durante 2 semanas, os pesquisadores queriam saber como os sujeitos se sentiam em geral, o quão eram preocupados e solitários, o quanto eles tinham usado o *Facebook*, e quantas vezes eles tiveram interação direta com outros indivíduos. Os resultados indicaram que quanto mais as pessoas usavam o *Facebook* pior se sentiam. Outro estudo apontado por Konnikova, realizado por Hanna Krasnova em 2013, sugere que o sentimento de inveja também aumenta com

o uso do *Facebook*. Quanto mais tempo as pessoas passavam navegando no site mais invejosos eles se sentiam, fato que poderia ser explicado por um fenômeno de comparação social proporcionado pela rede social. Observar o sucesso e as conquistas de outros usuários se tornou extremamente difícil e doloroso aos participantes da pesquisa. Beth Anderson publicou em 2012, uma revisão bibliográfica sobre os efeitos do *Facebook* e concluiu que o uso da rede pode se tornar rapidamente um vício, acompanhado de um grande sentimento de negatividade e ressentimento pela rede. Embora o intuito inicial seja aprender sobre a vida das pessoas e permiti-las que aprendam sobre a nossa, as publicações acabam por causar mais ressentimento pela vida de outras pessoas, além do sentimento de insatisfação com nossa própria imagem.

Mas nem tudo é negatividade e inveja no *Facebook*. Para Valenzuela (2009) o *Facebook* possui a capacidade de nos deixar mais felizes com o aumento da confiança e o engajamento social, podendo até incentivar a participação política. Essa hipótese também é compartilhada por Matthew Lieberman (2013) em sua obra "*Social: Why our brains are wired to connect*", mas com ressalvas. Segundo Lieberman as redes sociais são uma maneira de compartilhar, e a experiência de partilha bem sucedida vem com uma agitação psicológica e fisiológica que funciona como uma espécie de autorreforço. O excessivo uso das mídias sociais mudou fundamentalmente, a forma como lemos e assistimos algum conteúdo, pois, enquanto o consumimos, imediatamente pensamos em como vamos compartilhá-lo e com quem vamos compartilhá-lo. O simples pensamento em compartilhar algo com sucesso, já é capaz de ativar nossos centros de processamento de recompensas, mesmo antes de compartilharmos qualquer coisa.

Segundo Konnikova (2013) a explicação para essa divisão dos estudos sobre o papel do *Facebook* em nossos estados emocionais está exatamente no que as pessoas fazem quando estão nesta rede social. Quando as pessoas se envolvem diretamente com outras pessoas com postagens, mensagens ou *likes existe* um aumento no sentimento de interação social e consequentemente a sensação de solidão diminui. Mas quando os participantes simplesmente consomem o conteúdo de forma passiva, o *Facebook* adquire o efeito oposto, os sentimentos de conexão diminuem, acentuando a sensação de solidão. Mas porque nos sentimos entediados e em seguida chateados? Para Konnikova, a resposta está exatamente na atenção, pois quando estamos envolvidos ativamente com alguma atividade a probabilidade

de nos chatearmos é baixa, já quando deixamos de nos envolver, o tédio se instala e nos sentimos infelizes. Ou seja, o mundo da conectividade constante, expresso no *Facebook*, é o pior inimigo da rede social: em todos os estudos que conseguiram distinguir os dois tipos de experiências no *Facebook* - ativo versus passivo - as pessoas gastaram, em média, muito mais tempo percorrendo passivamente os *newsfeeds,* ou seja, apenas, observando e lendo os conteúdos publicados pelos usuários ativos, do que fizeram algo ativamente envolvendo os conteúdos publicados. Nossas demandas constantes de atenção nos levam a usar o *Facebook* mais passivamente do que ativamente, e as experiências passivas, não importa o meio, traduzem sentimentos de desconexão e tédio.

Partindo de uma perspectiva sociológica e filosófica, Bauman e Donskis (2014) ressaltam que enquanto as narrativas humanas de séculos atrás eram baseadas no épico, no romance, as novas narrativas, apresentadas em monitores de PCs, TVs e smartphones, são criadas e direcionadas aos espaços virtuais.

A sociedade tecnológica contemporânea tem como uma de suas marcas deslocar para as margens da sociedade todos aqueles que se recusam a participar das inovações:

> Recusando-se a se juntar ao *Facebook*, você perde amigos (o grotesco é que no *Facebook* você pode ter milhares de amigos, embora, como diz a literatura clássica, encontrar apenas um amigo para toda a vida seja um milagre e uma benção). Mas isso não é somente uma questão de perder relacionamentos, é uma separação social por excelência. Se você não declara e não paga seus impostos por via eletrônica, fica socialmente isolado. A tecnologia não vai permitir que você se mantenha distante. *Eu posso* transmuta-se em *eu devo*. Posso, logo, sou obrigado a. Dilemas não são permitidos. Vivemos numa realidade de possibilidades, não de dilemas (BAUMAN; DONSKIS, 2014, p.12).

Na era do *Facebook*, temos nações extraterritoriais que possuem uma cultura e língua comuns, quadro bem diferente na modernidade onde tínhamos as limitações territoriais, linguísticas e culturais como marcas fortes de determinada nação, assim como a divisão de trabalho. O que existe agora, na pós-modernidade, são indivíduos dotados de grande mobilidade cuja lógica de vida é baseada em estar on-line ou off-line (BAUMAN; DONSKIS, 2014).

Para Bauman (2014), com o advento da internet, condenamos nossa privacidade por vontade própria, ou simplesmente consentimos em vendê-la pelo preço das maravilhas oferecidas em troca. Ou, talvez, exista uma enorme pressão

para que sacrifiquemos nossa autonomia pessoal como outras inúmeras ovelhas em direção ao matadouro. De qualquer forma, a escolha para essa condição nos é ofertada e somente os mais corajosos e resolutos estão prontos para resistir a tal sedução tecnológica. A erosão do anonimato é resultado dos serviços difundidos pelas mídias sociais, câmeras de celulares, sites de armazenamento de fotos e vídeos e principalmente pela mudança na percepção das pessoas sobre o que deve ser privado e o que deve ser público.

> As novas redes sociais servem para mostrar fragmentos de sua privacidade na expectativa de que você também receba atenção uma era de consumo indiferente, ação social rotinizada e anestesia moral. A entusiástica demonstração de sua privacidade (acompanhada de relatos sobre seu trabalho, sucesso e família, com fotos pessoais e dos parentes apresentadas a centenas e milhares de "amigos" virtuais) torna-se um substituto da esfera pública. É nesta esfera que as pessoas buscam inspiração, reconhecimento, atenção, novos temas e protótipos de personagens para potenciais criações literárias, ao mesmo tempo que ela se torna uma arena em que se forma um público quase global de admiradores e amigos (BAUMAN; DONSKIS, 2014, p.132).

Bauman e Donskis (2014) analisam que a necessidade de exposição nas redes sociais seria o *cri du coeur* do homem tecnológico, uma tentativa se sair da sua insignificância e de seu apático ambiente. O número gigantesco de mensagens alarmistas, slogans publicitários, teorias conspiratórias e notícias sensacionalistas anunciam o que os autores chamam de silêncio cognitivo e vazio moral. É a busca do homem tecnológico pelo único espaço de proteção, mesmo que seja uma proteção virtual. Aliada a essa busca o homem tecnológico possui o propósito de chamar a atenção para si e fortalecer sua doutrina política ou fé, mesmo que para isso tenha que usar, da forma mais livre, inapropriada e irresponsável possível, o sofrimento alheio e experiências humanas horripilantes.

A "crítica" destrutiva, forma brutal e degradante de falarmos sobre o outro, realizada nas redes sociais, nada tem a ver com a verdadeira e saudável crítica, que propões a elaboração de alternativas e o pensamento sobre as ações por um prisma lógico. O que se observa nas redes nada mais é do que um "canibalismo verbal e mental" ou "destruição moral", que não tolera a discussão livre e aberta, a condenando antes de seu início. O que temos é o uso de uma linguagem sádica,

destinada ao controle e tormento de modo a subjugar o objeto em discussão, e uma linguagem masoquista, “tipificada pela espécie de autocrítica que “nem o pior inimigo de um indivíduo ou país imaginaria fazer” (BAUMAN; DONSKIS, 2014, p.157). Entretanto, para Lipovetsky (2005), toda a suposta potencialidade do virtual e a consequente dessimbolização devem ser analisadas com algumas ressalvas, pois o mundo do virtual coabita com muitos outros, não está isolado. Até mesmo aquele indivíduo que se torna dependente da internet, conectado ao mundo virtual em tempo integral, não pode ser visto como um ser isolado da sociedade, já que as antigas buscas modernas ainda continuam: o prazer, a relação com outros, o corpo, a comunicação. Tais valores, difundidos no século XIX e XX, não estão extintos, mas, reestruturados de outra maneira pelo virtual (LIPOVETSKY, 2005).

Assim ocorre, também, com os valores e a própria moralidade, que não parece estar ausente no ciberespaço, mas metamorfoseada, invertida ou deturpada.

Moralidade e Sites de Redes Sociais



Fonte: Imagens de https://br.freepik.com editada pelo próprio autor

Traremos como exemplo um caso que ocorreu em maio de 2014 e foi noticiado pela Folha de S. Paulo On-line: Uma mulher de 33 anos, moradora do Guarujá, foi amarrada, espancada e arrastada por um grupo de moradores. O linchamento ocorreu porque a vítima foi confundida com uma suposta criminosa que sequestrava crianças para a prática de magia negra. A confusão foi causada por uma foto postada em uma rede social de uma mulher parecida com ela. A mulher morreu no hospital dias depois devido às fraturas causadas pelas agressões (CAMPANHA, 2014).

Não é incomum nos depararmos com notícias parecidas com essa, que ligam um ato de violência, sendo ela física ou psicológica, real ou virtual, como consequência de alguma postagem nas redes sociais. Os usuários, muitas vezes, cobertos pelo véu do anonimato e sob a justificativa de estarem em ambiente virtual ou coletivo, sentem-se desinibidos para tornarem-se pseudo-juízes e executores da justiça. Lendo as publicações nos sites de redes de sociais muitas vezes nos deparamos com publicações, comentários ou notícias que evocam opiniões e julgamentos morais sobre os personagens ou usuários da rede. Ora, pensando na questão moral, será que existe algum limite nas redes; ou tudo é permitido por não ser real ou estar no virtual?

O estabelecimento de limites contra os tão tipificados crimes cibernéticos, relacionados, por exemplo, à invasão de privacidade, disseminação de informações caluniosas ou difamatórias, pornografia infantil, ciberbulling, compartilhamento ilícito de mídias privadas, fazem parte de constantes debates no mundo científico contemporâneo e tem atraído à atenção de diversos pesquisadores (GARRIDO; OLIVEIRA, 2015; PESSOA; AMADO, 2014; SILVA, 2004; COLLI, 2010; MARTÍNEZ, 2015, 2013a, 2013b, 2010).

Para Zingano (2013), quando nos dispomos a pensar no caráter bom ou mau de algo estamos envolvidos com avaliações de cunho tipicamente moral. Mas também, ao julgarmos algo como certo ou errado estamos lidando com avaliações morais. O mesmo ocorre quando caracterizamos um ato ou uma emoção como corretos ou incorretos. Ele pontua ainda que a linguagem moral tem como objetivo formular os imperativos que exprimem ações que devem ser executadas ou não.

Ao realizarmos o levantamento bibliográfico não encontramos nenhum estudo que tratasse especificamente da moralidade em sites de redes sociais ou até mesmo na internet, porém percebemos uma grande tendência de estudos que priorizavam a

questão da importância da moralidade na prática ou não do *ciberbullying*, e apontavam o uso das discussões morais como meio de preveni-los (MARTÌNEZ, 2013a, 2013b, 2015; TOGNETTA; BOZZA, 2012; TOGNETTA; ROSÁRIO, 2013).

José María Avilés Martínez, psicólogo e professor da Universidad de Valladolid, têm dedicado os seus anos de estudo às pesquisas sobre a convivência escolar, intimidação entre iguais, *bullying* e *ciberbullying*. Para o autor, a falta de uma educação moral na vida do sujeito, acaba por ser a principal responsável pela origem da prática de atitudes de desrespeito ao próximo, seja ela em forma de violência, injustiça ou descumprimento de regras (MARTÍNEZ, 2013a, 2013b, 2015).

Tognetta e Bozza (2012) aplicaram um questionário em 63 adolescentes de 14 anos, estudantes de colégios públicos de Campinas-SP para investigar se existia ou não uma possível correspondência entre as representações que os sujeitos têm de si e a prática *Ciberbullying* por meio do site de relacionamento “Orkut”. As autoras encontraram uma correspondência entre os não praticantes de *Ciberbullying* e aqueles adolescentes cujas representações de si baseavam as sua ações em conteúdos éticos e admiravam os valores morais, tais como a justiça e a generosidade e eram capazes refletir e incluir os outros em suas ações.

Tognetta e Rosário (2013) realizaram um estudo que tinha como objetivo investigar se os engajamentos ou desengajamentos morais possuíam relação com a prática de *bullying*. Como resultado, eles encontraram que os indivíduos que praticavam o *bullying* eram mais desengajados ou menos engajados às situações morais. Isso demonstrou que os autores de *bullying* conseguiam desativar seletivamente o controle de um mau comportamento moral, justificando-a moralmente. Esse desengajamento moral serviria como um desinibidor de condutas moralmente incorretas que libertariam o autor da culpa e da autocensura. Essas mesmas autoras demonstraram com o auxílio do levantamento bibliográfico, que a presença de desengajamentos morais dificultaria que o sujeito se colocasse no lugar do outro ou se comovesse com a sua dor. E, mais ainda, as emoções ligadas ao desengajamento moral seria o orgulho e a indiferença, enquanto as associadas à responsabilidade moral seriam a culpa e a vergonha. Outro fato levantado por esses autores é que os sujeitos que praticam o *ciberbullying* apresentam ainda maior desengajamento moral do que aqueles que praticam o *bullying* de maneira tradicional.

Rocha (2010) realizou uma pesquisa de Doutorado em Educação cujo objetivo era analisar o processo de produção discursiva e as práticas de cyberbullying dirigidas a professores em um site de redes sociais, o Orkut. Para dar conta dos objetivos a pesquisadora adotou como metodologia a Etnografia Virtual com observações participantes mediadas por computador e a aplicação de um questionário on-line.

Na primeira etapa da pesquisa a autora adentrou o mundo do Orkut, explorando todas as ferramentas da plataforma, principalmente aquela denominada de comunidades virtuais , tais como: “Eu odeio o professor George” e “Professores sofredores”. Na segunda etapa, foi aplicado um questionário on-line com 14 questões objetivas, dentre estas, além das relativas ao perfil sociodemográfico, os professores puderam relatar diferentes tipos de situações de violência que sofreram, ou o próprio cyberbullying no Orkut, no total foram 82 respondentes. A autora destaca o papel fundamental e a importância da etnografia para o estudo, pois lhe foi permitido, tanto analisar e refletir sobre os atos e justificativas dos alunos perpetradores, quanto dos professores que eram as vítimas. Através da observação de comunidades, postagens, diálogos, etc, foi possível entrar em contato com os dados, sem que esses tivessem passado pelo crivo reflexivo do interlocutor, tal como a existente, por exemplo em uma entrevista face a face, em que o individuo, por vezes, se prende a dar a resposta que mais parece correta.

Como resultado, a pesquisadora encontrou que neste contexto de violência, foi identificado que embora os alunos exprimam opiniões importantes sobre os seus professores, também acabam por banalizar e naturalizar o ódio e a violência nas redes sociais. Esse sentimento de liberdade por parte dos alunos é encorajado pelo sentimento de diluição das hierarquias na internet, o poder de participação, o direito de se expressar como quiser e a comunicação horizontalizada. A autora cita que muitas vezes a violência é gerada a partir de um autoritarismo pedagógico, como resposta à repressão imposta pelos professores por meio da adoção de práticas pedagógicas abusivas ou repressivas. Por parte dos professores, foi possível verificar que ao se sentirem desautorizados, desrespeitados ou impotentes diante da indisciplina ou da atitude rebelde do aluno, os mesmos revidavam utilizando a violência psicológica contra o aluno. Eles sentem-se fragilizados, impotentes, e impedidos de exercer sua função de educador. Desmotivados, tanto pelas questões de relacionamento com os alunos, quanto pela baixa remuneração, reconhecimento,

péssimas condições de trabalho, etc; o educador é preenchido por sentimentos de desqualificação, estresse, desilusão, baixa autoestima. Sob essas condições acabam inevitavelmente se desgastando (*burnout*), sendo justificáveis as licenças médicas, o afastamento temporário, e muitas vezes, definitivo.

Martínez (2010) realizou uma pesquisa com 955 alunos entre 12 e 18 anos, de 12 escolas públicas. Ele tinha como objetivo analisar a influência do bullying e cyberbullyng sobre o sucesso escolar dos alunos do ensino médio e verificar se havia diferenças entre sexos. Utilizou um instrumento de auto-relato que aborda diferentes aspectos do bullying tradicional, cyberbullying por meio do telefone celular e o cyberbullying na internet. Dados de pesquisa sugerem que o fenómeno de abuso, seja ele presencial, via telefone ou internet, influencia significativamente na possibilidade de êxito ou fracasso dos alunos que estão envolvidos nele. Do ponto de vista de gênero os praticadores de cyberbullying masculinos apresentaram menor desempenho acadêmico. O autor creditou esse resultado também a outros fatores psicossociais, tais como dificuldades de adaptação às normas da escola, adaptação ao currículo escolar ou a ausência de critérios morais nas relações interpessoais e falta de competência social dos indivíduos. Outros dados importantes levantados nesse estudo dizem respeito à maior incidência de casos que ocorreram tendo como meio a internet, além disso, a vítima sentia-se mais compelida a responder a agressão nesse contexto.

O que poderia ter relação com o contexto e as condições dos meios virtuais, já que neste os usuários se beneficiariam do anonimato, da ausência imediata de consequências ou responsibilização, do sentimento de desinibição, da falta de controle (supervisão). Enquanto no bullying presencial ou tradicional as condutadas acabariam sendo mais contidas pelo medo, normas sociais e por uma maior certeza de ter que responder por seus atos (punição).

Entender como as gerações atuais se desenvolveram e, consequentemente em quais circunstâncias o desenvolvimento moral dessa geração ocorreu nos ajudará a compreender o perfil dos usuários que utilizam as redes atualmente. Na próxima seção, falaremos sobre as implicações das novas tecnologias no desenvolvimento infanto-juvenil, bem como em seu desenvolvimento moral, e conceituaremos e elencaremos as principais características da Geração dos Nativos digitais e das Novas gerações atuais.

3.1 As novas tecnologias e os Nativos Digitais: as implicações no desenvolvimento moral infanto-juvenil.

Em 2016, a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) realizou um Guia de Orientação à Saúde de Crianças e Adolescentes na Era Digital. Essa atitude ocorreu a partir da constatação de que as novas tecnologias podiam influenciar os comportamentos e modificar os hábitos desde a infância e, o seu uso inadequado poderia causar prejuízos e danos à saúde infanto-juvenil.

De acordo com a instituição, a inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TCIs) no cotidiano das pessoas estaria transformando o mundo e a maneira de agir dos mesmos. O acesso a essas tecnologias tem ocorrido cada vez mais precocemente, originando uma geração digital que carece do uso de vários tipos de dispositivos, como por exemplo, a internet, as redes sociais, os videogames, os smartphones, tablets, etc. Isso tem influenciado no desenvolvimento de crianças e adolescentes, no entanto, o problema ocorre quando o uso passa a ser prolongado e sem nenhum tipo de supervisão. A SBP recomenda que os pais ou adultos tenham bom senso e busquem informações para adequar e mediar o uso saudável dessas novas tecnologias. Eles alertam que mesmo os pais que já estão mais adaptados a esse novo contexto, por vezes, também estão imersos e nem percebem os problemas que o uso desses aparatos pode trazer aos seus filhos (SBP, 2016).

Devido a enorme relevância desse tema para a atualidade, o Comitê Gestor da internet (CGI) em parceria com o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade de Informação (Cetic.br) realizaram um estudo em 2016 que foi publicado em Novembro de 2017, cujo o objetivo primário era expor dados e indicadores relevantes no campo de intersecção entre tecnologia e juventude. Essa pesquisa, que se denomina “TIC Kids On-line Brasil” tem ocorrido desde 2012, e tem como objetivo principal: “mapear possíveis riscos e oportunidades on-line, gerando indicadores sobre acesso à Internet por crianças e adolescentes de 9 a 17 anos de idade, e sobre os usos que eles fazem dela.” (CGI, 2016a, p.23); além de tentar entender qual é a percepção dos jovens em relação à experiência e segurança on-line e esboçar quais são as práticas de mediação de pais e responsáveis relacionadas ao uso da internet. Em sua quinta edição, a pesquisa estima que 82% das crianças e adolescentes (oito em cada dez) com idades entre 9 e 17 anos são usuários de Internet em todo o país. Essa

porcentagem se altera quando levamos em consideração a região do país ou se ela está localizada em áreas urbanas e rurais. Ao todo foram abordados 23.721 domicílios, distribuídos em 350 municípios diferentes. Tal estudo evidenciou a ampla difusão da rede entre os jovens, além do mais constatou que:

a) Em relação à estratificação por idade, 68% dos indivíduos que possuem de 9 a 10 anos de idade eram considerados usuários da rede, enquanto entre os 15 a 17 anos essa proporção chegou a 91%;

b) Enquanto em 2012, 47% dos jovens usuários de Internet acessavam a rede todos os dias, em 2014 essa proporção chegou à marca dos 84%.

c) Cerca de sete em cada dez (69%) crianças e adolescentes se conectaram a rede mais de uma vez por dia, entre estes, 91% acessaram a rede pelo telefone celular;

d) Apesar de seu amplo acesso, 5,2 milhões de crianças e adolescentes não são usuários assíduos da internet e 10% da população entre 9 a 17 anos nunca a utilizaram;

e) Cerca de metade (48%) dos usuários de Internet de 11 a 17 anos de idade procuraram informações sobre marcas ou produtos na rede;

f) Nos últimos três anos o percentual de usuários que acessam a Internet por meio de computador (desktop, notebook ou tablete) apresentou queda. Em contrapartida o acesso através dos videogames e das Smart TVs aumentaram.

Ainda de acordo com essa mesma pesquisa, 69% dos pais ou responsáveis declararam que os filhos utilizavam a internet com segurança. Em relação, a orientação sobre como manterem seus filhos seguros nas redes, 54% disseram que recorriam à televisão, rádio, jornais ou revistas como fontes de orientação sobre o uso seguro da internet, 52% conversavam com familiares e amigos sobre o assunto e 51% obtinham essas informações da própria criança ou adolescente. Já as menções à escola (35%) ou ao governo e a autoridades locais (26%) ficaram em patamares inferiores (CGI, 2016a).

Os riscos associados ao uso da rede por crianças e adolescentes podem ser classificados em três tipos: a) risco de conteúdo; b) risco de contato; c) risco de conduta. Essas três formas consideram, respectivamente, que os jovens podem receber conteúdos de mídias impróprios para a idade, entrar em uma situação de interação perigosa ou perpetuar ações danosas aos outros usuários. No entanto, os

autores advertem que nem toda exposição a riscos na Internet provoca, necessariamente, danos às crianças e adolescentes (LIVINGSTONE; KIRWALL; PONTE; STAKSRUD, 2014; LIVINGSTONE; HADDON, 2009).

A pesquisa também ressaltou a existência de dados que demonstravam circunstâncias que poderiam resultar em danos à saúde dos jovens. Já que quase metade da população estudada declarou ter visto alguém ser discriminado na internet no último ano. Dentre os que presenciaram isso, relataram que os principais motivos da discriminação tinham conteúdo relativo à cor ou raça (24%), aparência física (16%) e homofobia (13%). Como agravante 7% afirmou já ter sofrido algum tipo de discriminação na internet.

A ideia de que crianças e adolescentes enfrentam uma série de riscos na Internet e nos Sites de Redes Sociais, tornou-se uma preocupação frequente dos pais no cuidado com os seus filhos, pois, o seu uso é de difícil controle e possibilita e facilita o acesso da criança ou adolescente a todo tipo de conteúdo. Os pais e professores tentam aprender a lidar com esses novos desafios impostos pela transformação digital, mas, ao enfrentarem crianças tão plurais, eles sentem acuados ou com medo de encará-los, pois acreditam estar distantes da realidade dos mesmos ou não se veem detentores de um saber suficiente para controlá-los ou governá-los (DORNELLES, 2005).

A introdução da tecnologia digital nas últimas décadas e as novas configurações culturais desdobraram-se em diversas consequências e fenômenos sociais. Um dos fenômenos que surgiram graças a esse contexto ficou conhecido como "Nativos Digitais", termo que designa todos aqueles que nasceram no mundo on-line e são "falantes nativos" da linguagem digital.

Jovens nascidos depois de 1980, essa seria a geração dos nativos digitais. Esse termo tornou-se notório a partir dos primeiros anos de 2000, mas sua eclosão subordina-se, dentre outras revoluções, ao desenvolvimento da Internet ou *World Wide Web* (www).

Prensky (2001) explica que a geração anterior aos nativos digitais são os “Imigrantes digitais” e correspondem a todos aqueles que entraram em contato tardio com as inovações tecnológicas, e, estão tentando se adaptar e aprender a lidar com uso das novas tecnologias.

Palfrey e Gasser (2011) acreditam que além dos Nativos e dos Imigrantes Digitais, existiria uma terceira categoria: os Colonizadores Digitais. Esses seriam os

que embora não tenham nascido na era digital, contribuíram para o surgimento dela. “Algumas pessoas mais velhas estavam ali no início, os Colonizadores Digitais – não nativos do ambiente digital, porque cresceram em um mundo analógico, mas que ajudaram a moldar seus contornos (PALFREY; GASSER, 2011, p. 13)”.

Discute-se que a geração atual de crianças sofreu uma mudança tão drástica em relação às gerações anteriores que vários estudos tem se destinado a tentar entender o fenômeno, as implicações e consequências do fosso digital existente entre as crianças, os seus familiares e seus professores (MELRO; SILVA; JOSÉ, 2013; BELLONI; GOMES, 2008; GENTILE; WALSH, 2002; PEREIRA; SILVA, 2009; TEE; BRUSH; INKPEN, 2009).

A Psicologia Genética de Jean Piaget trouxe contribuições fundamentais para o estudo da moral. Na perspectiva piagetiana o desenvolvimento da moralidade dependeria, num primeiro momento, de relações assimétricas, do exercício da autoridade por parte dos educadores. Sem elas, com efeito, não seria possível que a criança entrasse no que podemos chamar de mundo moral. O respeito que a criança constrói pela regra e pela pessoa que a transmite, justifica o valor moral do ato ou do juízo e é com base nesse respeito que a criança evolui moralmente (LA TAILLE, 2002b).

Ora, se o desenvolvimento moral subordina-se, por um período, a hegemonia do adulto sobre a criança, como a moralidade progrediria à autonomia nesse contexto?

Para Belloni e Gomes (2008), esse fenômeno estaria provocando um período de subversão da relação tradicional entre adulto e criança. O cenário atual seria este: de repente, estaríamos diante de uma escola ou de adultos que já não compreenderiam mais a criança, pois essa falaria e escreveria em outra língua, saberia coisas que a professora não entende muito bem e que os pais, muitas vezes, não prestam muita atenção. As gerações adultas, ou os não nativos digitais, não conseguiriam ou teriam dificuldades de acompanhar e se apropriar dessas novas tecnologias. Teríamos, portanto: o “adulto que não sabe” e a “criança que sabe”. Esse contexto causaria, de acordo com os autores, um abismo técnico ou um conflito de gerações, marcados por incompreensões e uma incomunicabilidade maior do que as que assolaram as gerações precedentes.

Dessa forma, a hierarquia entre a criança/adolescente e os adultos estaria comprometida, pelo menos no que diz respeito à utilização das tecnologias digitais, internet e redes sociais, já que a criança teria maior domínio nesse assunto do que os adultos. Se o conhecimento em si mesmo é um poder, deveríamos ressaltar a importância desse fenômeno dos nativos digitais na relação entre educadores e educandos (pais/filhos, professores/alunos, etc), não somente nas repercussões do mesmo no desenvolvimento moral dos sujeitos, mas em todas as relações que por ele são permeadas.

Teríamos, então, o seguinte contexto: três gerações diferentes convivendo em uma mesma época. As crianças e os jovens da atualidade pensam e processam as informações de maneira diferente e possuem estruturas de pensamento distintas, já que passaram por experiências dessemelhantes em relação aos seus pais, avós, professores e educadores. Nesse embate, o que deve acontecer? Quem deve ensinar a quem? Os filhos devem se adaptar ao antigo ou os educadores ao novo?

Para responder a essas perguntas, é necessário considerar que por mais que os imigrantes digitais se adaptem às novas formas do mundo, eles sempre manterão, em certo grau, os trejeitos do passado, as ações arcaicas, denominadas por Prensky de “sotaque” e, então, os nativos digitais as verão como atitudes sem sentido, ultrapassadas ou incoerentes. Visto por essa perspectiva, deve-se considerar que certamente há um crescente abismo entre as gerações, o que nos leva a um problema sério, porque os Imigrantes Digitais estão tendo dificuldades para ensinar as crianças e adolescentes, pois ainda usam uma “linguagem ultrapassada” da era pré-digital e tentam a todo custo atrair a sua atenção (PRENSKY, 2011).

Com o passar do tempo, embora o significado do que é ser criança e infância tenha se modificado, Dornelles (2005) acredita que exista uma multiplicidade de concepções sobre a criança, tal qual ao surgimento de novas espécies. A autora sugere que se problematize e se desconstrua a visão singular da modernidade ocidental de que toda criança é universal, única, pura e ingênua, pois, atualmente, as mesmas também podem ser espertas, desafiadoras, mais ativas, incontroláveis, indisciplinadas e impacientes.

De acordo com Alves (2008) a geração atual seria a Geração M ou Geração Multitasking (multitarefas), pois estão acostumadas à rapidez e a multiplicidade do mundo digital e, por isso interagem simultaneamente com as diferentes mídias e

executam tarefas simultâneas, tais como ouvir música, jogar on-line, assistir vídeos, navegar nas redes sociais e conversar com os amigos por mensagens instantâneas pelo celular. E é nessa imensidão de informações que encaixam o momento de cumprirem com as atividades propostas pela escola.

As crianças de hoje estão acostumadas a serem multitarefas, a lidar com uma infinidade de informações rápidas, descartáveis e diversas; além disso, passam a maior parte de suas vidas on-line e se maravilham com todas as possibilidades que encontram. Naturalmente, tais mecanismos as influenciam em seu modo de aprender, estudar e se relacionar com outras pessoas (PALFREY; GASSER, 2011). Prensky aponta que os nativos digitais representam uma classe que não mudaram apenas o seu modo de falar, vestir ou namorar, mas ao serem expostas e aderirem ao mundo digital, alteraram a estrutura de processo entre o sujeito e a informação, aprendizagem, interação e comunicação. Para Ersad (2003) os jovens são o primeiro grupo da sociedade que se apodera das novas ferramentas digitais e as utiliza como prática social, e a sua maior implicação é entender como essas novas tecnologias podem auxiliar e não atrapalhar na criação e reinvenção de novas formas de ensino e aprendizagem.

> Essa nova geração de nativos digitais possui uma identidade virtual, pois passam a maior parte do tempo conectados através das redes sociais, blogs, jogos on-line, em meio às inovações tecnológicas. Nesses espaços socializam, se expressam criativamente e compartilham ideias e novidades. Desse modo, muitos nativos digitais não distinguem o on-line do offline e diante dessa realidade virtual aparecem as preocupações, em especial, dos pais e professores referente à segurança e privacidade dos nativos no ciberespaço (SANTOS; MATOS, 2011, p. 15844).

Prensky (2001) ressalta o fato de que a Internet está adentrando cada vez mais precocemente o universo infantil e, de fato essas tecnologias podem trazer riscos ou benefícios para seus usuários. O problema ocorre quando os pais (imigrantes digitais), por não sentirem-se aptos a dominarem o uso dessas tecnologias, não orientam ou controlam os seus filhos para um uso seguro e saudável. Ainda de acordo com o autor, a principal dificuldade encontrada pelos tutores reside em ponderar o quanto é benéfico ou maléfico o seu uso e ajustar a frequência da exposição dos mesmos.

Na medida em que a Internet, os aparelhos digitais e as redes sociais infiltram-se e se naturalizam cada vez mais na vida das crianças e dos adolescentes, emergem também novos desafios, que suscitam, constantemente, vários debates que busquem compreender como essas novas realidades são constituídas e quais são as suas consequências para a vida das pessoas.

Buckingham (2008) pede cautela ao lidarmos com a ideia da “geração digital”, pois em muitos casos acabamos por entender que os “nativos digitais” nascem com a propriedade de dominar a tecnologia ou possuem uma afinidade espontânea com a mesma. É verdade que os jovens estão ativamente lidando com todo esse aparato tecnológico, mas isso não quer dizer que eles possuam pleno domínio ou saibam lidar com tudo o que ocorre diante dessa mediação. O autor diz ainda que, os jovens em seu ambiente multitarefa, estão tendo dificuldades de gerenciarem o seu tempo e de separar o momento de lazer, do momento de tarefa escolar, por exemplo.

Ademais, se, por um lado, existe a expansão de infinitas possibilidades e oportunidades que a era da internet proporcionou, por outro são maiores os riscos de exposição desse usuário. De acordo com Livingstone, Mascheroni e Staksrud (2015), os jovens têm experienciado inúmeros meios de acesso à informação, de comunicação e interação social e isso é extraordinário, no entanto, a crescente ubiquidade conferida à rede no cotidiano de crianças e adolescentes tem contribuído para a emergência de novas formas de exposição aos riscos, e consequentemente a necessidade de acompanhar o desenvolvimento e conceituação desses riscos para então podermos criar estratégias para enfrentá-los. Hasebrink e Lampert (2016) citam que somente os usuários mais experientes e engajados há mais tempo em ambientes como a Internet são mais capazes de demonstram maiores habilidades para enfrentar e minimizar os possíveis efeitos negativos das situações vivenciadas on-line. Ele elenca várias situações em que as crianças ou adolescentes podem precisar do auxílio e orientações de seus responsáveis ou professores. São elas: cyberbulling (assédio virtual), proteção de dados pessoais, conteúdos de natureza intolerante ou sensíveis, *stalking* (perseguição), privacidade on-line, *sexting* (divulgação de conteúdos eróticos e sensuais através de celulares), pedidos de *Nudes* (fotos própria sem roupa), algumas publicidades voltadas para o público infantil, vídeos com conteúdos impróprios dos “*Digital Influencers”* (formadores de opinião) *ou Youtubers,* entre outras.

Com o propósito de exemplificar as ideias tratadas acima, traremos dados da pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGIa, 2016). Quando o quesito foi os riscos enfrentados pelos jovens, foi encontrado na amostra da edição de 2016 que 20% tiveram contato com informações sobre formas de emagrecer, 13% formas para machucar a si mesmo (*self-cutting),* 10% relataram formas de experimentar ou usar drogas e 10% formas de cometer suicídio. Uma infinidade de dados é exposta nessa pesquisa, no entanto, destacaremos apenas mais alguns para substanciar a nossa reflexão: 23% dos pesquisados foram tratados de maneira ofensiva nos últimos 12 meses, 42% das crianças e adolescentes usuários declararam que tiveram contato com alguém que não conheciam na rede, 22% se encontraram pessoalmente com alguém que conheceram na internet, 23% entre aqueles de 15 a 17 anos relataram o recebimento de mensagens de teor sexual, 41% dos usuários declararam ter presenciado alguém sendo discriminado na rede, 49% dos que possuíam um perfil em rede social o configurou como público, 25% dos adolescentes entre 15 e 17 anos usuários de Internet admitiram ter se arrependido de algum conteúdo postado sobre si mesmo na Internet, 63% com idades entre 9 e 10 anos relataram que possuíam perfil em redes sociais, esse número aumenta entre os jovens de 11 e 12 anos para 79%, 90% dos usuários entre 11 e 17 anos relataram proteger seus dispositivos móveis com senha. E ainda, em 11% das famílias, os pais nada sabiam sobre as atividades de seus filhos e 41% sabiam mais ou menos.

> As crianças são nativos digitais, mas só até certo ponto.(...) No entanto, elas também enfrentam situações que não conseguem resolver, para as quais pedem ajuda. Deste modo, a literacia digital implica que os jovens não precisem apenas de princípios básicos para se manter seguros on-line, mas que também precisem de uma variedade de habilidades técnicas, cognitivas e críticas que lhes permitam fazer avaliações sobre a qualidade das fontes, para utilizar com conhecimento e criatividade os meios e ganhar competência no uso de ferramentas digitais para a participação pública (FERREIRA, 2017, p. 8).

Destacamos que além do “TIC KIDS On-line Brasil” o CGI empreendeu pesquisas em outros segmentos, o que inclui um estudo denominado: “TIC EDUCAÇÃO: Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras” (CGIb, 2016b). Essa pesquisa aponta, de forma inédita, que 40% dos professores de escolas urbanas precisaram auxiliar algum aluno a lidar com situações desconfortáveis ocorridas durante o uso da Internet, tais como

cyberbullying, discriminação, assédio e disseminação de imagens sem consentimento.

Esses dados reforçam a ideia de que, por vezes, os adultos superestimam a capacidade das crianças e adolescentes de manejar de forma consciente os riscos e oportunidades envolvidos no acesso às TICs. Sendo necessário enfrentar o mito de que o nativo digital tem capacidade plena de se autogerenciar nas redes. Em muitas situações lhes faltam consciência, e crítica para realizar todas as escolhas acerca do que desejam ou não expor virtualmente ou sobre o que devem ou não fazer ou, ainda, em quem podem confiar.

> [...] utilizar dipositivos digitais não é sinônimo de habilidade para desfrutar das oportunidades e explorar de forma consciente e crítica novos ambientes de relacionamento e convivência social, especialmente quando indagamos sobre as habilidades de adolescentes para manejar o fluxo de suas informações pessoais. (NEJM, 2016, p. 89)

A falta de diálogo e o distanciamento afetivo é o caminho para a formação de uma 'barreira digital' entre jovens e adultos. Os pais sentem-se inseguros, antiquados ou obsoletos quando imaginam que possuem menos conhecimento ou domínio sobre as novas tecnologias do que seus filhos e acabam por se distanciar dos mesmos (ALMEIDA, 2014). E, é possível que, de fato, os jovens estejam adotando gírias que dificultem a compreensão e o diálogo com os adultos. A todo o momento surgem novas expressões na internet, cujos significados só são entendidos por quem está bastante imerso nas redes. Traremos alguns exemplos para o leitor, no entanto, não os explicaremos, como forma de exercício de tentativa de compreensão*: "Esse rolê é muito mec", "Essa gíria tá muito hypada, aff", "Faz favor de lembrar que a gente era bife antes de você ficar famosa!", "Desculpa flodar mas eu não tão tô sabendo lidar com o novo clipe da fada!", "SLC cachorreira", "Tira foto sem camisa e quer que a gente acredite que é pra mostrar a paisagem... só quer biscoito", "Curto praia, reggae, F1","SLC kkkkk tá na Disney?", "Se flopar vou apagar o post rs", "Esse meme vem do LDRV".* Será que é possível entender todas as expressões ou teríamos que pesquisar? Esse é um exemplo de como a linguagem também pode criar uma barreira entre os adultos e as crianças. Percebemos que algumas dessas expressões utilizam termos em inglês, sendo necessário, então, que o ouvinte ou o receptor tenha algum conhecimento dessa

língua. Além do mais, a maioria dessas gírias não possui uma lógica ou seguem algum raciocínio que as torne evidente.

Devemos lembrar que a infância e a adolescência são as fases de construção da identidade da criança e do adolescente e durante esse processo, elas buscam respostas sobre “quem sou eu?”. Essa resposta é encontrada, muitas vezes, nas opiniões alheias e são sempre valorativas e dualistas (bom ou mal, bonito ou feio, desejável ou indesejável, certo ou errado, etc.). É certo que, nessa fase, os valores prezados e promovidos pela sociedade adulta tem grande importância e influência sobre o desenvolvimento dos jovens. É também nesse período que ocorre o desenvolvimento moral dos mesmos, e esse desenvolvimento será perpassado pelos valores dos pais, da sociedade, dos professores, dos pares, ou quem quer que a criança ou o adolescente considere significativo. Assim, durante esse período, os jovens criam as suas próprias opiniões, discernimento e a imagem de si mesmos (LA TAILLE, 2009).

Muitas vezes, essas crianças e adolescentes, ao se distanciarem dos pais ou responsáveis, procuram outras fontes para se espelharem e se constituírem. E é nesse momento que eles acabam por adotar como modelo moral os chamados Influenciadores Digitais *(Influencers, Youtubers, Bloguers).*

Um Influenciador Digital é toda pessoa que consegue acumular uma grande quantidade de seguidores em redes, canais e plataformas da internet e das mídias sociais. Eles são pessoas comuns que estão conectados on-line e produzem conteúdos digitais de grande repercussão, influência e persuasão. Eles são para os jovens, comparativamente, o que os astros do cinema e da música eram para a geração passada. Há aspectos atraentes que tornam as celebridades do *YouTube* muito mais populares e admiradas do que as “estrelas de Hollywood”. Os fãs dos *YouTubers* relatam que se sentem mais ligados aos ídolos, já que os percebem como iguais e podem ter padrões de vida semelhantes. Os *YouTubers* têm quase a mesma idade do público que os segue. No entanto, não é incomum, fora do universo on-line, que eles atraíam a atenção e levem alguns jovens à loucura, no entanto para a maioria dos adultos são desconhecidos e passam despercebidos. Quando alcançam um número expressivo de seguidores, recebem patrocínio para promover marcas e incitar o consumismo. Outro problema é em relação ao conteúdo duvidoso dos vídeos que apelam para atitudes que normalmente os adultos não aprovariam. Não incomum, por exemplo, o uso de palavrões, o discurso de ódio, a promoção de

desafios que coloquem em riso a saúde do espectador, humor negro, sadismo, etc. Muitos são os relatos das mães nas redes sociais que ficam perplexas e indignadas com o conteúdo propagado por esses *Influencers* e tentam proibir os filhos de assistirem ou os seguirem. Elas dizem que sempre viram os seus filhos assistindo aos vídeos, mas não tinham parado para reparar qual era o conteúdo (WESTENBERG, 2016).

Bentley, Earls e O'Brien (2011) explicam que as pessoas tendem a copiar o comportamento das pessoas de que gostam ou a compartilhar o mesmo estilo comportamental dos seus ídolos. Segundo esses pesquisadores os comportamentos e as crenças são mais contagiosas entre aqueles que possuem conexões sociais compartilhadas. Os adolescentes tendem a imitar os seus Influenciadores Digitais com o intuito de serem aceitos pelo grupo e serem populares entre os seus amigos.

Pois bem, qual seria a relevância desses dados para o estudo do desenvolvimento moral? Gomide (2004) retrata que ao longo das gerações o processo de educar as crianças atravessou diversas transformações. A autora discute quais eram as formas que os pais utilizavam para educar os seus filhos e quais são as formas atuais. Com a revolução dos costumes dos anos 50 era habitual os castigos, as regras inquestionáveis, a punição e uma severidade extrema legitimada pelo dever de educar. Os filhos dessa geração, por sofrerem com essa experiência negativa de educação, passaram a adotar uma maior flexibilização das regras e também uma maior liberdade sexual. No entanto, a geração seguinte ou os novos pais, passaram a repudiar as punições físicas e começaram a usar a utilizar o diálogo como fonte de educação, optaram por se tornar mais amigos dos filhos e se tornaram mais permissivos. No entanto, essa nova maneira de educar, embora tivesse vários fatores positivos, trouxe algumas consequências indesejáveis: “Os filhos ficaram desobedientes, não respeitando seus pais e professores, muitas vezes deixando de estudar, não querendo assumir compromissos profissionais, tornando-se rebeldes, e por via de consequência, alvo fácil de grupos desviantes” (GOMIDE, 2004, p. 10).

Diante dos desafios apresentados, destacamos que as crianças e os adolescentes precisam da mediação dos adultos para lidar com essas novas tecnologias. Assim como na autonomia, a relação entre os adultos e os jovens, deve ser pautada na cooperação, no respeito mútuo, baseado no diálogo e na compreensão. Portanto, cabe aos educadores (pais, responsáveis e professores)

criar uma relação de respeito, diálogo e acolhimento desses jovens. Eles devem cultivar desde a mais tenra idade da criança, laços e vínculos fortes, baseados na confiança, educação e respeito, de forma a superarem as barreiras que, por vezes, insistem em distanciar, distrair ou afastá-los, buscando assim maximizar as oportunidades e minimizar os riscos ou possíveis danos ao bem-estar dessas crianças ou adolescentes.

Os pais estão preocupados, mas não seguros sobre a maneira de educar os seus filhos, pois, percebemos em seus discursos uma constante indagação e interesse sobre o assunto, mas não é incomum que eles, por vezes, demonstrem dificuldades para exercerem os seus papeis e realizar as intervenções necessárias, principalmente, quando o quesito é autoridade e imposição de limites. No entanto, os pais modernos, com medo de serem “odiados” pelos seus filhos, abriram mão do estabelecimento de regras, passaram a adotar sermões repletos de ameaças e não como instrumento de reflexão, se esqueceram de que são modelos morais para os seus filhos e se desvincularam do papel de educadores (GOMIDE, 2004). A autora ressalta a importância das regras, a monitoria adequada e o modelo moral como formas positivas de se relacionar com os filhos.

Sabe-se que os limites na educação são, sem dúvida, fundamentais na formação do indivíduo. (LA TAILLE, 1998). Discute-se atualmente sobre a questão da responsabilidade escolar e familiar sobre a educação de crianças e jovens. Trava-se um embate entre elas, pois uma delega à outra a responsabilidade de trabalhar questões como disciplina e valores, bem como controlar o comportamento abusivo dessas (COUTRIM; CARVALHO; ALMEIDA, 2012; OLIVEIRA; MENIN, 2012). Ainda que a família seja considerada a base da formação social, cultural, intelectual e moral da criança, Oliveira e Menin (2012) também destacam a importância do papel escolar no desenvolvimento infanto-juvenil. Para as autoras, uma educação moral de sucesso depende do apoio mútuo, em que cada instituição assume o compromisso de complementar e suprir as necessidades da outra.

No entanto, não é intenção culpabilizar os pais, sabemos que a construção de valores, princípios e normas é um processo, e por ser um processo será construído na convivência diária, com a família, os seus pares e a sociedade. Observamos que frente à crise de valores (ou valores em crise), ao hedonismo contemporâneo, ao enfraquecimento do dever e à virtualização das relações sociais, a criação de um ambiente favorável ideal para o desenvolvimento moral dos jovens nem sempre é

possível. Contudo, devemos levar em conta que a construção do “ser moral” se constrói continuamente em suas relações intra e interpessoais, num movimento dialético que considera o sujeito, o contexto e as interações estabelecidas.

Ao pensarmos no papel das novas tecnologias frente ao desenvolvimento do desenvolvimento moral das crianças e adolescentes, devemos ponderar a importância de uma intervenção para a criação de uma cidadania digital nesses sujeitos. É essencial que estejam preparados para conviverem melhor em harmonia nos SRSs.

Tínhamos como objetivo geral verificar e analisar como algumas questões relativas à moralidade apareciam nas publicações dos usuários e moldavam suas as ações dentro do Facebook. Além disso, identificamos quais eram os tipos de publicações que mais mobilizam e causam maior indignação de seus utilizadores; verificamos e analisamos como algumas questões relativas à justiça apareciam nas publicações dos usuários do Facebook; e, por último, propusemos um programa e uma intervenção que promovessem uma cidadania virtual.

No próximo capítulo apresentaremos a Metodologia utilizada na pesquisa. Iniciaremos pela explicação do procedimento netnográfico, quem foram os sujeitos, quais foram os critérios de inclusão, os aspectos éticos e os procedimentos utilizados para a análise dos dados.

Metodologia



Fonte: Imagens de https://br.freepik.com editada pelo próprio autor

De acordo com Faria Mota e Mattos Pimenta (2007) a pesquisa eclode do desejo de avaliar um conceito sob uma nova perspectiva. Tal atitude favorece o avanço do conhecimento sobre um fenômeno, de modo a aprimorar, ainda mais, o conhecimento sobre o mesmo.

Com o estabelecimento da internet como um dos principais meios de comunicação atual e o surgimento das chamadas comunidades ou tribos virtuais, pesquisadores enfrentam o desafio de encontrar uma metodologia que permita a imersão do pesquisador nessas sociedades para a coleta de dados. Eles, então, buscam como inspiração as técnicas da pesquisa etnográfica, que é amplamente utilizada no estudo de culturas e comunidades nas ciências sociais. No entanto, cabe ressaltar que embora a etnografia virtual seja análoga a etnografia clássica, não é verídico presumir que a primeira seja mera transposição do método etnográfico aos ambientes do ciberespaço, já que as noções de espaço-tempo são completamente diferentes e alteram as dinâmicas comunicacionais (AMARAL; NATAL; VIANA, 2008).

De acordo com Braga (2006) a netnografia emergiu da necessidade de tentar suprimir o desafio metodológico de se pesquisar em ambientes virtuais. Vários pesquisadores buscaram uma maneira de preservar os ricos detalhes obtidos através da observação dos indivíduos em ambiente virtual. O neologismo “netnografia” (nethnography = net + ethnography) foi originalmente cunhado por um grupo de pesquisadores norte americanos, Bishop, Star, Neumann, Ignacio, Sandusky e Schatz, em 1995. Desde então, vários são os autores que se situam metodologicamente neste campo, podemos citar: Jones (1999); Haraway (1991); Hine (2000); Amaral, Natal e Viana (2008), entre outros.

Devemos ressaltar que a terminologia netnografia não reúne consenso internacionalmente. Muitos destes investigadores referidos acima optaram por utilizar outros termos, que acabam por ser sinônimos e se tratam da mesma técnica, são eles: etnografia virtual, webnografia, ciberantropologia, ciberarqueologia (PINHEIRO; NEVES; MARTINS, 2012). É importante ressaltar que o termo “etnografia virtual” é mais utilizado pelos pesquisadores da área da antropologia e das ciências sociais, enquanto “netnografia” tem sido adotado pelos pesquisadores da área do marketing e da administração. Em nossa pesquisa, para fins didáticos, utilizaremos ambos como sinônimos (AMARAL; NATAL; VIANA, 2008).

Assim como a etnografia tradicional, a netnografia é uma pesquisa de ida a campo, que possibilita o pesquisador a extrair o conhecimento e o saber por intermédio da experiência e da convivência no ambiente do objeto pesquisado. No entanto, no primeiro caso, essa convivência seria face-a-face e sem a mediação de um computador.

Hine (2000, 2005), autora do livro “Virtual Methods” e responsável pela popularização do termo etnografia virtual, rebate essa crítica alegando que embora a imersão do pesquisador seja em ambiente virtual, o mundo on-line nunca estará desvinculada da vida off-line do sujeito.

A netnografia é utilizada como metodologia para estudos que tenham como objeto a internet (HINE, 2000). Para Kozinets (2002, 2014), a netnografia é uma pesquisa observacional participante, que proporciona que o pesquisador adentre no universo que estuda por um determinado tempo, utilizando-se de conceitos, estratégias e posturas da pesquisa etnográfica tradicional. Ela deve levar em consideração as relações que se formam entre aqueles que participam dos processos sociais, o pesquisador, e os sujeitos do grupo social estudado, com o intuito de se obter uma compreensão mais ampla sobre a população estudada.

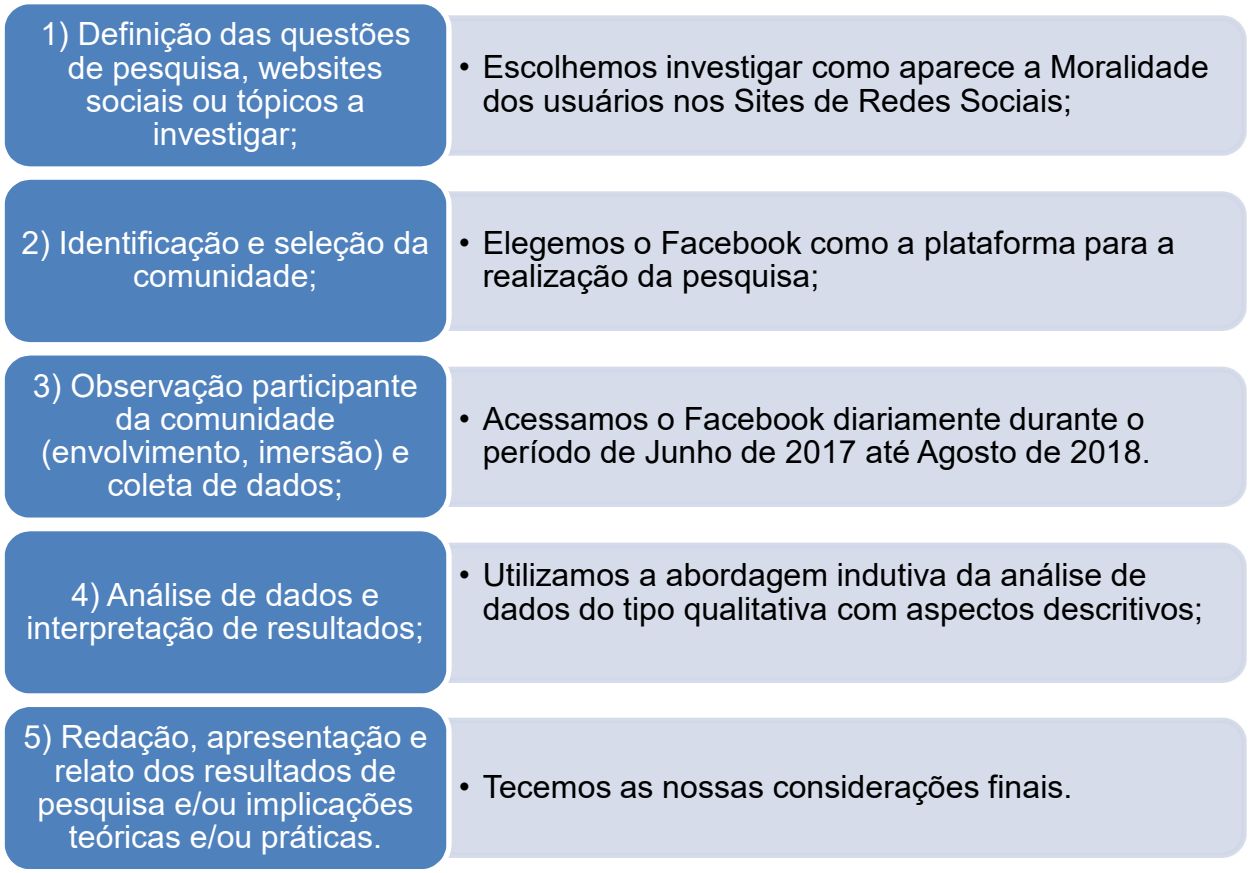
Particularmente, a adoção dessa perspectiva na presente tese tem se mostrado desafiadora, pois embora seja amplamente empregada por diversas áreas, tais como a antropologia, marketing e comunicação, ainda é pouco utilizada na psicologia.

De acordo com Agrosino (2009) a etnografia é uma metodologia para estudar um grupo humano, observando os comportamentos interpessoais, as relações sociais, as produções materiais e as crenças dos indivíduos. No ciberespaço a relação social é mediada pela internet, portanto a comunicação eletrônica se baseia em palavras escritas, imagens, vídeos, etc. O contexto virtual modifica completamente as relações, interações e mediações humanas, por isso a pesquisa deve considerar essas particularidades e criar meios que captem e busquem compreender esses fenômenos.

4.1 Procedimento netnográfico ou de exploração virtual do campo de pesquisa

Apesar da versatilidade da netnografia, Kozinets (2014) destaca a importância de que o pesquisador siga cinco etapas (figura 4):

Figura 4 – As cinco etapas da Netnografia



Fonte: o próprio autor, 2019.

Nesse estudo a primeira etapa foi concluída quando nomeamos o tema, a problemática da pesquisa e os objetivos. Em um segundo momento, elegemos o *Facebook* como a plataforma a ser estudada, já que a mesma se manteve desde o começo da pesquisa até os dias atuais como a mais utilizada pelas pessoas. A partir da terceira etapa prosseguimos com a coleta de dados que será apresentada no tópico seguinte.

O procedimento netnográfico foi constituído principalmente, com a adoção de três atitudes:

1) Observação das interações mediadas por diversas ferramentas comunicacionais do *Facebook*;

2) Observação de Documentos digitais - Fontes não escritas, como: fotografias, gravações, filmes, vídeos, desenhos e outros testemunhos gráficos;

3) Elaboração de um Diário de Campo: que foi construído ao longo das observações, contendo, além do relato dos dados, reflexões do pesquisador acerca das experiências vividas no campo de pesquisa e no âmbito da própria elaboração intelectual, visando contextualizar o trabalho de investigação científica.

Para a coleta de dados acessamos regularmente o *Facebook* durante o período de Junho de 2017 até Agosto de 2018. Para a seleção dos casos foi necessário o acompanhamento e registro de algumas notícias, cujas temáticas continham questões relativas à moral (justiça ou injustiça, respeito ou não às regras, roubos, mentira, cooperação, altruísmo), e que causavam grande indignação nos usuários. Essas notícias eram consideradas como as mais polêmicas da época, ou seja, eram as mais “comentadas” e faziam parte dos principais tópicos do “momento” (*Trending topics*).

De acordo com Tognetta e Vinha (2009) o sentimento de indignação refere-se essencialmente a um conteúdo moral, já que nos indica os valores que as pessoas têm. Sente-se indignado, aquele que constata que é vítima de uma ação considerada imoral ou que a justiça não está sendo cumprida.

Para acompanhar o surgimento e o desenrolar dos “casos” uilizamos as principais ferramentas disponíveis no *Facebook* (comentários, vídeos, fotos, grupos, comunidades, etc.) O diário de campo foi redigido ao longo do acompanhamento dos casos.

A coleta netnográfica contou com dois tipos diferentes de dados:

a) Dados arquivais: são os dados que o pesquisador copia diretamente das comunidades on-line e é inexistente a criação ou a estimulação do pesquisador, ou seja, ele não estará diretamente envolvido;
b) Dados de notas de campo: que são as anotações que o pesquisador registra em seu diário de campo.

Por meio de uma complexa gama de funções, percebe-se que as redes sociais virtuais são grandes dinamizadores do fluxo de informação e interconexões

em que ocorre a construção e produção de discursos que manifestam as múltiplas “verdades” sociais e suas representações. São espaços complexos que estimulam o debate, traz os discursos sociais, geram ou aliviam as tensões nas diferenças e, sobretudo, refletem os valores e a moral de seus participantes.

Ressaltamos que de acordo com Tungendthat (1999) o sentimento de indignação só advém quando o expectador desaprova uma ação que considera ferir um bem moral e; reconhece em si um valor e, por conseguinte, preceitua que o outro também deva seguir os mesmos fundamentos como exigência para ser considerado uma “boa pessoa”. De forma resumida, indignar-se é expor os valores que eu tenho e que ensejo que o os outros também tenham.

Ao procurarmos por postagens cuja temática era pertinente a moral, tais como, justiça e injustiça, respeito ou não às regras, roubos, mentiras, cooperação, altruísmo e selecionarmos somente aquelas que causavam indignação ou grande mobilização dos usuários; reunimos e acompanhamos um total de trinta e cinco casos, durante o período de um ano e três meses de imersão nos SRSs (Junho de 2017 até Agosto de 2018).

Esses casos chegaram até nós por meio do Feed de notícias das mídias sociais da pesquisadora ou através da navegação em grupos coletivos do *Facebook* ou foram assuntos que estiveram em muita evidência na época. Nesse último caso, entrávamos no *Facebook* e procurávamos pelo assunto na barra de pesquisa e escolhíamos a postagem com maior interação (mais comentários, compartilhamentos ou curtidas).

4.2 Instrumento

O Diário de Campo é uma das principais ferramentas da pesquisa netnográfica. É nele que o pesquisador anotará as suas impressões, suas observações sobre a comunidade, seus membros e significados, etc. Esses dados serão para propósitos pessoais do pesquisador e, portanto, não serão compartilhados com a comunidade.

De acordo com Amaral (2010), o método etnográfico por ser um procedimento que se sustenta na observação, requer à utilização e a manutenção de um “diário de campo”. Ele servirá, principalmente, como um dispositivo de registro e das interlocuções reflexivas e analíticas do pesquisador com o campo. Nele conterá

dados relativos às datas, os locais, os relatos dos acontecimentos, e também, os comentários, as reflexões, as opiniões e os sentimentos do pesquisador.

O Diário de Campo é um dos objetos que foram adaptados da etnografia clássica para a etnografia virtual, portanto a sua realização também teve que se adequar ao ambiente virtual. Se antes era preciso caderno, folhas e canetas, hoje isso já não é mais necessário. O diário de campo virtual possui várias possibilidades de ferramentas para a sua realização. Nessa pesquisa optamos pela adoção de um software denominado Nvivo Plus 11.

O NVivo é utilizado por pesquisadores que precisam documentar e trabalhar com dados de entrevistas, anotações de campo, páginas da internet, redes sociais e artigos científicos. Além de ser uma ferramenta de coleta e armazenamento de dados qualitativos, ela fornece meios de avaliação e interpretação dos mesmos.

4.3 Critérios de inclusão

Utilizamos como critério de inclusão a verificação da temática da publicação. Ela necessariamente deveria conter conteúdos que causavam grande indignação nos usuários, e, portanto, ficavam em grande evidência nas Redes Sociais. Além disso, também era necessário que a publicação possuísse conteúdos pertinentes ao estudo da moral: tais como, justiça ou injustiça, respeito ou não às regras, roubo, mentira, cooperação, altruísmo. O tipo de amostra foi por conveniência, formada por todos os casos que, além de preencherem os critérios anteriores, surgiram no período de Junho de 2017 até Agosto de 2018.

4.4 Aspectos Éticos

O projeto foi submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 83005118.1.0000.5401) da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – Câmpus de Assis com o número de parecer 2.547.139.

Embora os participantes da pesquisa possuam 13 anos ou mais, solicitamos a dispensa do TCLE sob as seguintes justificativas:

De acordo com a Resolução Nº 466, de 12 de Dezembro de 2012 a dispensa da obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pode ser solicitada caso esta obtenção signifique riscos substanciais à privacidade e confidencialidade dos dados do participante ou aos vínculos de confiança entre pesquisador e pesquisado.

Por se tratar de uma pequisa observacional, Kozinets (2014) ressalta que a netnografia diverge de maneira significativa dos métodos tradicionais face-a-face, pois as informações não são dadas de forma específica, em confiança, ao pesquisador. A observação e análise dos conteúdos publicados na rede que serão posteriormente arquivados para a confecção do diário de campo não constituiriam oficialmente como pesquisa social com seres humanos.

> (...) o uso de conversas espontâneas na pesquisa, se reunidas em um local publicamente acessível, não constitui pesquisa com seres humanos de acordo com a definição do Code of Federal Regulations. Se a pesquisa envolve coletar e analisar documentos e registros existentes que estejam publicamente disponíveis, ela se qualifica para a dispensa de seres humanos. (KOZINETS,2014, p.133).

Frankel e Siang (1999, p.8), “a facilidade do anonimato e da pseudonímia nas comunicações pela internet também gera dificuldades logísticas para a implementação do processo de consentimento informado”.

O jurista Tomas Limpinski (2006, p.55) ressalta que os etnógrafos que usam fóruns, blogs ou outros tipos de postagens na web devem estar atentos a respeitar o anonimato dos envolvidos, de modo que devem ter cuidado de não identificar o nome ou o pseudônimo ou qualquer informação que possa identificar o indivíduo.

Todas as informações e dados que colhemos no *Facebook* eram materiais abertos e compartilhados pelo usuário com a comunidade, já que o mesmo, ao realizar o cadastro na plataforma era obrigado a escolher a opção desejada para as configurações de privacidade, ou seja, deveria assinalar quais conteúdos e compartilhamentos que ficariam disponíveis para os outros usuários verem (Todos, Amigos, Amigos dos amigos, Somente eu). Por padrão, e portanto, para aqueles que não alteraram a opção, o *Facebook* adota a opção “todos”, ou seja, as informações e as publicações do perfil podem ser visualizadas por qualquer pessoa que também faça parte da rede. Para alterar isso é necessário que o usuário acesse as configurações de privacidade e escolha as opções citadas acima.

É importante alertamos que o sigilo das postagens e dos usuários estão garantidos mesmo com a divulgação de alguns comentários na análise e discussão de dados, já que é praticamente impossível identificar qual dentre as centenas de postagens sobre o assunto que escolhemos. Por exemplo, ao verificarmos que o

assunto da tatuagem “ladrão vacilão” ficou em evidencia nos SRSs, encontramos no *Facebook* centenas de postagens a respeito desse assunto. E ainda, se copiarmos as respostas dos usuários e colarmos na barra de pesquisa do *Facebook*, nada aparecerá e nem indicará o autor da mesma.

4.5 Riscos

A presente pesquisa apresenta risco mínimo por se tratar de um estudo em que não se realiza nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos participantes. Os usuários não serão identificados, e em caso de publicação da tese ou artigo científico os nomes e/ou pseudônimos on-line ou quaisquer outras informações de identificação não serão expostos.

4.6 Análise de dados

Para Kozinets (2014) a netnografia, é uma prática assimilativa que por estar ligada às sutilezas do contexto pesquisado, combinará diferentes abordagens teórico-metodológicas dos dados, demandando, por vezes, a combinação de métodos qualitativos, tais como, a Análise de Discurso, Análise de conteúdo; e análises quantitativas e estatísticas (webmetria, número de links, curtidas, compartilhamentos, etc.). Nesse caso, o termo “netnografia” representaria uma tentativa do explorador de reconhecer “a importância das comunicações mediadas por computador nas vidas dos membros da cultura, de incluir suas estratégias de coleta de dados a triangulação entre diversas fontes on-line e off-line de compreensão cultural...” (KOZINETS, 2014, p. 62).

De acordo com Kozinets (2014) a análise de dados na netnografia é baseada em duas vertentes: qualitativa e quantitativa. Nessa pesquisa utilizamos apenas a primeira. Utilizamos a interpretação qualitativa com aspectos descritivos e também a hermenêutica, que envolve a abordagem indutiva da análise de dados, ou seja, um “exame detalhado de um todo, decompondo-o em suas partes constituintes e comparando-as de diversas formas” (p.113). Entende-se como partes constituintes todo o material coletado na observação e na participação netnográfica, que foram compostas por capturas de tela, postagens, fotos, vídeos e o diário de campo e suas respectivas notas de campo reflexivas.

A indução, que também faz parte dessa perspectiva, diz respeito à construção das observações individuais em afirmações mais gerais sobre o fenômeno, não de maneira aleatória, mas seguindo um raciocínio lógico. Miles et al. (1994, p.4) descreveram os passos analíticos sequenciais para a realidade dos netnógrafos. São eles:

- Codificação: afixar códigos ou categorias para os dados extraídos no campo de pesquisa, de maneira a rotular esses dados. Nessa pesquisa essas categoriais foram separadas por publicações cujo conteúdo era relativo a algum assunto pertinente a moralidade. Dessa forma tivemos os assuntos separados em casos;

- Anotações: reflexões sobre os dados ou memorandos; Cada caso possuía as suas particularidades e tínhamos que tomar nota delas para não esquecermos;

- Abstração e comparação: os materiais são classificados e filtrados para identificar expressões, relações, e diferenças distintas. Consideram-se as semelhanças e as diferenças entre incidentes de dados;

- Generalização: elabora um pequeno conjunto de generalizações que cobrem ou explicam as consistências no conjunto de dados;

- Teorização: confronta as generalizações reunidas a partir dos dados com as teorias científicas definidas pela área de estudo e assunto, construindo uma teoria própria ou dialogando com esses autores.

Kozinets (2014) ressalta ainda a dificuldade que os netnógrafos enfrentam no desafio de lidar com a enorme quantidade de dados coletados. E sugere o uso de programas ou softwares que auxiliem o pesquisador nessa tarefa, esses programas receberam o nome de software de Análise de Dados Qualitativos Assistida por Computador (CAQDAS). No entanto, é preciso conhecimento básico para operar computadores e compreende um processo de aprendizado para familiarizar-se com o software e os seus respectivos processos de inclusão, codificação e busca dos dados.

Para esse estudo, conforme citado acima, utilizamos o software NVivo 11 (QSR International) para o trato dos dados qualitativos. O NVivo nos auxiliou a coletar, organizar e analisar os dados. Utilizamos principalmente os recursos de codificação e exploração dos dados por meio de gráficos e o assistente de consulta que nos permitia gerar uma busca de frequência de palavras (nuvens de palavras) e o contexto em que eram utilizadas. De forma resumida, os recursos disponíveis e utilizados, foram:

- Categorização e codificação (*nods, atributes, links, relationships*): servem para comparar casos com base em variáveis demográficas. O NVivo opera com o conceito de nós, que direciona aos materiais agrupados em uma categoria com base no seu tópico, tema ou caso. Esses nós possibilitam a busca por padrões e conceitos emergentes.

- Nuvens de palavras (NP): são imagens apresentadas como forma de ilustração à leitura superficial do senso comum. O tamanho de cada palavra sugere sua frequência, admitida como *proxy* da relevância de determinada temática na totalidade de hipertextos. A Nuvem de Palavras foi utilizada no caso da mulher que passeava com o seu cachorro na praia. Nesse caso, dentre os comentários, separamos somente as ofensas e os xingamentos dirigidos a ela, como forma de exemplificar a atitude de desrespeito dos usuários nos SRSs.

Além de proporcionar a organização e o tratamento dos dados qualitativos, o NVivo 11 (QSR International) também serviu como ferramenta de análise de dados quantitativos, pois quando codificávamos alguma postagem era possível ter os dados numéricos relativos a quantas vezes um assunto foi referenciado ou quais foram as palavras mais prevalentes para cada postagem.

Apesar de eficiente, tivemos que lidar com o inconveniente do longo tempo despendido para a criação de categorias e a posterior codificação dos dados. Ademais, encontramos algumas dificuldades com a qualidade do notebook utilizado para as decodificações, já que o mesmo apresentou constantes travamentos e interrupções impossibilitando algumas análises mais aprofundadas e com um número excessivo de comentários. Esses percalços, todavia, não impediram e nem prejudicaram a pesquisa.

Partiremos no capítulo posterior para a análise e discussão dos dados do estudo. Começaremos com os aspectos gerais e posteriormente, aprofundaremos para três questões mais específicas: o roubo, a violência e a justiça no *Facebook*.

Análise e Discussão dos Dados



Fonte: Imagem de https://bassanorthon.wixsite.com editada pelo próprio autor

Este capítulo será dedicado à análise e a discussão de dados à luz dos referenciais teóricos supracitados e outros que forem convenientes. Para fins didáticos adotamos a seguinte divisão:

1) Resumo dos trinta e cinco casos acompanhados na pesquisa;
2) Os dez assuntos *(Trending Topics)* mais polêmicos da pesquisa;
3) Três temas pertinentes à moral (o roubo, a violência e a Justiça);
4) Os SRSs como ferramentas de resolução de conflitos e controle social: Estratégias e Metodolodias utilizadas pelos usuários.

5.1 Todos os casos acompanhados

Conforme descrito na Metodologia, ao todo, acompanhamos o desenvolvimento de trinta e cinco casos nessa pesquisa. Traremos abaixo um quadro (Figura 5) com um resumo de cada um deles, mas devido à extensa quantidade de dados, não analisaremos cada um deles em separado. Serão apresentados em ordem cronológica crescente.

Quadro 5 - Resumo de todos os casos acompanhados

(continua)

Nº DO CASO	DATA	RESUMO
1 Morrinhos	05/06/17	Fabiane foi confundida com uma foto de uma suposta sequestradora de crianças divulgada nas redes sociais. Foi linchada, agredida e morta.
2 Ladrão Vacilão	09/06/17	Adolescente teve a frase "ladrão e vacilão" tatuada na testa após ser acusado de tentar furtar uma bicicleta de um cadeirante.
3 Morte de ladrão	10/06/17	Dois homens tentam assaltar um posto de gasolina. O segurança mata um dos assaltantes e o vídeo viraliza nos SRSs.
4 MAM	26/09/17	A performance de um artista nu no Museu de Arte Moderna (MAM). O vídeo que viralizou no *Facebook* mostra quando uma criança de aproximadamente quatro anos toca no pé do homem nu.
5 Selfie de assediadores	06/10/17	Uma jovem estudante encontrou uma forma de denunciar o assédio que sofria nas ruas, ela tirava selfies com os agressores que a abordam na rua e postava no instagram com frases ofensivas.

(continuação)

Nº DO CASO	DATA	RESUMO
6 Trollando Maísa	10/10/17	Danilo Gentili faz brincadeira com Maisa Silva em seu programa. Durante a conversa dos dois, Maisa foi tomar o líquido que estava na caneca dela pensando que era água, mas na verdade era vodca.
7 William Waack	08/11/17	Vídeo que expõe declarações racistas de William Waack cai na rede. Em intervalo de noticiário, âncora se irrita com barulho e dispara: *"Tá buzinando por quê, seu merda do cacete? Não vou nem falar, porque eu sei quem é... é preto. É coisa de preto".*
9 Festa de Menino	22/11/17	Com bolo de Pablo Vittar, menino de 12 anos beija namorado durante festa de aniversário.
10 Day M. Racista	26/11/17	Em ataque racista, Day McCarthy chama Titi (Filha de Bruno Gagliasso e Giovanna Ewbank) de "macaca horrível". No vídeo ela dá as seguintes declarações: *"A menina é preta, tem um cabelo horrível de pico de palha e um nariz de preto, horrível, e o povo fala que a menina é linda? Aí essas mesmas pessoas vêm ao meu Instagram me criticar pela minha aparência?".*
11 Juíza Barraqueira	03/01/18	Pessoas filmam discussão entre uma suposta "Juíza" e cidadãos que a questionam sobre parar em local proibido. O vídeo traz o seguinte título: *"juíza barraqueira de Joinville estaciona em lugar irregular em Balneário Camboriú e ainda xinga quem a critica. "Sou juíza mas tô de férias".*
12 Direitos Humanos	08/01/18	É postado na internet um vídeo de um rapaz que foi acusado de estupro e homicídio de uma menina de 14 anos, conversando com representantes da comissão de Direitos Humanos. O vídeo tem os seguintes enunciados: *"Veja como um estuprador é tratado no Brasil. Isso é inacreditável, nunca vi esse tal de direitos humanos se preocupando com as vítimas, ou os familiares das vítimas... Na sua opinião, qual seria o tratamento adequado para esse tipo de crime?"*
13 Desafio do Desodorante	03/02/18	Menina de 7 anos morre após reproduzir o "desafio de inalar um desodorante aerossol". Prática é influenciada por youtubers que promovem desafios através da internet.
14 Doméstica Ladra	10/02/18	Mulher divulga nas redes, fotos de uma doméstica que envenenou os seus cães e roubou o seu cofre com joias e dinheiro. Diz ter o objetivo de divulgar para impedi-la de fazer outras vítimas.

(continuação)

Nº DO CASO	DATA	RESUMO
15 Consumidora insatisfeita	15/02/18	Consumidora posta em grupo uma reclamação sobre um lanche que não gostou. No entanto, de acordo com a mesma *"foi uma avalanche de comentários a favor do lanche, mas a pessoas não respeitam a opinião diferente do que eles pensam .Talvez por esses pequenos motivos existe tantos comentários de intolerância e agressivos , só um lanche fez tdo isso.Que tal aproveitar essa disposição de defesa e aproveitar pra defender o que realmente interessa."*
16 Pais assassinos	20/02/18	Pais são presos por suspeita de ter espancado até a morte a filha de cinco anos, em Itapetininga, interior de São Paulo. Eles haviam acionado o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), no dia anterior, alegando que a criança tinha caído da cama e batido a cabeça, e em seguida tido convulsões. Porém, a equipe médica suspeitou dos hematomas na menina, que seriam compatíveis com maus-tratos.
17 Day M. Fake News	03/03/18	Conhecida por ofender as pessoas nas redes sociais, Day McCarthy sofre acidente de carro. A socialite, que ofendeu Titi e criou boatos sobre Anitta, está 'entre a vida e a morte após bater o carro'. Tempos depois descobriram que não passava de uma Fake News que a própria socialite inventara.
18 Sexo por Jogo de PS4	04/03/18	Em um grupo de troca e venda de games, um homem chama inbox um membro do grupo que estava anunciando jogos de ps4 para troca, ele oferece sexo oral em troca do jogo. Sentindo-se ofendido o vendedor expõe o caso no grupo, além do nome do usuário, perfil e fotos que comprovavam que era casado e tinha filhos. De acordo com o admistrador o lema do grupo é: *"Se tiver errado vamos expor, se roubar vamos recuperar e se mexer com qualquer um daqui vamos nos defender!".*
19 Selfie Darth Vader	07/03/18	Eis que um pai decide tirar uma selfie junto a um display do Darth Vader para enviar a seu filho fã do filme. Acontece que havia algumas crianças ali por perto e ele pediu licença e tirou a sua foto. Uma mãe deduziu que o homem estava tirando foto das crianças e publica a foto dele em seu *Facebook* alertando o perigo de ele ser um pedófilo. O post viralizou e ele sofreu linchamento virtual. Para tentar resolver a situação ele procurou a polícia e a imprensa para esclarecer o caso. Após a constatação de que a mãe tinha se equivocado, uma matéria foi publicada explicando todo o equívoco. No entanto, o caso teve uma reviravolta e a mãe que acusou o homem passou a ser perseguida e os seus filhos também. Recebeu inúmeras ofensas e ameaças de morte nas redes sociais e diz que até hoje sofre com as consequências do seu erro. Os dois tanto o acusado quanto o acusador definiram as suas vidas pós-postagem com a seguinte palavra: devastados.
20 Trabalhadora na chuva	07/03/18	Mulher da reciclagem trabalhando na chuva. Usuária da rede relata : *" Falei pra ela parar. Mais eles n podem. n dão se quer uma capa d chuva eles tem q colocar um saco para se proteger."*

(continuação)

Nº DO CASO	DATA	RESUMO
21 Tortura de Cachorro	13/03/18	Vídeo mostra uma mulher andando no calçadão da praia com o seu cachorro. O autor do vídeo descreve a cena da seguinte forma: *"Sob o sol de 40 graus, me deparei com uma cena de tortura contra uma black bull fêmea de no máximo uns 2 anos sendo "arrastada" por essa mulher sem noção a cadela estava querendo sombra e quem tem cachorro sabe que a pata na parte debaixo e muito sensível estava estourando a pata da cadela."*
22 Ladrão V. reincidente	16/03/18	O jovem de 18 anos que teve a frase "eu sou ladrão e vacilão" tatuada na testa após tentar furtar uma bicicleta em São Bernardo do Campo, no ABC, em junho de 2017, foi preso em flagrante por furtar desodorantes em um supermercado em Mairiporã, na Grande São Paulo.
23 Venda de Produto com defeito	24/03/18	Um rapaz (A) postou no grupo um PS Vita, somente aparelho, sem jogos nem nada, por R$300. Outro rapaz (B) se interessou e comprou o aparelho. No momento do negócio, estava funcionando e em bom estado, mas não possuía carregador. Esse era o problema do produto, o aparelho estava com a entrada de carregamento danificava e não carregada mais e nem ligava. Sentindo-se lesado, o rapaz (B) publicou o link com o perfil, número de *Whatsapp*, além dos prints e perfil da mãe e da namorada do rapaz (A). Após muita pressão de todos os mebros do grupo, o rapaz(A) voltou atrás, pediu desculpas e devolveu o dinheiro.
24 Troca	26/04/18	Homem anuncia cachorro em troca de bicicleta.
25 Sugestões contra golpista	16/06/18	Homem tenta dar um golpe de venda e vendedor lança a seguinte enquete no grupo: *"Galera, aceito do que fazer com golpista safado, a mais curtida será premiada".*
26 Porteiro Incendiado	19/06/18	Porteiro incendiado no RJ correu 300 metros até em casa e foi abraçado pela mãe na tentativa de apagar o fogo.
27 Torcedores misóginos	21/06/18	Um grupo de brasileiros gerou revolta nas redes sociais após aparecerem em um vídeo cantando músicas sobre a cor do órgão sexual de uma mulher russa, que sem entender português, tentava cantar junto.
28 PM gay	24/06/18	Pessoa filma e posta em redes sociais o vídeo de um PM fardado dando um selinho em outro homem dentro do Metrô. O vídeo foi primeiramente compartilhado em um grupo fechado de policiais do *Whatsapp*, posteriormente a filmagem viralizou nos sites de redes sociais.
29 Day M. Apanha	28/06/18	A socialaite Day Mc Carthy é reconhecida por brasileira e apanha em Show de Anitta em Londres.

(conclusão)

Nº DO CASO	DATA	RESUMO
30 Dinheiro Falso	29/06/18	Uma pessoa posta em grupos do *Facebook* um PS4 para vender, pois estava com dificuldades financeiras, desempregado e com uma casa e família para sustentar. Vende o videogame para um rapaz que tirou o envelope do banco, contou o dinheiro e pegou o videogame. Somente depois da transação completa é que percebeu que as notas eram todas falsas.
31 Enfermeiros demitidos	30/06/18	Três funcionários do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) de Taubaté (SP) foram demitidos por justa causa nesta segunda-feira (30) por transportarem um cachorro na ambulância.
32 Gagliasso Contra Cocielo	04/07/18	Bruno Gagliasso faz protesto nas redes contra o youtuber Júlio Cocielo, acusando-o de racismo. Bruno, além de promover uma campanha contra o influenciador pedindo boicote do mesmo, cobrou um posicionamento das marcas que patrocinavam Cocielo. No entanto, fãs de Cocielo reviraram seu perfil no *Twitter* e resgataram publicações, de 2009, em que ele faz piadas zombando de homossexuais.
33 Linchamento	08/07/18	G., 18 anos mantinha um relacionamento amoroso com uma adolescente, de 14 anos. Após discutir com a garota Gabriel a estuprou e a esfaqueou levando a vítima a óbito. Chegou a ser preso, mas foi retirado da delegacia, espancado e queimado pela população do município.
34 Eutanásia	09/07/18	Médica brasileira anuncia que terá morte assistida na Suíça: *'livre da dor e do medo'. "Em 16 dias, estarei longe, na Suíça, fazendo o que me deixará livre da dor e do medo. Acho que amanhã ou depois desligo esse Facebook […] A toda minha família, deixo meu mais sincero amor", escreve.* Médica que desistiu de eutanásia melhora, casa-se e recupera a vontade de viver.
35 Atropelamento de cães	17/08/18	Um vídeo de um carro atropelando cães está ganhando repercussão nas redes sociais. O vídeo apresenta imagens fortes e mostra a motorista passando por cima dos cães e fugindo sem prestar socorro. A motorista que é uma enfermeira parece ter agido premeditadamente.

* As datas retratadas nesse quadro nem sempre correspondem à data do evento, e sim a data da publicação da postagem. Fonte: o próprio autor, 2019.

A priori tínhamos como intuito elencar os principais temas que indignavam as pessoas do nosso estudo e dividi-los em categorias, mas tal procedimento foi reavaliado e indicou a necessidade de ponderação. Se adotássemos essa técnica incorreríamos na generalização e perderíamos a singularidade de cada temática tratada nas publicações. Embora, de maneira geral, assassinato, violência,

estelionato, preconceitos e roubo tenham sido os assuntos mais prevalentes encontrados não foi possível classificar alguns casos de maneira tão exata.

Apesar de não conseguimos dividir as temáticas em categorias, um fato nos chamou a atenção, dos trinta e cinco casos acompanhados, 74% das publicações tinham como alvo uma pessoa em particular, 14% eram direcionados a um grupo de pessoas e 11% eram contra alguma instituição, empresa ou comércio. Apenas um caso não envolvia brasileiros e outros dois ocorreram fora do Brasil.

Os casos acompanhados demonstraram que os valores da maioria dos usuários eram embasados em princípios dualistas (bem x mal, bom x mau, certo x errado, justo x injusto) e que demandavam uma ação punitiva para o "réu". Presenciamos, muitas vezes, a sede de vingança, a justiça imanente das coisas e o discurso aclamado do "olho por olho, dente por dente", ou seja, culpado ou não, o julgado merecia um castigo.

De acordo com Cunha e Dos Santos (2014) as redes sociais, em especial, o *Facebook*, e o *Twitter* são terrenos férteis para a propagação do discurso de ódio, seja em comunidades com esta finalidade ou por meio de comentários incitadores entre os usuários.

Para Campbell e Manning (2014) os usuários das redes sociais tem adotado a plataforma como forma de controle social, ou seja, tornaram-nas em espaços de manutenção de conflitos. Os autores explicam que quando um conflito não pode ser resolvido entre a parte ofensora e a parte ofendida, uma terceira parte seria invocada para atuar como mediador na resolução do problema. E é no contexto das redes sociais que os ofendidos têm buscado a sua justiça, pois através delas as pessoas podem tornar públicas as suas disputas e desavenças, sejam elas uma questão ética, moral ou determinante de comportamento censurável, e a manifestar seus descontentamentos e conflitos. As publicações dos casos nas redes sociais convidariam e encorajariam outros usuários a definir o impasse entre a parte ofensora e a parte ofendida.

Concordamos com os autores supracitados que as redes sociais, em especial o *Facebook*, tornaram-se locais similares à Ágora da Grécia Antiga, no entanto, inferimos que eles têm sido utilizados também como instrumento de vingança e não apenas como promotor de discussões democráticas e justas.

Em nossa pesquisa, percebemos que o "ofendido, prejudicado ou desrespeitado" buscava expor a sua situação para alcançar a condenação, repúdio e

retaliação do transgressor, e é claro, alcançar a maior repercussão possível. Presenciamos inúmeras postagens, cuja finalidade era apenas atingir, machucar e prejudicar o oponente. As publicações tinham alto teor conjurativo e clamavam para que alguma justiça fosse feita, no entanto, não uma justiça imparcial, honesta e equitativa, mas uma que fosse atrelada a punição. Além disso, os fins justificavam os meios, então não importava o modo como à denúncia era feita.

Por outro lado, também fomos testemunhas de atos altruístas, solidários e generosos, em que os membros se compadeciam do sofrimento alheio e movimentavam-se para ajudá-los. Além de tentar prover as necessidades do solicitante com alguma “vaquinha virtual”, doações, mobilizações, etc.; alguns membros sentiam a necessidade de eleger os culpados por aquela falta ou por aquele problema. Entre os mais considerados culpados estavam o Estado, as instituições, o governo, as empresas, os hospitais, o SUS, e outros.

A verificação de que os SRSs são cada vez mais utilizados como instrumento de justiça e controle social não é mera obra do acaso. Tal crescimento se deve a constatação, por muitos, de que esses sites são, de fato, poderosas e resolutas ferramentas de retaliação, de resolução de conflitos ou colaboração. Em vários casos que acompanhamos o alvo foi atingido ou alguma coisa foi conseguida.

Embora cada caso tenha as suas particularidades, em linhas gerais podemos dizer que a sua origem é incerta, ou seja, é difícil saber ao certo onde a notícia apareceu pela primeira vez, sua autoria, quem foi o emissor primário ou averiguar a veracidade ou confiabilidade da mesma. Em muitos casos, os usuários não demonstravam preocupação com a veracidade da postagem, nem se as fontes eram confiáveis, nem em ter todos os detalhes da conjuntura dos acontecimentos, muitos, inclusive não tinham nem a ânsia de ler as postagens anteriores para se inteirar do assunto, eram movidos apenas pelo impulso de nomear um culpado e o desassossego de criticar e dar a sua sentença.

De modo geral, ao que parece, as situações presenciadas eram marcadas por um sentimentalismo composto por emoções extremadas. Não podemos afirmar que não havia racionalidade, nem que as pessoas não refletiam sobre os seus atos antes de executá-los, mas observamos muitos comentários acalorados, exaltados e até violentos.

Para dar seguimento às análises traremos os dez assuntos que tiveram maior mobilização dos usuários, ou seja, aqueles que tiveram mais comentários, compartilhamentos e reações.

5.2 Os 10 assuntos mais polêmicos da pesquisa (Trending Topics)

O termo *"Trending Topics"* surgiu no *Twitter* e é utilizado para acompanhar quais são os assuntos mais discutidos na internet no momento. Isso quer dizer que determinada postagem alcançou uma maior mobilização dos usuários. Tal funcionalidade, além de nos mostrar qual assunto ficou em maior evidência, é uma importante ferramenta para indicar o que os usuários das redes sociais consideram importante ou interessante. Diante dessa constatação consideramos relevante realizar um levantamento dos dez assuntos mais polêmicos (*Trending Topics)* dessa pesquisa.

Para apurar esses dados, utilizamos a seguinte técnica: dos 35 casos acompanhados na pesquisa, selecionamos os dez que mais geraram mobilização nos usuários. No *Facebook* a mobilização pode ser medida pelo número de compartilhamentos, comentários e reações ("curti", "amei", "haha", "uau", "triste" e "Grr-Raiva"). Para chegar ao resultado (Figura 6) somamos os três itens supracitados e depois ranqueamos os dez primeiros em ordem decrescente.

A internet e as redes sociais digitais proporcionaram ao usuário várias formas de expressão que vão além da língua falada ou escrita, acrescentaram também os *emojis*, que são as emoções representadas graficamente no ciberespaço. Os *emojis* expressam as sensações e os sentimentos que o interlocutor deseja transmitir durante as postagens ou conversas mediadas pelos aparatos digitais e apesar de serem meras representações caricatas, adquirem diversos significados a depender do contexto em que são usados (PAIVA; BISPO, 2017).

De acordo com Lévy (1998) vivemos em uma civilização da imagem ou do audiovisual que tende a buscar ferramentas para tornar mais dinâmicas e rápidas a comunicação. Uma juventude nascida em meio ao espetáculo midiático que tem fascínio as imagens animadas e que inaugurou uma nova ordem da escrita.

> A informática contemporânea autoriza a concepção de uma escrita dinâmica, cujos símbolos serão portadores de memória e capacidade

> de reação autônomas. Os caracteres dessa escrita não significarão apenas por sua forma ou disposição, mas também por seus movimentos e metamorfoses (LÉVY, 1998, p. 15).

Nossa pesquisa reforça a ideia de Lévy (1998) ao constatar a ampla utilização dos *emojis* nas plataformas digitais. Muitos usuários os acrescentavam em seus comentários e outros utilizavam somente esse recurso para expressarem o seu sentimento. Tal atitude tornou-se mais arraigada no Facebook quando o mesmo acrescentou novas formas de reagir às publicações além do botão "curtir". Essa atualização da rede social foi resultado dos inúmeros pedidos dos usufruidores para que o *Facebook* introduzisse um novo botão: o "Não Gosto".

Devido a essa crescente importância dos *emojis* para a comunicabilidade, eles também foram objetos de análise no nosso Trending Topics (Figura 6).

Figura 6 - Os dez assuntos mais polêmicos do estudo



Fonte: o próprio autor, 2019.

Em todos os dez casos notamos a divisão em três frentes: a favor do denunciado ou denunciante, contra denunciado ou denunciante ou contra tudo e todos. De certo modo, qualquer atitude parece ser condenável ou passível de acusação, os usuários mostraram-se pouco tolerantes aos mais diversos assuntos e sempre existiam pessoas dispostas a atacar ou insultar quem quer que fosse. O *emoji* de raiva foi o mais utilizado nessas publicações, sendo o mais prevalente em 6 das 10 publicações. Somente no 6º caso o emoji de raiva empatou com o emoji de tristeza.

Bauman e Donskis (2014) discorrem sobre as características pós-modernas e citam a perda da sensibilidade humana nas relações com o outro como resultado de uma lógica individualista e mercadológica. Os autores chegam à conclusão de que atualmente o mal não é representado por figuras bem definidas como na época dos ditadores totalitários, guerras, invasões e doutrinas religiosas. Na sociedade contemporânea o mal se encontra sem uma forma definida e é visto de todos os lados. A sociedade atual encontra-se orientada para a construção de identidades egoístas e bairristas e não para as demandas da coletividade.

O período de imersão nos Sites de Redes Sociais proporcionado pela netnografia nos fez compreender o que Bauman e Donskis (2014) afirmaram. Diante de cada postagem que acompanhávamos o "mal" era visto em algum grau, não importando a situação. Se alguém era solidário, prestativo, outro questionava as verdadeiras intenções dessa "bondade". Não é atoa que dos dez casos que mais tiveram repercussão em nossa pesquisa, apenas um se tratou de uma mobilização solidária: o caso dos três funcionários do SAMU que perderam o emprego por carregarem um cachorro na ambulância. Esse caso teve uma enorme repercussão e devido a pressão social a demissão foi revertida e substituída por uma advertência aos três funcionários envolvidos.

Até mesmo nesse caso, a exaltação não era apenas pelo ato considerado heroico pelos usuários, mas um mar de lamentação pessimista e negativo sobre a atual situação em que vivemos. Vejamos alguns exemplos: *"Mundo nojento"; "TUDO nesse país é um absurdo, vergonhoso"; "Prefiro bicho que gente."; "Quem desligou estes funcionários deve odiar animais... deve ter uma alma imunda...e sem espírito. .. que vc pague aqui mesmo por esta injustiça. . e que a equipe desligada seja logo admitida em lugar com gente de vdd..e não assombração"; "Pais corrupto , nada*

funciona corretamente.tudo ao contrario .atos de bondade sao punidos e atos de corrupção sao aplaudidos e seus bandidos soltos e ajudafos. Fim dos tempos." (sic).

Todas as postagens refletiram de alguma forma a descrença e o pessimismo na humanidade, no país, no governo ou nas estruturas judiciais brasileiras. Desta maneira, os usuários eram compelidos a assumirem o papel de justiceiros. Assim como relata Pinker (2013) ao estudar a sociedade atual, nos deparamos no *Facebook* com diversas convicções moralizantes, mas não apenas aquelas consideradas como imperativos morais universais (não matar, não roubar, etc), mas qualquer ação era vista como uma quebra de um preceito moral que não se deve ignorar e, portanto, eram consideradas infrações moralizadas passíveis de punição.

Tal constatação nos leva a indagar e a retomar as discussões de La Taille e Menin (2009). Estaríamos vivendo uma crise de valores ou os valores estariam em crise? Considerando as nossas observações das relações sociais mediadas pelos SRSs, concordamos com os autores que de fato os valores ainda estão presentes e são, por vezes, até contrários à moralidade.

De acordo com Cremonese (2018) o "agir moral" implicaria que as pessoas continuariam a ter atitudes de respeito ao próximo, a sua propriedade, intimidade e liberdade mesmo quando não vistos e em todos os contextos. Esse agir moral continuaria obrigado e proibido, não pelo interesse, mas pelo dever de não fazer o mal ao outro.

> Com o poder da invisibilidade, continuaria eu a respeitar o semelhante? No agir moral, sim. Mesmo invisível, eu continuaria obrigado e proibido, não por interesse, mas por dever, a não fazer o mal. Isso é moral. A moral é aquilo que exiges de ti, não em função do olhar de outros, por ser vigiado por câmeras ou desta ou daquela ameaça exterior (lei ou prisão), mas em nome de uma certa concepção do bem e do mal, do dever e do interdito, do admissível e do inadmissível, enfim, da humanidade e de ti (CREMONESE, 2018, p. 11-12).

Os usuários do *Facebook* podem escolher quando desejam compartilhar algo na sua Linha do Tempo e escolher quem pode ver a sua publicação, portanto a mesma pode ser aberta ao público ou estar disponível apenas para "amigos", "amigos de amigos" ou "somente eu". Esse fato nos remete a algumas percepções a respeito da escolha entre estar visível, parcialmente visível ou invisível nessa rede.

A crença de estar de certo modo “invisível” nas redes sociais dão aos usuários a liberdade de agir desrespeitosamente contra o seu semelhante e de atentar contra a sua intimidade. Nessa perspectiva, entendemos o invisível, também como a percepção de estar “livre” de sanções ou punições legais. Da mesma forma, devemos nos atentar ao fato de que esse site permite, sem complicações, a criação de perfis falsos e até de notícias falsas ou inverídicas.

No entanto, Keen (2012) ressalta, sob outra perspectiva, o indicativo de que estamos na era digital do grande exibicionismo, numa zona permanente de autoexposição baseada na frase: “Atualizo, logo existo.” No avanço da criação de uma horda de viciados em conquistar atenção, os olhares e a fama instantânea a qualquer custo. Uma vitrine que exibe os nossos desejos, particularidades e intimidade; o “eu idealizado”, a imagem daquilo que queremos expor ao mundo: a felicidade, o sucesso, a pessoa exemplar, a inteligência, o caráter. Uma corrida para conquistar curtidas, seguidores, reputação e popularidade. Por isso a ânsia de elaborar e gerir uma imagem representativa (perfil) nos SRSs tem haver com aquilo que desejo que os outros pensem de mim.

Rothschild e Keefer (2017) defendem que a “indignação moral” não está enraizada somente no altruísmo, mas trata-se de uma função de interesse próprio que serve para amenizar a culpabilidade pessoal por danos sociais ou reforçar (para si e para os outros) seu próprio status como uma pessoa boa.

> [...] bilhões de pessoas que são suas próprias imagens disparando cada vez mais depressa ao redor umas das outras na rede transparente, hipervisíveis; de todos sempre em exposição, aprisionados num ciclo interminável de grande exibicionismo, sequiosos de atenção, construindo suas reputações autoproclamadas de benfeitores da raça humana (KEEN, 2012, p.24).

A dualidade de escolha entre estar “visível” ou “invisível” proporcionada pelos SRSs parece motivar alguns usuários à prática de desrespeito ao próximo. De um lado, alguns proferem o que bem entendem sob a justificativa da liberdade inerente aos SRSs; e, outros, buscam exibir uma imagem/perfil idealizado de protetores, benfeitores, altruístas ou justiceiros. Será que os usuários agiriam da mesma forma nas redes sociais ou adotariam a mesma “retidão”, cuidado, prudência ou

sensibilidade ao lidar com o outro, tal qual fariam se estivessem em um encontro face-a-face?

Se a moralidade é um conjunto de deveres e a moral implica princípios e regras que devem ser obrigatoriamente observadas e a norma moral é aquilo que determina ao homem qual a conduta a seguir para o seu aperfeiçoamento como homem, quais seriam os critérios empregados pelos usuários para julgar o certo e o errado, o bem e o mal nos espaços virtuais do *Facebook*?

5.3 Os três temas pertinentes à moral

Separamos três temas que expõe como os utilizadores do Facebook encaravam as publicações que continham questões pertinentes a moralidade: o roubo, a violência e a justiça. Elas demonstram como os usuários encaram diferentes situações de forma parecida, ou seja, com pouca tolerância, grande revolta e em defesa da aplicação de sanções expiatórias.

5.3.1 O Roubo – Caso “Ladrão, Vacilão”



Fonte: https://www.huffpostbrasil.com/

O caso “Ladrão, Vacilão” teve grande repercussão, já que foi divulgado em vários canais de mídias e não ficou restrito somente à internet. O jovem que teve a testa tatuada ao tentar roubar uma bicicleta, apareceu em diversos canais de TV da rede nacional e campanhas foram promovidas para remover a tatuagem e custear os gastos de uma clínica de reabilitação para dependentes químicos. Tivemos contanto com as publicações no *Facebook* em dois momentos distintos. O primeiro ocorreu no dia 09 de julho de 2017, época da ocorrência do episódio descrito. O

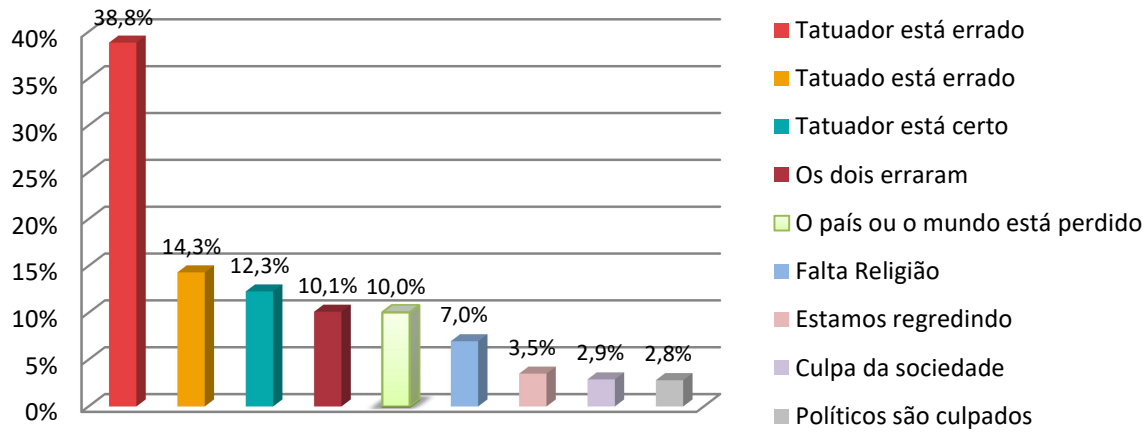
segundo, no dia 16 de março de 2018, quando o mesmo rapaz foi pego em flagrante roubando desodorantes (reincidência de roubo).

Traremos a análise desses dois momentos distintos, pondo em evidência as opiniões dos usuários sobre o ocorrido. Respeitaremos a ordem cronológica e, portanto, começaremos com a primeira publicação.

A postagem que acompanhamos do primeiro incidente obteve 8.000 reações, 2.684 comentários e 809 compartilhamentos. Apesar de termos resgatado todos os comentários, nos propusemos a analisar os 50 comentários que obtiveram o maior número de curtidas. Entendemos que o fato de uma pessoa curtir um comentário pode ser um indício de que ela simpatiza com o que estava escrito.

Encontramos no conteúdo das publicações as seguintes porcentagens: 38,8% dos usuários acharam a atitude do tatuador errada e deram como justificativa o exagero da atitude, a pratica de tortura ou o não dever de praticar justiça com as próprias mãos; 14,3% disseram que o tatuado estava errado e ressaltaram que o mesmo deveria ser chamado de ladrão e não de jovem; 12,3% não só apoiaram a atitude do tatuador como o parabenizaram e complementaram com a seguinte frase “Bandido bom é Bandido morto! Tá com dó, leva pra casa!”; 10,1% julgaram a ação de ambos errada; 10% traçaram um perfil pessimista em relação ao país ou ao mundo; 7,0% atribuíram a culpa à falta de religião das pessoas; 3,5% consideraram a atitude como uma regressão dos homens; 2,9% justificaram a atitude do tatuado graças a atual configuração da sociedade e 2,8% culparam os políticos pela a atual situação do país, justificando ao aumento da criminalidade (Figura 7) .

Figura 7 – Gráfico do caso Ladrão, Vacilão – Primeiro episódio



Fonte: o próprio autor, 2019.

Figura 8 – As três publicações mais curtidas:



Fonte: o próprio autor, 2019.

Destacamos ainda as três publicações mais curtidas (figura 8). A primeira obteve 1.010 curtidas, a segunda 575 e a terceira 545. Devemos entender que os usuários podem curtir a publicação em si e/ou os comentários que acharem mais convenientes. A título de comparação a publicação em si obteve 4.300 curtidas e o comentário que as pessoas mais gostaram alcançou 1.010 *likes*.

Através dessa observação, somos capazes de inferir que pelo menos 1.010 pessoas acreditaram que o ato de tatuar “ladrão, vacilão” na testa do garoto foi uma mera consequência do ato dele roubar a bicicleta de um trabalhador portador de necessidades especiais. Tal averiguação demonstra que essas pessoas julgaram o ato de “roubar” pela intenção e consideraram o roubo mais grave por ser contra uma pessoa mais “vulnerável”. O tipo de sanção utilizada pelo tatuador e aprovada pelos 1.010 usuários da publicação tem correspondência à sanção expiatória exposta na teoria de Piaget (1932/1994). Já que, para recolocar as coisas em “ordem” foi utilizada uma repressão dolorosa. Pouco importou que para punir o roubo, infligiram ao culpado um castigo corporal doloroso e uma tortura psicológica.

Apesar de separarmos os 50 comentários mais curtidos, vimos que de uma maneira geral todos condenaram o roubo, ou seja, não consideraram certo o tatuado roubar, principalmente pelo fato de a bicicleta pertencer a um cadeirante. Temos notado também o aparecimento de publicações de cunho político que atualmente está em evidência no país, uma divisão e discussão entre os de direita e os de

esquerda. Além de insatisfações contra políticos corruptos, eclode o descontentamento com o sistema de justiça brasileiro e a crença de impunidade aos culpados. Esse tipo de conteúdo não apareceu somente nesse caso, mas em vários outros que fizeram parte desse estudo. Isso demonstra que os SRSs não são apenas ferramentas de tecnologia de comunicação e informação, mas espaços de expressão dos ideais dos sujeitos. Há uma nova regulação dos valores, em que a religião e a igreja foram destituídas de seu papel para o caminho da salvação. A ciência e a política, de maneira oposta, foram eleitas a partir do iluminismo como os substitutos para ocupar essa posição. Não é por acaso que apenas 7% dos usuários citaram a falta da religião como fator importante para a vida das pessoas. Em outros casos também notamos isso. A fé ou a religião só eram invocadas quando os usuários não conseguiam enxergar outra saída, ou achavam que tudo estava perdido, como por exemplo, em publicações de doenças incuráveis ou com o diagnóstico de fatais.

Além do mais, temos presenciado em várias publicações o descontentamento, descrédito e pessimismo da população em relação ao sistema de justiça brasileiro. Aqueles que apoiam a pratica ou praticam “a justiça com as próprias mãos” trazem como principal justificativa a ineficiência do sistema ou a impunidade contra os transgressores.

Apesar de não conseguirmos codificar todas as respostas, pois foram quase três mil comentários extensos, encontramos também a dificuldade de separá-los em categorias como foi feito com os 50 primeiros comentários mais curtidos. Tivemos diversos padrões de respostas, que gerariam dezenas de classificações, no entanto exporemos os mais empregues.

É um fato relevante que em relação ao roubo, não houve discussões. Era errado e ponto. Aos olhos dos cidadãos ali presentes tal transgressão era vista como um ato condenável e a punição considerada imperativa, não importando os motivos. A regra era clara e simples: Roubou, tem que ser punido.

Contudo, diversas foram às menções ao erro do tatuador em tentar praticar a justiça com as próprias mãos, trazendo como justificativa: a existência de sistemas legais para realizar a condenação e a punição do ato de roubar; o perigo de todos adotarem a mesma atitude (virar moda); uma regressão aos antigos hábitos punitivos; um ato de tortura sádica; uma punição que passou dos limites; uma marca para o resto da vida.

Em segundo lugar, constatamos inúmeras respostas que relatavam uma inversão de papeis ou uma inversão de valores na sociedade. Tinham a crença de que o Brasil é palco de uma peça em que o ladrão está solto e o “cidadão”, ”trabalhador”, “pobre” está preso.

Tal fato parece em consonância com a averiguação de que várias pessoas ficaram indignadas com a utilização dos adjetivos “jovem” e “adolescente” no título da publicação, já que consideravam mais correto o termo “ladrão” ou “bandido”; julgaram, portanto, o veículo de notícia tendencioso e protecionista.

Além daqueles que se colocaram a favor da atitude do tatuador, podemos acrescentar ainda os que acharam que o ato de punição não foi suficiente. Deram como sugestão: matar, cortar a mão, dar uma surra, etc.

Infelizmente o garoto tatuado, mesmo recebendo o tratamento contra o uso de drogas e ganhar um pacote para a remoção da tatuagem, graças a grande repercussão e mobilização da mídia; ele não se conteve e voltou a praticar o crime de roubo (Figura 9).

Figura 9 – Ladrão, Vacilão e Reincidente



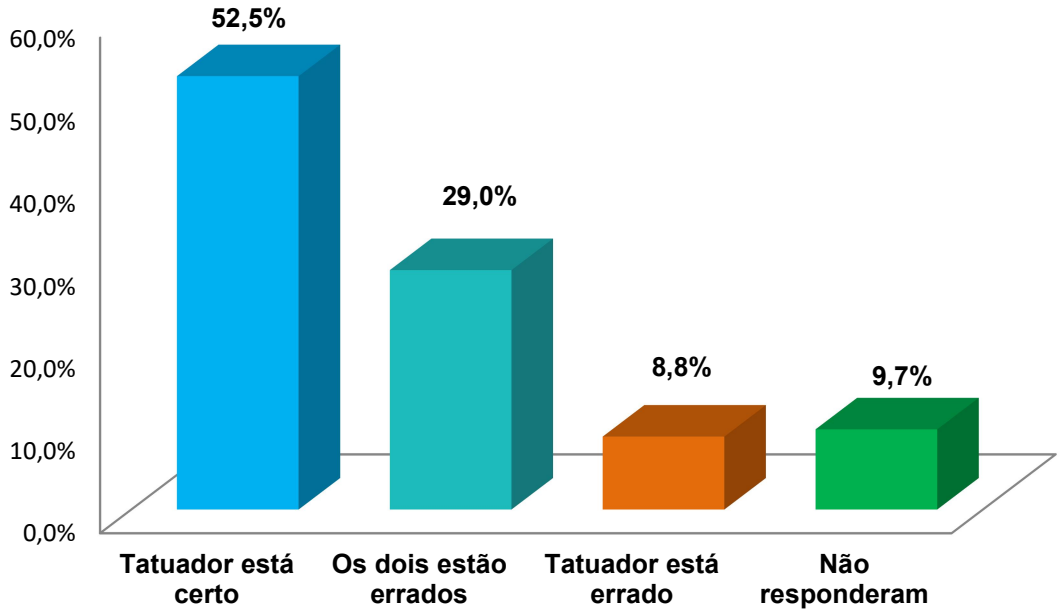
Fonte: http://www.portalsergipano.com/

A reincidência da ação do tatuado gerou uma série de comentários nas redes sociais, as pessoas demonstraram menor tolerância e houve mais comentários a favor da atitude do tatuador.

Essa segunda publicação (reincidência do roubo) na qual tivemos acesso, era um vídeo explicativo do caso com a atualização de que o garoto havia praticado o roubo novamente. No final do vídeo o autor levanta a seguinte questão: “Você acha que esse caso tem um lado certo ou um lado errado?”. Ao todo o vídeo teve 995 mil visualizações, 2000 reações, 339 comentários, 37.437 compartilhamentos.

Nesse caso conseguimos analisar todas as 339 postagens e obtivemos o seguinte resultado:

Figura 10 – Opinião sobre a reincidência do roubo



Fonte: o próprio autor, 2019.

52,5% apoiaram a atitude do tatuador; 29,0% acharam que os dois estão incorretos; 8,8% acreditam que o tatuador está errado e 9,7% não responderam (Figura 10).

Mesmo que não sejam as mesmas pessoas que opinaram no primeiro episódio desse caso, consideramos importante analisar as respostas nos dois

momentos. Poderíamos, por exemplo, ter analisado as duas postagens agrupadas (1º roubo + reincidência), mas perderíamos a oportunidade de compará-las. Reparamos que as pessoas da segunda postagem foram mais incisivas para expressarem as suas opiniões. Fato que pode ser observado com a redução de categorias daquele para este. No primeiro episódio foram pelo menos 9 categorias contra apenas 4 desse.

As sugestões de punições foram mais violentas, a mais recomendada foi a pena de morte (15 pessoas), também tivemos cadeia (9 pessoas), prisão perpétua (2 pessoas) e forca (1pessoa).

Outro dado que emergiu nos comentários dos usuários é a revolta de alguns com a Comissão de Direitos Humanos, que segundo eles só defendem “bandido, ladrão e estuprador”. Somente nessa postagem foram 43 citações contra esse comitê, o que representou um total de 12,68% dos comentários. Essa concepção não se manifestou apenas nessa publicação, mas em muitas outras que acompanhamos e inclusive apareceu em 2º lugar no nosso *trending topics* (Vídeo da Comissão de Direitos Humanos aconselha estuprador).

Os dois primeiros casos do *Trending Topics* da pesquisa (mulher que passeia na praia com seu cachorro e Comissão de Direitos Humanos aconselha estuprador) denunciam pessoas que estão cometendo ou cometeram violências contra seres inocentes ou indefesos. Percebemos grandes mobilizações quando esses atos eram praticados contra crianças e animais, principalmente cachorros.

No próximo tópico apresentaremos outro tema valoroso para a discussão dos julgamentos morais realizados pelos usuários.

5.3.2 A Violência – Caso da mulher passeia na praia com o cão queimando as patas

Entre os assuntos mais polêmicos que apareceram em nossa pesquisa está a postagem da mulher que passeia na praia com o seu cão queimando as patas. Ela obteve um total de 171.200 pontos, sendo esse escore formado pela soma das 37.000 reações (entre curtidas, carinhas bravas e tristes), os 2.200 comentários e os 132.000 compartilhamentos. Dentre as 37.000 reações 26,4mil foram curtidas, 8 mil

foram *emojis* de Raiva e 2,1 mil *emojis* tristes. Nenhum outro *emoji* foi selecionado na ferramenta de reações.

Outro índice que também pode ser analisado quando a postagem é um vídeo é o número de visualizações que ele atingiu. Não utilizamos esse dado na composição do escore, pois das 35 postagens apenas 11 utilizaram tal recurso. Entendemos que a adoção de tal atitude seria uma comparação desproporcional, já que "visualizar" é uma ação mais passiva e neutra, enquanto que comentar, compartilhar e reagir exige uma posição mais ativa do usuário.

A título de exemplificar o que foi dito anteriormente, a postagem a qual estamos analisando teve um total de 5,3 milhões de visualizações. O que nos leva a inquirir se de fato as postagens de vídeo amplificam a mobilização dos usuários. Nessa pesquisa, por exemplo, os três primeiros do *Ranking Trending Topics* eram postagens que utilizavam esse recurso.

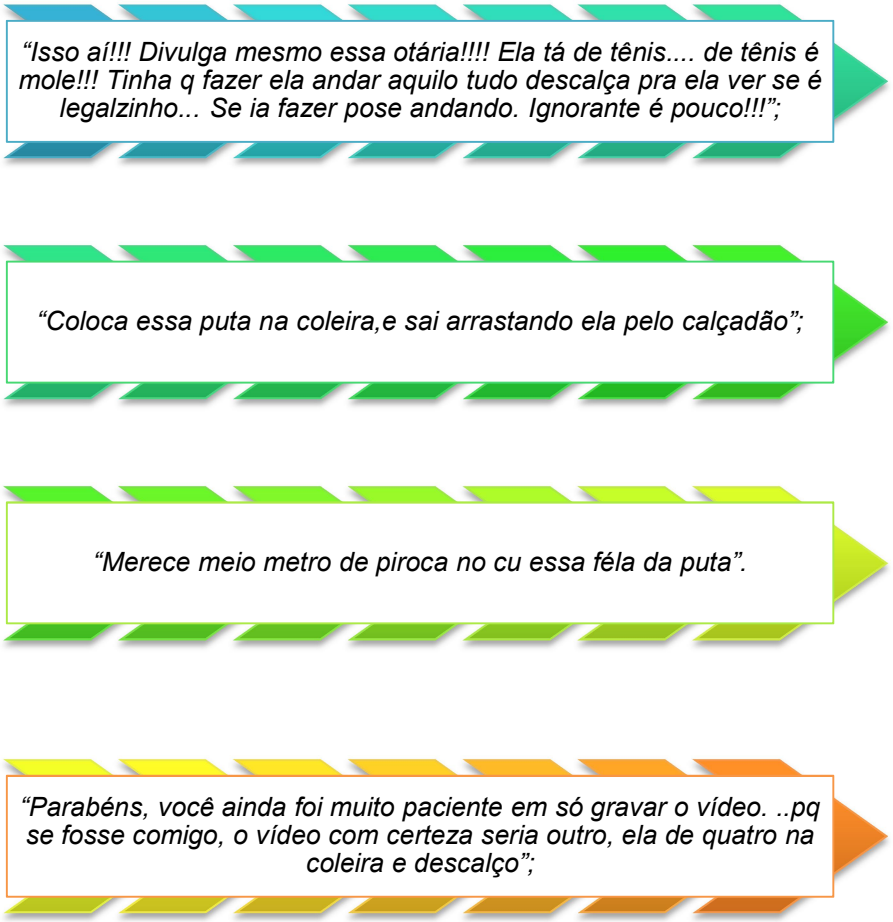
De modo resumido, trata-se de um vídeo feito por um civil que se indignou com o fato de uma mulher estar caminhando no calçadão de uma praia com o seu cachorro sem proteção nas patas em um dia extremamente quente. O vídeo foi amplamente compartilhado nas redes sociais e alcançou um grande número de pessoas. Além da enorme repercussão, o que chamou nossa atenção foi a desmedida violência com que o homem abordou e filmou a mulher com seu cachorro. É apenas 1 minuto e meio de filme, mas que de acordo com a nossa anotação do diário de campo:

> *"Trouxe um enorme desconforto ao assisti-lo, tive vontade de pausá-lo e não ir até o fim, não pelo fato de que realmente o cachorro estava se machucando, mas pela agonia de presenciar o uso da violência como alegação de justiça".*

Também utilizamos o software NVivo 11 para fazer as análises de conteúdo do caso em questão. Utilizamos a ferramenta de frequência de palavras para inferir que a maioria das pessoas ficou contra a mulher que aparece no vídeo passeando com o seu cachorro e a punição mais sugerida foi que arrancassem o tênis dela e fizessem ela andar descalça no calçadão da praia, dentre outras sugestões. Os

usuários eram favoráveis à aplicação da Lei de Talião. Vejamos alguns exemplos (Figura 11):

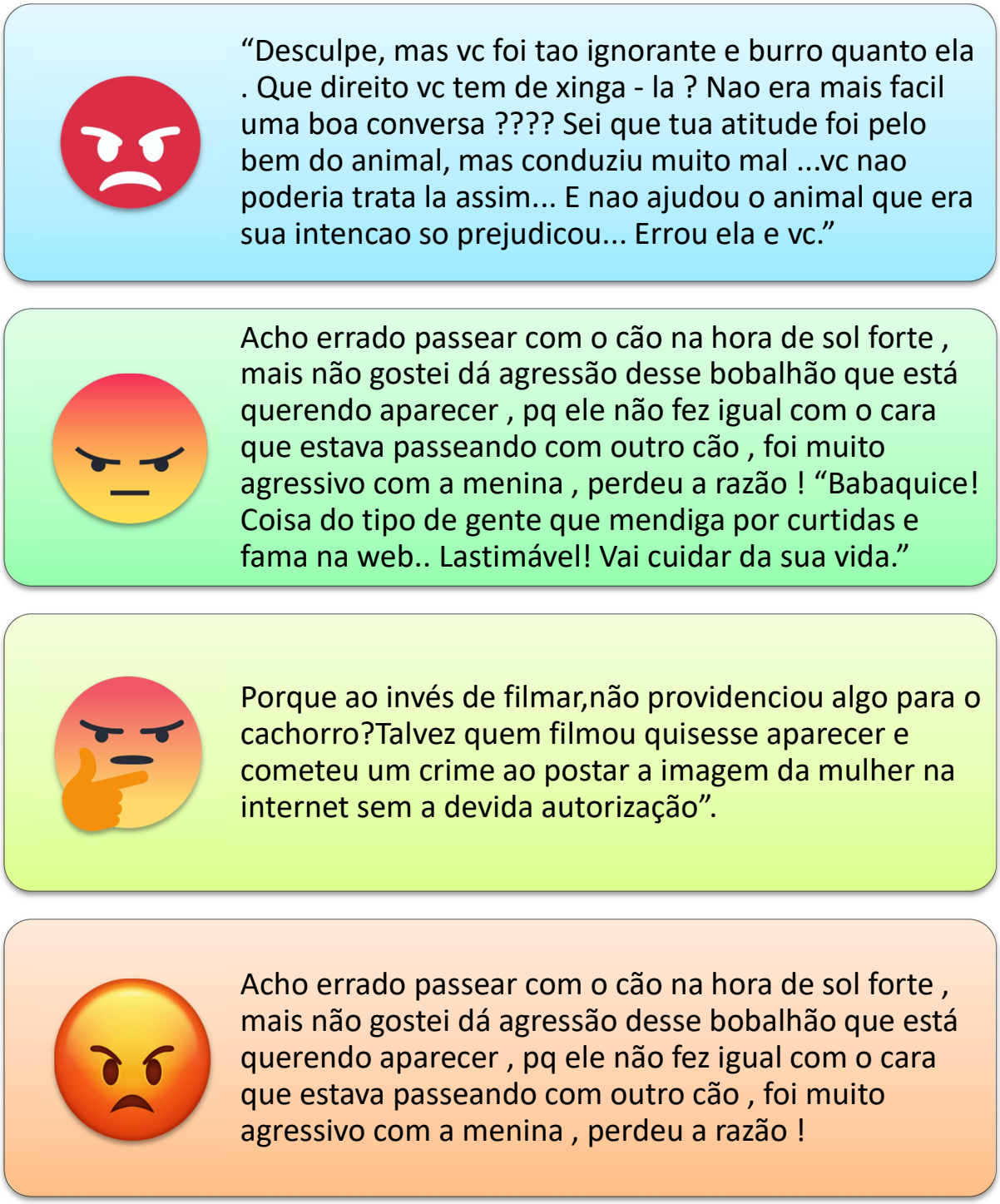
Figura 11 – Visão dos usuários sobre possíveis sanções à mulher



Fonte: o próprio autor, 2019.

Por ser um caso com 2.200 comentários não avaliamos os dados numéricos, nos dedicamos aos seus conteúdos. Algumas pessoas ficaram contra o homem que filmou o vídeo, mas também não acharam certa a atitude da mulher. Quem ficou contra ele justificou que sua abordagem foi muito agressiva ou que só utilizou o vídeo para aparecer (Figura 12).

Figura 12 – Comentários contrários a atitude de quem fez o vídeo e a postagem

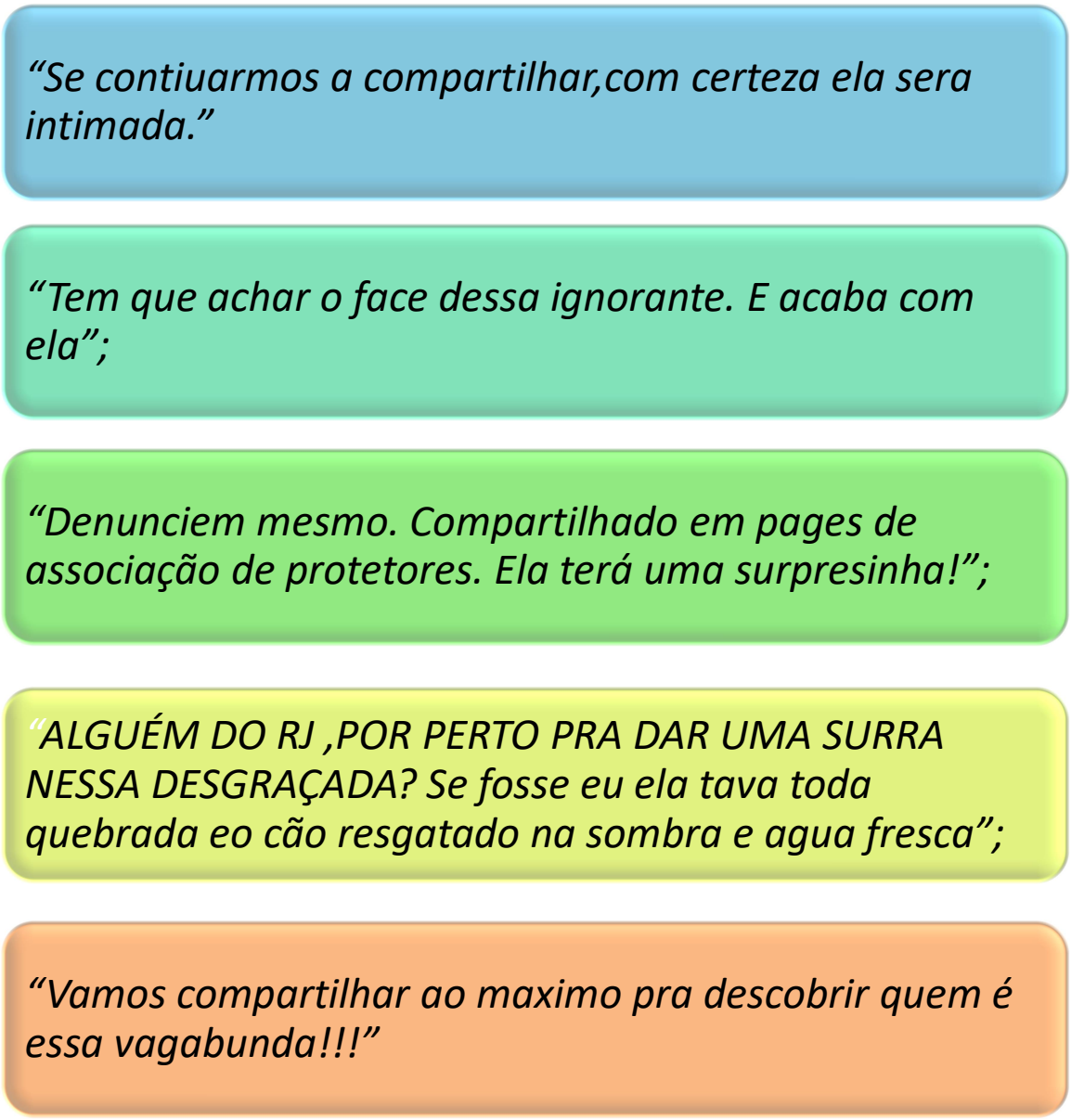


Fonte: o próprio autor, 2019.

Nesse caso os membros do *Facebook* não conseguiram localizar a mulher do vídeo, nem divulgar o seu perfil e, portanto, não sabemos se ela teve acesso às publicações que a denegriam. Percebemos, porém, que não foi por falta de tentativa e enfatizamos que nem todos tem essa sorte. A maioria dos casos que

acompanhamos os acusados não só eram encontrados, como também sofriam a punição por seus atos considerados errados, impróprios ou maus. Apesar de falharem na tentativa, vários meios foram sugeridos para tentar encontrá-la (figura 13):

Figura 13 – Estratégias para localizar a culpada



Fonte: o próprio autor, 2019.

Ao analisar os comentários dos usuários outro ponto chamou a nossa atenção. Ficamos perplexos com a quantidade de xingamentos, ofensas e insultos dirigidos à mulher da filmagem. Nos 2.200 comentários que continham a publicação

encontramos um total de 1.484 xingamentos. Diante dessa constatação resolvemos ponderar e averiguar quais foram os principais adjetivos que as pessoas direcionaram à mulher da filmagem. Com a ajuda do NVIVO 11 e o recurso “nuvem de palavras” extraímos de todos os comentários, os xingamentos, insultos e ofensas dirigidos a ela (Figura 14).

Figura 14 – Nuvem de Palavras Caso do Cachorro



Fonte: o próprio autor, 2019.

Foram ofensas, insultos, xingamentos com o propósito de denegrir, desvalorizar, depreciar, envergonhar e desmoralizar o alvo. O desfecho desse caso não tomou maiores proporções, porque os usuários não conseguiram reconhecê-la ou localizá-la. Em outros casos que investigamos nesse estudo, o reconhecimento foi primordial para que os membros conseguissem fazer a "justiça" utilizando a punição.

> Seguindo a lógica da punição "privada", o agressor vê a si mesmo como uma vítima e entende que a verdadeira ofensa foi a primeira a ser perpetrada, sendo as suas ações apenas reações legítimas à ofensa inicial, e, portanto, justificadas (BLACK, 1983, p.34-45).

Embora tenhamos acompanhado diversas temáticas nos mais diversos casos, em um ponto eles sempre pareciam convergir: a justiça. Os SRSs parecem ser um campo profícuo, não só para o estudo das interações sociais, mas também para a investigação da moralidade de seus usuários. Identificamos postagens que traziam ações morais praticadas em diversos contextos e situações e, por conseguinte, esses dilemas "viralizavam" e instigavam outros sujeitos a refletirem sobre o assunto e alguns eram impelidos a expor os seus próprios julgamentos morais.

O mundo clama por justiça, as pessoas desacreditadas não sabem a quem recorrer; por isso todos os casos estudados exalavam a necessidade de Justiça. Muitos recorriam ao *Facebook* com a esperança de alcançá-la e foi nesse contexto que ela tornou-se uma poderosa ferramenta de Controle Social nos SRSs.

5.3.3 A Justiça – A poderosa ferramenta de Controle Social nos SRSs

"Não há nada que seja percebido e sentido tão precisamente quanto à injustiça."
Charles Dickens

Principiaremos esta parte da tese com uma passagem do nosso diário de campo com o propósito de ilustrar as nossas primeiras considerações sobre a justiça nos SRSs.

> *"Ao pensarmos na justiça nas redes sociais, um cenário vem a nossa cabeça: Tempos difíceis; sistema judicial falho; um local sob a influência do mal, nutrido por intermináveis batalhas entre os heróis e os vilões para a salvação do Planeta. A justiça por ser considerada falha precisa contar com o auxílio dos "heróis" para não deixar de ser feita e, por isso, é preciso estar sempre vigilante, em alerta, pronto para agir. Medidas drásticas às vezes são necessárias, mas são consideradas para um bem maior. A destruição, a violência, são consequências inevitáveis e o vilão acaba recebendo o que mereceu".*

Essa passagem expressa o modo como encontramos a visão de justiça nas redes sociais. Tal qual nas histórias em quadrinhos, "os heróis" parecem estar prontos para vigiar e punir. São milhares de olhares atentos, muitos sem tolerância, a espera da oportunidade para combater o "mal". Não importando os meios e as consequências, sem a consciência de que do outro lado da "lâmina" existe outro ser humano, por vezes inocente ou passível de erro. Tudo parece uma grande Corte, um espetáculo de todos contra um, um julgamento cujo veredito já está decidido pelos juízes antes mesmo de começar. Quando alguém comete um pequeno deslize, os vigilantes estão lá para cobrá-los e oferecer a eles a impossibilidade de defesa. Um linchamento, um massacre virtual em nome de um moralismo cruel, frio e, muitas vezes, com segundas intenções (conseguir mais curtidas, números de seguidores, por exemplo).

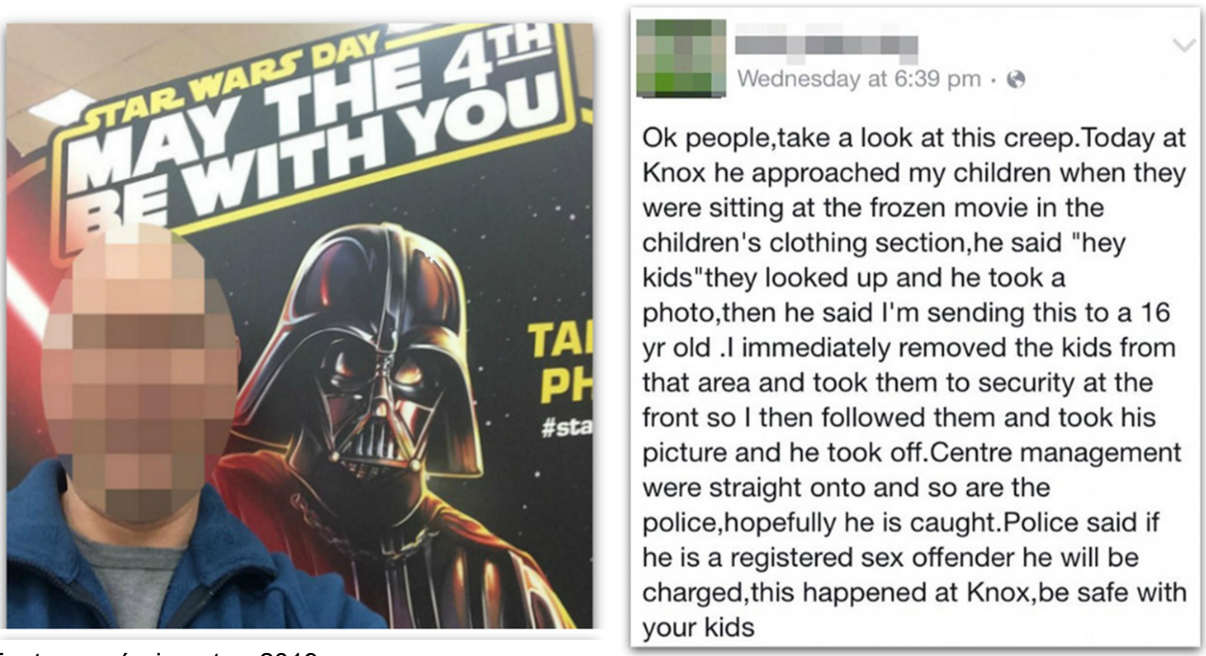
A observação participante proposta pela netnografia nos permitiu experienciar os sites de redes sociais tanto como pesquisadores, quanto membros da comunidade. Tal qual descrevemos em nossa apresentação, não ficamos à margem dela, mas sentimos na pele o furor e a força daquilo que tentávamos descrever nessa tese. A experiência foi, ao mesmo tempo, dolorosa e motivadora. Nos fez perceber que nesse contexto a punição exigida pelos usuários pode ser desproporcional à ofensa deferida.

O modo de se fazer justiça se revelou o seguinte: punir é mais fácil do que educar; apontar o erro de forma violenta é a maneira mais prática, rápida e eficiente de se resolver as coisas, sendo inclusive melhor do que dialogar e explicar (JORDAN

et. al., 2016). A seguir, a título de esclarecimento, traremos um caso para exemplificar o que foi dito (figura 15):

- CASO 19: O caso ocorreu na Austrália em um Shopping da cidade de Melbourne. Eis que um pai decide tirar uma selfie junto a um display do Darth Vader para enviar a seu filho fã do filme. Acontece que havia algumas crianças ali por perto e ele pediu licença e tirou a sua foto. Ao ouvir apenas um pouco do que ele disse as crianças, uma mãe deduziu que o homem estava tirando foto das crianças e era um pedófilo. Sem pensar duas vezes ela publicou a foto dele em seu Facebook pedindo para que as mães ficassem alertas com uma legenda dizendo que ele era estranho e tinha tirado fotos das crianças. Esse post viralizou e foi compartilhado mais de 20 mil vezes. De repente esse pai começou a receber ameaças de morte, sua vida virou um inferno e sofreu linchamento virtual. Para tentar resolver a situação ele procurou a polícia e a imprensa para esclarecer o caso. Após a constatação de que a mãe tinha se equivocado, uma matéria foi publicada explicando todo o equívoco. No entanto, o caso teve uma reviravolta e a mãe que acusou o homem passou a ser perseguida e os seus filhos também. Ela recebeu inúmeras ofensas e ameaças de morte nas redes sociais e diz que até hoje sofre com as consequências do seu erro. Os dois tanto o acusado quanto o acusador definiram as suas vidas pós-postagem com a seguinte palavra: devastados.

Figura 15 – Postagem sobre suposto pedófilo



Fonte: o próprio autor, 2019.

De acordo com as nossas anotações de campo, os sites de mídias sociais é permeado por diversos membros com o senso de justiça exacerbado, em que não somente os atos universais, tais como: matar, estuprar, roubar, dentre outros, são considerados como faltas graves. Qualquer erro, por mais bobo que possa ser ou um descuido, uma piada mal formulada, uma interpretação errônea já é o suficiente para gerar um grande furor e uma enorme indignação moral. Como se todos nós estivéssemos sendo observaods 24horas por dia por “vigilantes” onipotentes e onipresentes.

Para Haidt (2012) a natureza humana não seria apenas intrinsicamente moral, mas também “moralista, crítica e ajuizadora (julgadora)” (p. 13). Como consequência os sujeitos ficariam convencidos ser portadores de um senso próprio de correção (justiça) e uma moralidade estreita e intolerante, em especial com as atitudes, ações e crenças alheias.

Sabemos que embora o modelo cognitivo tenha imperado na pesquisa sobre moralidade, vários autores destacaram a importância da dimensão afetiva ou das emoções morais. Até mesmo Piaget (1932/1994) sugeriu que a moralidade possui influência das ligações afetivas que se estabelecem entre os indivíduos, no entanto, o enfoque de sua construção teórica baseou-se nos aspectos intelectuais da moralidade.

Verificamos nas postagens vários julgamentos sobre o “certo e o errado”, “justo ou injusto”, “bom ou mau” eram embasados em respostas que traziam a vergonha, empatia, gratidão, altruísmo, egoísmo, vingança, ódio, etc. Por isso, acreditamos que exista uma importância dos sentimentos e das emoções no posicionamento moral de alguns indivíduos, principalmente em se tratando do contexto dos SRSs. O furor, a violência desmedida, o desrespeito e a propagação do ódio estão presentes em nome de uma justiça que visa à punição, o castigo. Parecem explosões impulsivas de raiva, ódio e desejo de ferir o próximo.

Se todas as postagens fossem meros raciocínios morais embasados apenas na racionalidade e na justiça, teríamos julgamentos tão imprudentes, arbitrários, parciais, sem bom senso, contraditórios ou banais? Vejamos um caso que recentemente agitou as Redes Sociais e nos chamou a atenção e embora, não tenha feito parte de nosso estudo, é digno de apreciação. É o seguinte:

Um moço a convite de um programa de Televisão fez um jantar surpresa no dia dos namorados para a sua namorada e ela não gostou. O vídeo com as reações

da garota foi compartilhado nas redes e “viralizou”. No dia seguinte, eles relataram sofrer uma série de ofensas nas redes sociais e disseram estar muito assustados com o ódio gratuito das pessoas. Eles publicaram um texto rebatendo as críticas (Figura 16) e fecharam as suas contas nas redes sociais.

Figura 16 – Resposta de um usuário às ofensas recebidas nos SRSs

“Estamos na era das fake news, das mídias, onde as pessoas de senso crítico tentam filtrar notícias antes de acreditar em tudo o que se vê… a maioria de nós já assistiu as mídias deturpando vidas de pessoas públicas e artistas. Nos últimos tempos, temos acompanhado muitas pessoas destilando ódio gratuito por causa de temas variados.

Estamos na era de uma suposta empatia/sororidade nas redes sociais, onde assistimos muitos debates sobre femininismo, questões de gênero e apelo sobre igualdade de todos os tipos etc. São temas que possuem muito valor e devem ser respeitados.

Mas você — pessoa não pública — já se imaginou sendo exposto de alguma forma como você não gostaria? Já pensou em como se sentiria se te pegassem de surpresa no final de uma semana ruim/cansativa, com fome, sono, muitas responsabilidades/pendências e te usassem de forma que você não esperava? Você já confiou no profissionalismo de alguém? Já pensou que as pessoas têm boletos e responsabilidades? Já pensou que palavras magoam, que as pessoas têm senso crítico e que nem todo julgamento é necessário quando não agrega? Que nem tudo que se vê é verdade? Que as pessoas comuns têm relacionamentos comuns com problemas que só dizem respeito a elas?

Ninguém sabe da realidade do outro, do relacionamento do outro e da reação do outro quando é submetido a situações que já explicitaram que não gostam.

Todos nós gostaríamos que nossas vidas fossem perfeitas como pregam nas redes sociais, ainda mais numa data chamada dia dos namorados, onde o propósito maior é o amor. Mas a vida é imperfeita, assim como os amores fora das novelas.

Pessoas são apenas pessoas, com qualidades e defeitos. É espantoso, na era da empatia e da sororidade, que se julgue pessoas sobre quem nada sabemos baseados em um vídeo de 10 minutos e que essas pessoas sejam submetidas a linchamento moral apenas pela vontade alheia de destilar ódio gratuito e causar sofrimento”.

Fonte: o próprio autor, 2019.

Julgaram-na apenas pelas aparências e pontualmente por aquele determinado contexto e momento. Jogaram-na em uma corte do moralismo e seu caráter foi decidido, recebendo o estereótipo de chata, antipática, nojenta e tantos outros defeitos.

Como ela poderia comportar-se daquela maneira? Julgaram muitos. Ao olhar desses, tal atitude não era permitida e muito menos tolerável, era uma afronta e ela

precisava saber disso. Os usuários vasculharam, encontraram e divulgaram o seu *Facebook*, *Twitter* e Instagram.

Em Tribos Morais (2018), Greene investiga as instituições morais através do dilema do trem desgovernado (*trolley problem*), dividido em dois cenários: o primeiro envolve puxar uma alavanca e matar uma pessoa para salvar cinco e o segundo em empurrar uma pessoa para salvar cinco. Greene percebeu que a maioria concordava em matar quando era possível a utilização de máquinas e dispositivos, mas não o fariam com as próprias mãos.

Não é incomum encontrar nas Redes Sociais uma enxurrada de discursos de ódio contra aqueles que “por algum motivo” merecem sofrer uma humilhação. Pensamos, por isso, que os SRSs seriam análogos a alavanca ou a catapulta proposta pelos dilemas de Green. O Facebook, por exemplo, seria o dispositivo que dissolveria a culpa de praticar o desrespeito, a ofensa ou a violência ao seu semelhante. Ao utilizar essa ferramenta de mídia, seríamos menos responsáveis pelos nossos atos e então não nos sentiríamos culpados ou errados.

De acordo com Ronson (2015), as humilhações virtuais nas redes sociais são como ataques de drones controlados remotamente em que as pessoas não precisam refletir o quanto o poder coletivo pode ser cruel, já que “um floco de neve jamais precisa se sentir responsável pela avalanche” (p.66). O autor faz uma analogia do drone à ação de postar nas redes sociais, uma vez que ambos funcionam como um dissolutor do sentimento de responsabilidade do ato. Assim como na pesquisa do trem de Haidt (2012) em que os seres humanos sentiram-se compelidos a matar mediante ao uso de aparatos, como máquinas, alavancas ou dispositivos, mas não com as próprias mãos.

Retrataremos a seguir, como alguns usuários têm adotado os SRSs, em especial o Facebook, para a resolução de conflitos e explicitaremos quais são as metodologias e estratégias criadas e adotadas pelos mesmos.

5.4 Os SRSs como ferramentas de Resolução de Conflitos e Controle Social.

Os SRSs têm se mostrado fortes aliados àqueles que buscam a resolução de algum conflito, querem justiça ou procuram algum tipo de apoio.

Ao analisar os casos do nosso estudo, constatamos a existência, proposital ou não, de estratégias e metodologias para a resolução de conflitos via mídias sociais. Nos próximos tópicos explicitaremos as duas.

5.4.1 As Estratégias adotadas pelos usuários nos SRSs para potencializar as publicações

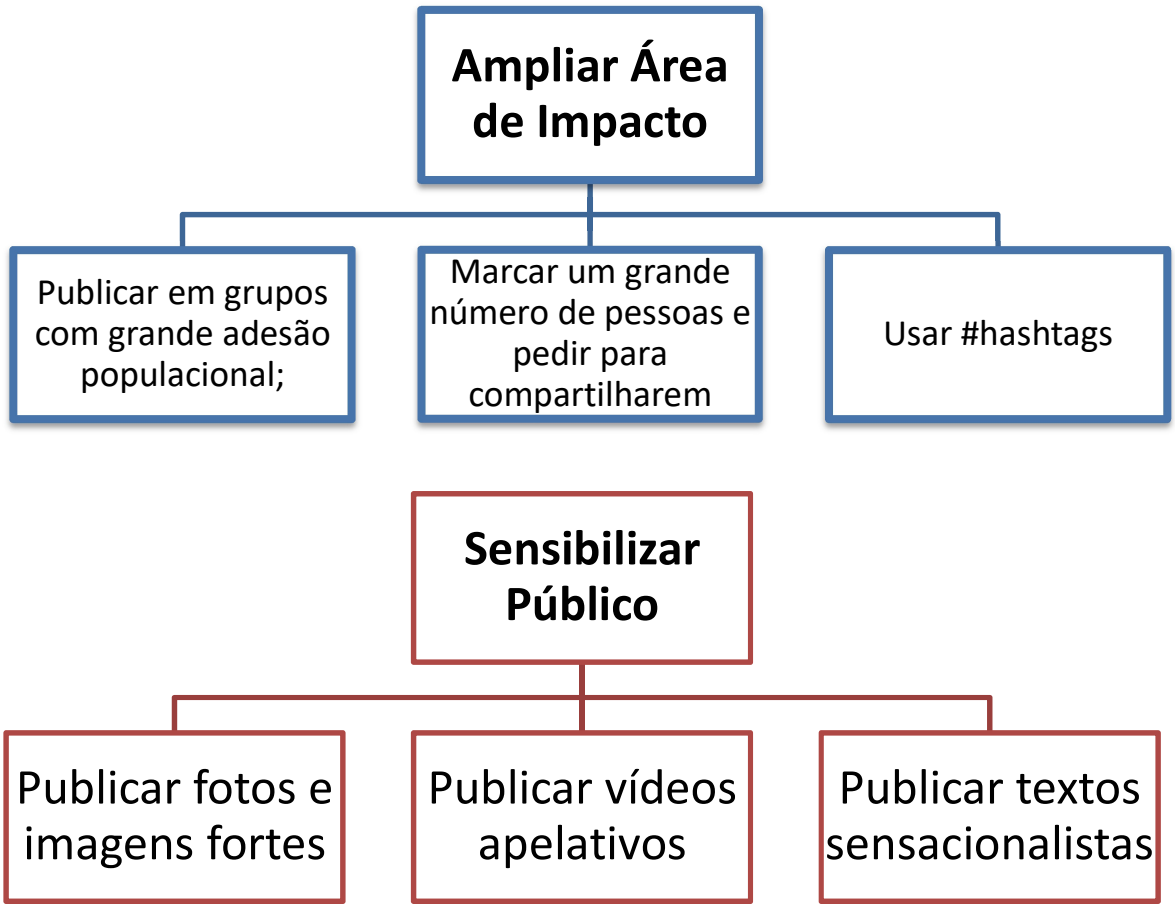
As estratégias seriam as ações utilizadas pelos usuários para alcançar uma maior eficácia em suas postagens. Elas foram divididas em duas:

1) Estratégia de ampliação da área de impacto:
   a) Publicação de denúncias, queixas e reclamações em vários grupos com grande adesão populacional regional, como por exemplo, classificados de compra e venda de uma determinada cidade, grupos coletivos específicos, etc; tal estratégia era adotada para que a publicação alcançasse maior visibilidade e não ficasse restrita somente à rede de contatos do emissor.
   b) Marcar um grande número de pessoas ou pedir para todos compartilharem;
   c) Usar *hashtags* comuns. As Hashtags são compostas pela palavra-chave do assunto antecedida pelo símbolo cerquilha (#). As hashtags viram hiperlinks dentro da rede, indexáveis pelos mecanismos de busca. Sendo assim, outros usuários podem clicar nas hashtags (ou buscá-las em mecanismos como o Google) para ter acesso a todos que participaram da discussão.

2) Estratégia de sensibilização do público:

Essa estratégia é utilizada para sensibilizar um maior número pessoas e consequentemente aumentar a visibilidade da postagem. Alguns casos acompanhados demonstravam o uso de fotos, vídeos ou textos sensacionalistas e apelativos, cujo conteúdo causava impacto e tinha o intuito de chocar o expectador. Ex: fotos de pessoas hospitalizadas; vídeos de animais ou pessoas sofrendo violência; ladrão sendo espancado; pessoas cometendo algum ato impróprio; etc (Figura 17).

Figura 17 – Estratégias utilizadas pelos usuários nos SRSs



Fonte: o próprio autor, 2019.

Essas estratégias, além de cumprirem com os seus desígnios também operavam como ferramentas para auxiliar a encontrar o acusado. Quanto mais pessoas se envolvessem maiores eram as chances da publicação atingir o seu propósito.

Além disso, o uso dessas estratégias possuem algumas implicações. Ao utilizá-las muitos ultrapassam os limites éticos e a questão da privacidade alheia.

Para falarmos sobre ética nas redes sociais, no entanto, é preciso antes compreender que todo tipo de organização social humana é regida por regras de conduta humana, ou seja, possuem uma moral. De acordo com Ricouer (1990), as palavras “ética” e “moral” muitas vezes são consideradas sinonímias e tal indistinção ocorre, pois ambas remetem para a ideia de costumes (ethos, mores), porém uma provem do grego e a outra do latim. Podemos, todavia, vislumbrar uma sutil

diferença que designa ética para o que é estimado como e moral como aquilo que se impõe como obrigatório.

La Taille (2006) nos diz que a moral se refere a regras e valores provenientes de relações privadas, enquanto a ética é aquilo que rege os espaços públicos. Ao distinguir o sentido de moral do de ética, a concepção mais dotada propõe restringir a moral à esfera do fenômeno social, enquanto a ética para a reflexão filosófica e científica. É possível, portanto que um indivíduo possa experienciar a moral sem nunca ter realizado uma reflexão ética.

O autor aponta ainda que uma das razões do significativo afloramento da ética em detrimento da moral diz respeito à debilidade das relações sociais. A proliferação de diversas "éticas" seria um sintoma de uma fúria normatizadora ou do "politicamente correto" para tentar aplacar as incivilidades, violências e desonestidades. Todavia, cabe o questionamento se a multiplicação de normas resolve o problema ou se estamos regredindo apenas para um fundamentalismo moral com ares de sofisticação filosófica.

Temos constatado uma ascendente sensibilização às causas animais, notamos que usualmente qualquer postagem que traga em seu conteúdo a agressão, violência ou tortura a animais (especialmente cachorros) comove e mobiliza um enorme número de pessoas. Chegamos até a nos indagar o porquê que a violência contra animais parece indignar mais os usuários do que uma violência cometida contra um humano. Talvez essa seja uma questão para pesquisas posteriores.

Por enquanto, pensemos no seguinte: no dia 19 de maio de 2018 o Facebook adotou uma regra que proíbe a postagem de venda de animais na plataforma. Temos percebido, entretanto, vários usuários, não apenas denunciando essas postagens, mas enviando mensagens impetuosas e suscitando outros membros a partilhar o ódio contra essas pessoas. Apesar da medida já ter uma ano de existência, não é difícil encontrar anúncios desse tipo. Notamos, todavia um acirramento de tensões entre os criadores e os protetores de animais.

As potencialidades das novas mídias, a explosão informativa e a emergência de usuários cada vez mais vigilantes têm permitido várias postagens com conteúdo duvidoso, de mau gosto e sem limites. Presenciamos inúmeras fotos, vídeos ou textos com todo o tipo de conteúdo impróprio. Além de postagens que extrapolavam a privacidade dos indivíduos, a confidencialidade entre profissional e paciente ou o

direito dos cidadãos. Tal afirmação nos faz relembrar dos paparazzi que perseguiam celebridades em busca de fotos íntimas, constrangedoras ou comprometedoras. O problema é que na atualidade, o alvo não é somente as celebridades e não temos apenas alguns milhares de paparazzi. As pessoas digitalizaram-se e as câmeras estão por todos os lados e as fotos e os vídeos são instantâneos e sem custo.

Deparamo-nos com milhares de fotos e vídeos feitos e divulgados sem a autorização ou o consentimento da pessoa. Inclusive vimos relatos de usuários que só tomaram conhecimento de estarem em publicações após a viralização da postagem, a identificação do usuário e a posterior onda de ameaças e mensagens de ódio recebidas.

Inúmeros *posts* sobre o pretexto de serem engraçados, solidários, vingativos, denunciativos ou informativos, traziam conteúdos perturbadores e bárbaros. Acreditamos que apenas por meio de exemplos conseguiríamos demonstrar as irracionalidades que presenciamos. Foram fotos e vídeos de assassinato, morte, enforcamentos, linchamentos, autópsias, procedimentos cirúrgicos, cadáveres, decepamentos, tortura, estupros, espancamentos, maus tratos e tantos outros. Muitos desses não tivemos sequer a coragem de assistir e nem conseguíamos entender quais eram as razões ou motivações para serem registrados e publicados.

O princípio do respeito à privacidade e confidencialidade vem fazendo parte das discussões sobre as redes sociais. Paira a dúvida se a privacidade dos indivíduos envolvidos e a confidencialidade de suas informações têm sido preservadas nesses contextos.

Para falarmos, sobre a privacidade nas redes sociais, traremos algumas ideias de Andrew Keen, um escritor formado em História pela London University (Inglaterra) e com pós-graduação em Ciência Política pela Universidade de Berkeley (Califórnia). Ele ficou conhecido, em meados de 2007, por suas ideias apocalípticas sobre a Web e recebeu a alcunha de “O Anticristo da Internet”.

Em seu livro “Vertigem digital. Por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando”, publicado e traduzido para o português em 2012, ele discorre sobre as consequências da “mudança de uma sociedade baseada em átomos para outra fundamentada em bytes” (KEEN, 2012, p.12). Nessa época, pontualmente em dezembro de 2012, o Facebook atingia a marca de um bilhão de usuários no mundo e os principais sites de mídias sociais já haviam sido inventados. Um dos questionamentos do autor era como seria o futuro, já que estávamos em um

momento de transição de uma plataforma de informações (Web 2.0) para uma plataforma de pessoas (SRSs). Ele previu um futuro social de uma multidão de seres conectados e aprisionados a internet, aprisionados na casa da inspeção digital e, cuja existência se fundamentaria na seguinte frase “posto, logo existo”. Estava convencido, mas ainda assim, uma questão o inquietava: Se o futuro seria vivido on-line como ficariam aqueles resistentes que prezavam pela privacidade?

Ao analisarmos a atualidade e o questionamento de Keen, constatamos que o futuro previsto por ele não tardou a chegar. A nossa pesquisa encontrou dados que podem trazer algumas elucidações dessa pergunta. O primeiro ponto que vamos tratar é a existência de uma multidão cada vez mais dependente da internet e dos SRSs. Se o panorama atual é este: Os usuários as usam em boa parte do dia e recorrem a elas para realizar diferentes tarefas da vida pessoal, profissional e educacional; temos então a exclusão e a marginalidade daqueles que não estão conectados. Presenciamos a “pressão” oculta e, às vezes, involuntária da sociedade e dos membros conectados para uma integração a essas plataformas on-line; ou seja, ou você a compõe ou tem grandes chances de não “existir”.

Pensemos naqueles que, por qualquer motivo, decidem não fazerem parte dos SRSs. Estão eles realmente inexistentes na internet? Durante a netnografia o pesquisador foi impelido a verificar esse fato. Afinal, em grande parte dos casos estudados, as pessoas eram encontradas para serem expostas e os membros das comunidades virtuais mostraram-se bastante eficientes nessa tarefa. Inclusive, encontramos métodos que os membros utilizavam para fazer isso, mas trataremos desse assunto mais adiante.

Palfrey e Gasser (2011) dizem que a era da internet permitiu uma maior integração do uso cotidiano dos sistemas digitais para facilitar a vida das pessoas e melhorarem a sua eficiência e produtividade. No entanto, esse progresso teve como custo a existência e o acúmulo de informações digitais sobre os sujeitos e, portanto, uma diminuição no poder de controle pessoal dessas informações.

A identidade digital de qualquer cidadão de uma sociedade conectada à internet é composta não apenas pelos elementos dos dados para os quais ele próprio contribui, mas também pelos elementos que outras pessoas contribuem e coletam sobre ele (PALFREY; GASSER, 2011, p.53).

Por isso dizemos que não parece ser fácil ocultar-se na internet. Em 2013 o Facebook declarou que cerca de 350 milhões de fotos são postadas diariamente e o

site abriga mais de 250 bilhões de imagens desde o seu lançamento (TERRA, 2013). É plausível que, mesmo sem o consentimento daquele que decidiu não fazer parte das redes sociais, tenha alguma foto, vídeo ou menção postada por familiares, amigos, conhecidos ou até mesmo desconhecidos. Além das informações provenientes desses membros, fazem parte também de nossa identidade digital as informações que constam em nossos currículos Lattes, sites de empresas, nossos e-mails corporativos, Diários Oficiais, exames laboratoriais, etc.

À vista disso e sabendo que o Facebook atualmente possui 2,3 bilhões de usuários, registramos uma grande eficácia da plataforma no auxílio de conflitos e de controle social. É preciso apenas que alguém se interesse por você e então crie o seu dossiê digital e espalhe para o mundo.

Notamos ainda, além das estratégias, a existência de dois métodos utilizados para alcançar a justiça através do Facebook, embora tenhamos notado a existência delas nessa plataforma específica, sabemos que pode ocorrer em outras mídias sociais.

5.4.2 As Metodologias: A emergência de duas formas de realizar a justiça nos Sites de Redes Sociais – Uma apresentação

No período de imersão nas redes sociais nos deparamos com padrões de resolução de conflitos via Facebook. Os usuários tendiam a usá-las de duas formas, as quais classificamos como:



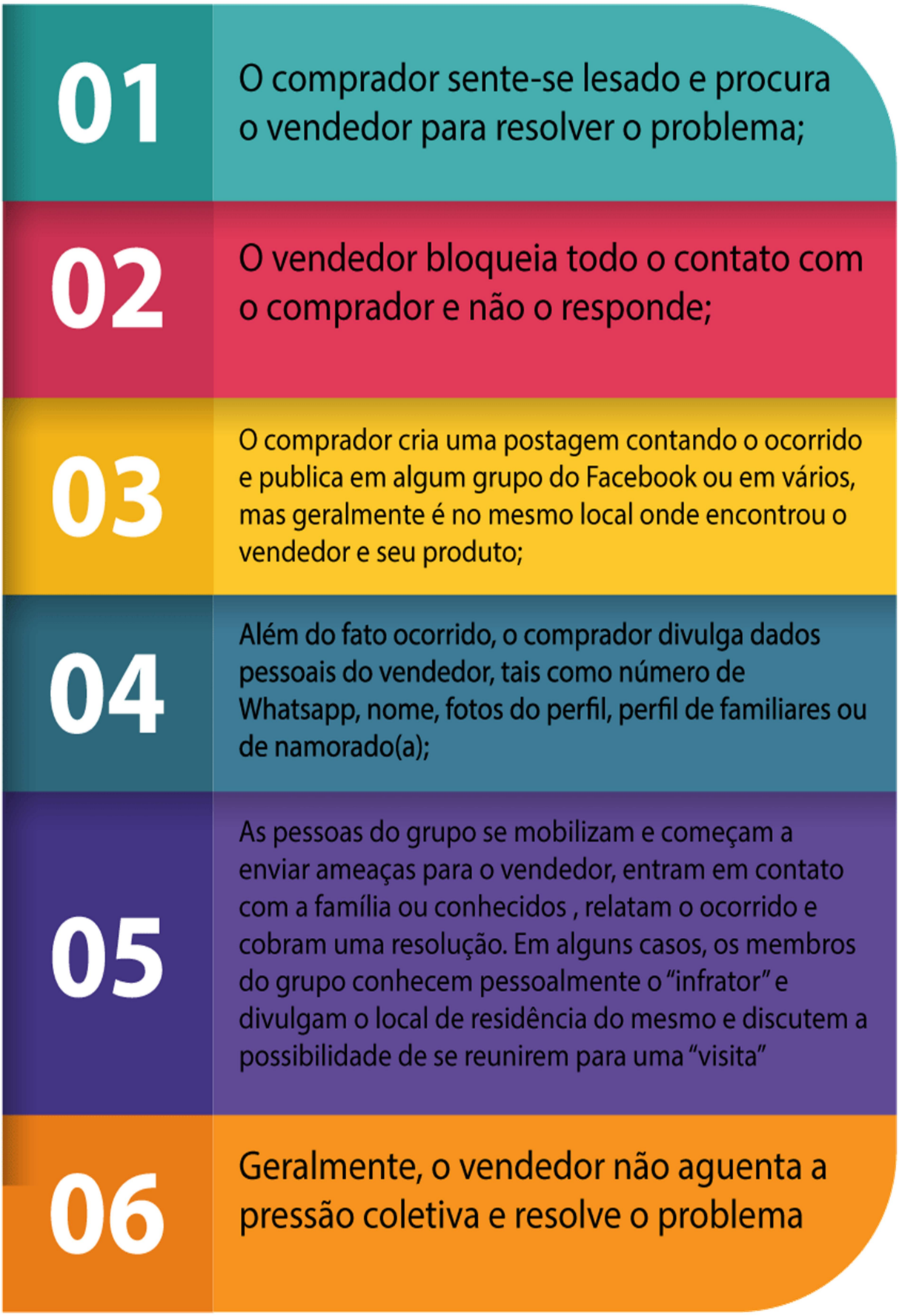


Descreveremos a seguir o primeiro: O Ritual de Justiça Comercial. Durante a pesquisa, em vários grupos coletivos do Facebook, especialmente naqueles de negociações de troca e venda de produtos, tomamos conhecimento do surgimento de uma técnica para a intermediação e resolução dos casos que envolviam má fé do vendedor que aplicavam o estelionato ou a venda de produtos falsos, quebrados ou com defeito. Os usuários utilizavam essa técnica após sentirem-se lesados e serem bloqueados pelo comprador.

Por envolver claramente um conflito de transação comercial o denominamos de Ritual de Justiça Comercial no Facebook, o descreveremos a seguir (Figura 18):

Figura 18 – Método 1-Resumido e Completo: Ritual de Justiça Comercial no Facebook

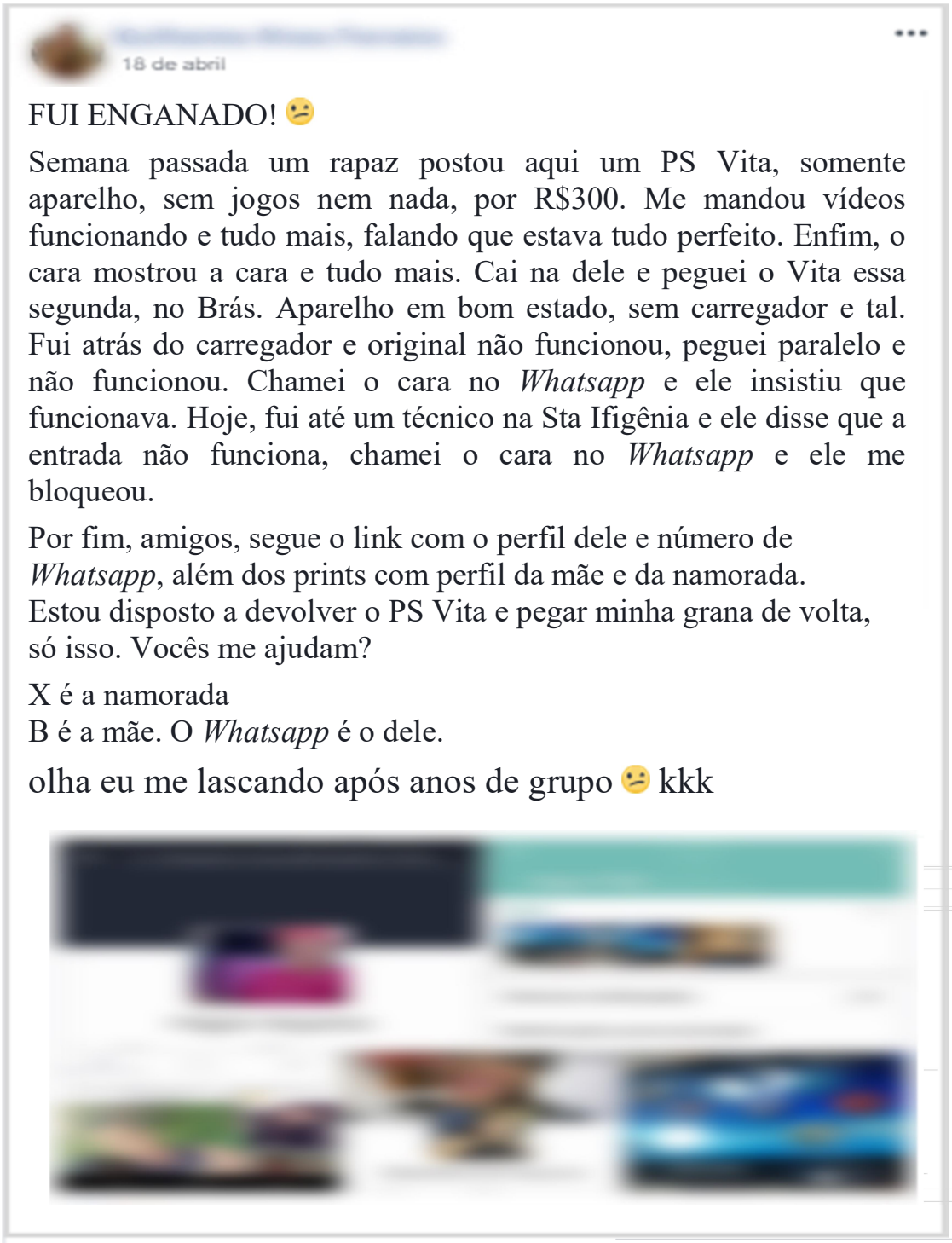




Fonte: o próprio autor, 2019.

O comprador sem saber como lidar com a situação procura a solidariedade dos membros do grupo para ajudarem a resolver o impasse. Traremos um caso como exemplo (Figura 19):

Figura 19 – Postagem pedindo ajuda para os membros do grupo após comprar produto com defeito



Fonte: o próprio autor, 2019.

A pressão dos membros do grupo sobre o vendedor desonesto estende-se para outros meios de comunicação além do Facebook, o pessoal envia mensagem pelo Messenger, *Whatsapp*, etc. (Figura 20)

Figura 20 – A punição sugerida pelos membros que participam da Técnica de Justiça Comercial no Facebook

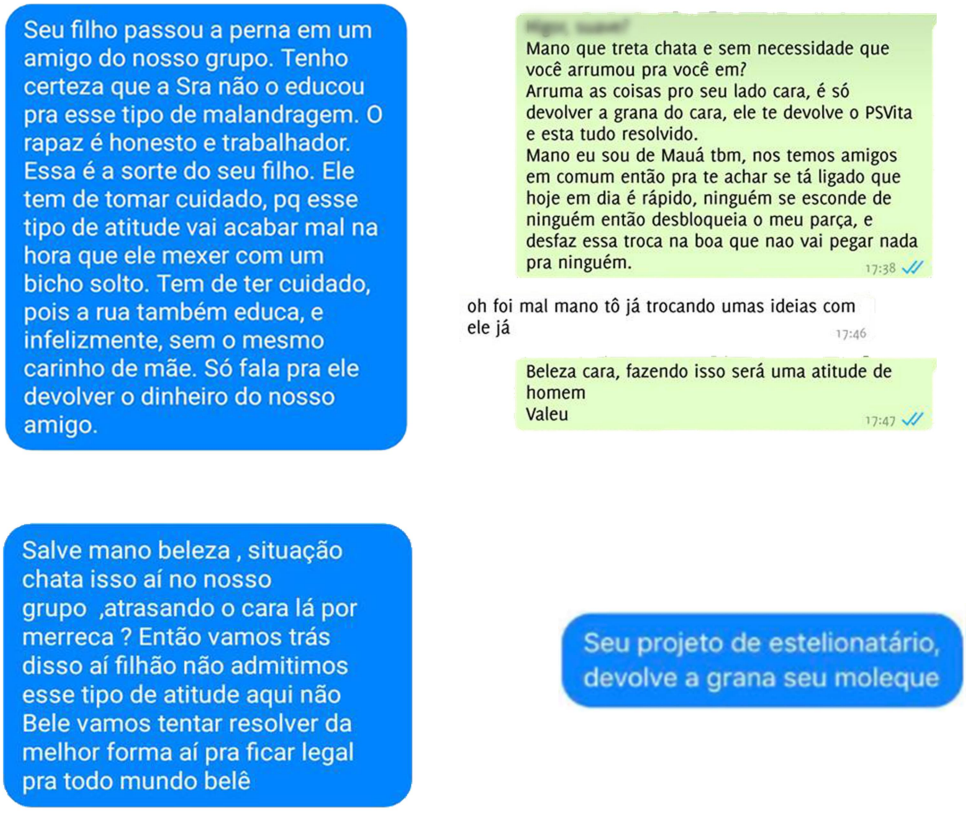
Up pegar esse safado já mandou mensagem no face da mãe dele ?
Tem muito otario aqui querendo se dar bem mano, tem que pegar e dar umas porrada
Essa molecada é terrível mesmo. Não perdem a oportunidade de passar a perna nos outros. Tem que falar com a mãe desse cara, acho que não vai dar em nada falar com a namorada, slc
Tem que fazer o psvita passar nessa orelha arrombada dele
Infelizmente nosso meio está cheio disso! Esses grupos estão ficando cheio desse pilantras metidos a espertos. Complicado viu! Estamos na torcida pra você reaver seu dinheiro.
Vamos todos chamar ele no watts pedindo explicação ,igual das outras vezes é foda isso
O barato saiu caro ... sorte sua que o mlk é burro e não criou perfil fake . Espero que você recupere seu dinheiro por mais inocente que você foi ...
Divulga em todos desapego..e pede pro pessoal compartilhar
Já arrumei o endereço dele
kkkk mano o cara cobrou a mae do cara kkkk mitico
Vamos infernizar ele até ele devolver os 300 conto
Da hora a união do grupo com as mensagens, tem pressionar esse safado para ele devolver o dinheiro.
Nós temos que fazer barulho mesmo nesses caras que fazem isso. Pois aqui confiamos na pessoa pra comprar jogos sem ter como testar gente assim é bandido
Geral mandando mensagem pra mãe dele bora corrente
Galera o mlq vai devolver o dinheiro!! Vou fechar a postagem para falar com o membro ninguém vai ficar na mão no grupo!!

Fonte: o próprio autor, 2019.

Além disso, o contato não se restringe ao vendedor, ele se estende aos membros de sua família, namorado(a) e/ou conhecidos(as). Habitualmente são mensagens de advertência e até ameaçadoras. Traremos alguns exemplos retirados do caso acima (Figura 21).

De acordo com Lobo e Filho (2017) os sujeitos que participam dos mesmos grupos, sejam eles fóruns, páginas do Facebook, ou comunidade virtual, ao se empatizarem com a causa ou com a “vítima” do mesmo grupo, possuem a tendência de tomar para si o ato danoso dirigido ao outro e trazem isso para a esfera da intimidade, tal qual em uma irmandade que os membros sentem-se próximos, numa espécie de obrigação de defender “um dos seus”, um compromisso de compaixão com o membro “vítima” e um ritual de humilhação pública ao acusado. Além disto, se a ação errada for cometida dentro do grupo deve haver uma “indiscutibilidade da negatividade moral do ato”, ou seja, não está em pauta se o ato a ser punido está errado ou não, é imoral e ponto.

Figura 21 – Membros enviam mensagens particulares para o vendedor e para a mãe dele



Fonte: o próprio autor, 2019.

O impasse tende a ser resolvido após o linchamento virtual e o recebimento de várias ameaças. Em todos os casos que acompanhamos o “acusado” não aguentou a pressão grupal, ressarciu o prejuízo e se retratou com a “vítima” (Figura 22).

Figura 22 – Impasse resolvido



Fonte: o próprio autor, 2019.

Embora tenhamos encontrado esses dados em grupos coletivos de compra e venda, constatamos que algumas atitudes de punição não ocorriam somente em casos que envolviam uma transação comercial desonesta.

Esses rituais eram utilizados também em casos cujos usuários julgavam alguém como culpado. Tendo como base todo conteúdo aprendido e os dados dessa pesquisa, resolvemos então criar a segunda denominação para a segunda metodologia encontrada: O Ritual de Justiça Punitiva dos Sites de Redes Sociais (Figura 23).

Muitos “atos” eram vistos pelos membros dos SRSs como errados, impróprios e imorais, e, por isso, obrigatoriamente também deveriam passar por um Ritual de Justiça, no entanto, nesse caso a punição era o fim e, portanto, obrigatória. No caso da Justiça Comercial o objetivo primário da publicação era conseguir a restituição do valor pago, da devolução do produto ou o conserto do item danificado.

Figura 23 – Método 2: Ritual de Justiça Punitiva dos Sites de Redes Socias



Fonte: o próprio autor, 2019.

De forma abrangente, concluímos que os Sites de Redes Sociais são espaços de diversas formas e possibilidades de expressão dos usuários. Eles a utilizam, não só como entretenimento, mas para a resolução de conflitos, pedidos de ajuda e para se informarem. Além do mais, a entrada de empresas e marcas nesses espaços tem sido cada vez mais constante, assim como o seu número de novos usuários, criando uma espécie de vitrine expositora, não só de produtos, mas de ideais, valores e pessoas. O uso benéfico mostrou-se, principalmente, aliado a forma de uso adotada por cada utilizador. A solidariedade e a cooperação apareceram também nas publicações que causavam grande indignação ou mobilização dos usuários, mas de maneira mais tímida. Os membros se sensibilizavam bastante quando as postagens traziam alguma violência, tortura ou maus-tratos contra animais, esse fato despertou a nossa curiosidade, no entanto, não foi possível pesquisarmos os motivos. Percebemos também que ao longo dos 35 casos observados, vários foram os assuntos pertinentes à discussão da moral que emergiram (roubos, descuidos, racismo, outros mais), entretanto os comentários dos usuários tendiam sempre a discussão do ocorrido sob o prisma do justo ou injusto.

Sabemos que estamos diante de um fenômeno complexo e mutável, que demanda constante atualização do pesquisador. Tal velocidade pode ser reconhecida, por exemplo, na migração do interesse dos usuários para outras plataformas existentes. É o que notamos ao final da nossa imersão no campo de pesquisa. Muitos jovens têm expressado um crescente interesse em plataformas mais “impessoais” como o *Twitter,* sob a alegação da ausência de vigilância familiar das postagens. Também percebemos a circulação de mensagens com os mais diversos conteúdos nos aplicativos de mensagens privadas (*whatsapp).* Uma cultura balizada pela efemeridade e descrença, uma busca pela satisfação e liberdade. Aparenta então, que os sujeitos contemporâneos não conseguem manter o encanto permanente pelas coisas; seus interesses, desejos, demandas e satisfações mudam a cada instante.

Mike Ribble (2013) em seu livro “Raising a Digital Child” defende a necessidade de educar os cidadãos digitais. O autor ressalta a necessidade de se entender os riscos e os benefícios da utilização da internet e promover o ensino cotidiano da Cidadania Digital. Como Cidadania Digital (Digital Citizenship), Ribble teoriza que seria o uso responsável e apropriado da tecnologia por parte dos usuários tecnológicos (cidadãos digitais). Diz respeito também, a como as pessoas

se relacionam e compartilham as informações nas redes, portanto assim como o direito de utilizá-las deve existir também o dever de um uso consciente, seguro e responsável das mesmas. Cabem a nós, pesquisadores, professores, pais, e responsáveis, entre outros, à conscientização e o preparo dos usuários para a promoção dessa Cidadania Digital.

5.4.3 Duas propostas de intervenção voltadas para a formação e desenvolvimento de uma cidadania digital

Tínhamos como objetivo específico elaborar propostas de intervenção voltadas para a formação e desenvolvimento de uma cidadania digital e encontramos nessa pesquisa, justificativas que corroboram a premência da criação tais programas.

Do nosso ponto de vista, as propostas devem considerar, em especial, qual é o público-alvo, o objetivo primordial do programa e o prazo para o alcance das metas. A consideração do público-alvo é um importante fator para determinar, por exemplo, os locais de realização do programa, o tipo de estratégia adotada, a didática a ser empregada, a linguagem e os recursos a serem utilizados, etc. Tais considerações são baseadas na observação de que a faixa etária é um importante fator de determinação do padrão de uso das Redes Sociais. Diríamos que crianças, adolescentes e adultos demandam estratégias específicas. Em relação ao objetivo primordial das estratégias dividiremos em duas “frentes”: Desenvolvimento ou Instrução. Por último, teremos o prazo para alcance das metas: curto, médio e longo prazo.

Exemplificaremos nessa pesquisa duas propostas. São as seguintes: Proposta de Desenvolvimento de uma cidadania digital e Proposta de intervenção em SRSs.

A primeira proposta é baseada nos levantamentos bibliográficos e nas observações da presente pesquisa. Estudos citados anteriormente apontam para o uso cada vez mais adiantado dos aparatos digitais e da internet pelas crianças, em vista disso, diríamos que a cidadania digital deve ser construída gradativamente e ao longo dos anos, em conciliação com os pais e ou responsáveis; e posteriormente, com o auxílio da escola e dos professores. Por conta das dificuldades enfrentadas

pelos pais, responsáveis, professores e/ou escola ao lidar com a educação digital infanto-juvenil, acreditamos ser imprescindível uma estratégia que abarque a o esclarecimento, a instrução, o auxílio, a conscientização de sua utilização e a prevenção aos riscos advindos do uso dessas novas tecnologias. Temos que ter a compreensão de que ao desenvolver uma cidadania digital precocemente, estaremos prevenindo o uso sem consciência, descuidado e irresponsável.

Por ser um acompanhamento regular e progressivo a ser realizado em conjunto com os pais e com a escola, teríamos que entrar em com as escolas para a apresentação do programa e averiguação de uma possível parceria. Trabalharíamos, em um primeiro momento, com os professores e com os pais. Marcaríamos encontros (presenciais ou on-line) para levantar os principais questionamentos e dúvidas, e também para transmitir indicações sobre o uso responsável e seguro dos aparatos digitais (*smartphone, tablets, videogames*) e internet. Montaríamos um grupo de Whatsapp para promover o diálogo entre os pais, professores e pesquisadores.

Consideramos que tais informações seriam importantes não apenas para auxílio aos pais e professores na educação digital infanto-juvenil, mas também traria benefícios para o seu próprio uso. A pretensão é que o programa ultrapasse os moldes autoritários de ensino e aprendizagem, e seja de intercâmbio entre todos os envolvidos. É importante que seja um espaço aberto ao diálogo e promova discussões pautadas na cooperação e no respeito, pois o sucesso do programa depende do apoio mútuo, em que cada sujeito assuma o compromisso de complementar e suprir as necessidades do outro.

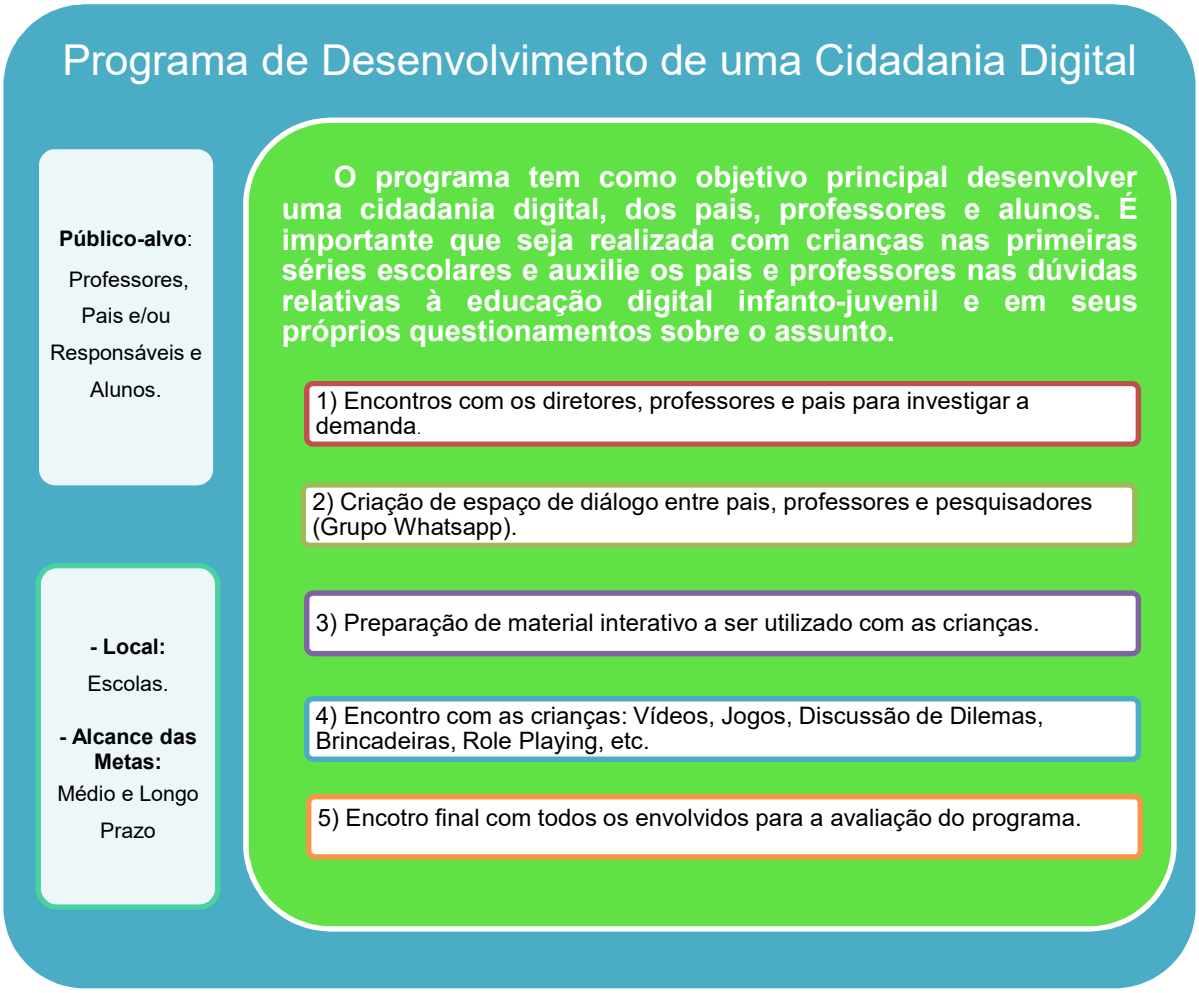
O programa tem como objetivo principal desenvolver uma cidadania digital, dos pais, professores e alunos. É importante que seja realizada com crianças nas primeiras séries escolares e auxilie os pais e professores nas dúvidas relativas à educação digital infanto-juvenil e em seus próprios questionamentos sobre o assunto.

É importante que haja o primeiro encontro nas séries iniciais escolares. A idade pode ser decidida junto à escola e aos professores, já que idade do primeiro uso varia bastante. Prepararíamos os materiais para as crianças a partir das demandas dos pais, dos professores e dos próprios estudantes. Eles seriam compostos por vídeos, brincadeiras; jogos, *role-playing game ("jogo de interpretação de papéis"*), etc. Devem estar em consonância com a faixa etária.

Seriam realizados vários encontros ao longo do ano e ao final, realizaríamos uma reunião com todos os participantes conversar, discutir e realizar uma avaliação do que foi feito. Embora tais ações sejam uma proposta de longo prazo e de difícil execução, nada impede que esse programa seja elaborado nos mesmos moldes, porém mais pontuais e executadas em curtos períodos de tempo. Ademais, embora seja interessante a sua aplicação em crianças mais novas, não vemos empecilhos para não serem utilizadas outras faixas etárias.

Assim como o universo das mídias sociais, investimos no uso de imagens para sintetizar uma ideia, por isso apresentaremos a seguir a esquematização resumida do Programa proposto (Figura 24).

Figura 24 – Esquematização de um Programa de Desenvolvimento de Cidadania Digital.



Fonte: o próprio autor, 2019.

Apresentaremos uma segunda proposta de intervenção. Proposta essa mais pontual, com resultados a curto prazo e voltada para os usuários frequentes dos SRSs. Temos como sugestão a criação de uma campanha com várias intervenções por meio de postagens que convidem os utilizadores a refletir sobre os mais diversos temas polêmicos. Utilizaríamos como recurso a criação de vídeos com alguns dos dilemas encontrados nessa pesquisa, como por exemplo, a questão da falta de respeito com alguém que cometeu um erro banal. Ao final do vídeo apresentaríamos uma frase de efeito que instigasse a reflexão.

A idealização dessa proposta eclodiu a partir das próprias experiências da pesquisadora e por perceber que os usuários das mídias sociais são atraídos por exposições visuais, auditivas e interativas. Contemplamos publicidades que alcançavam milhões de pessoas em poucas horas por conter apelos que faziam as pessoas pensar. O elemento da tomada de consciência por meio da visualização de vídeos com questões-problemas mostraram-se bastante eficientes nesse contexto, entretanto, indicamos que eles sejam curtos, pois uma das características desse público é a pouca paciência.

Nos dois programas sugeridos o fator comum é a importância da adoção de medidas que promovam um maior desenvolvimento moral, portanto é mister a adoção de políticas que promovam outros valores, além da justiça, tais como a paciência, a sensibilidade, a alteridade, a compaixão, a cooperação e o respeito, pois de certo, aprenderemos também a conviver e a respeitas as diferenças. A propagação desses outros valores é um primeiro passo para o desenvolvimento de sociedade mais ética, justa e pacífica.

Diante de tudo o que foi exposto e a partir da análise e discussão dos dados teceremos, a seguir, as nossas considerações finais.

Considerações Finais



Fonte: Imagem retirada de https://br.freepik.com e editada pelo próprio autor

Encontramos em nossa pesquisa netnográfica a difusão da ideia de eficiência dos sites de mídias sociais como espaço mediador de conflitos. No decorrer da experiência de imersão averiguamos as múltiplas possibilidades que os SRSs podem oferecer aos usuários. Neles é possível, além do usual, a democratização, a horizontalidade das relações, o emponderamento, o “dar” voz aos sujeitos “comuns”, etc, mas, também, nos deparamos com a banalização, discriminação, violência, *cyberbulling*, linchamento virtual e humilhações públicas virtuais.

Essa experiência nos fez refletir sobre os pontos de vista de cada ator. De um lado, alguém motivado pelo desejo de justiça, pelo sentimento confortante de saber que há um canal que lhe dará voz e o fará ser ouvido e apoiado por iguais. Do outro, os que foram alvos e sentiram o pavor, a vergonha, o medo e a insignificância. No entanto, não queremos discutir o mérito de cada caso, mas entender as proporções que eles atingem quando mediados pelos SRSs. Ao que parece não estamos em uma luta entre heróis e vilões, mas num tiroteio às cegas que não importa quem é atingido.

Embora tenhamos nos dedicado apenas um ano da pesquisa na imersão do SRSs. De fato, como usuário e espectador, acompanhamos a sua evolução desde a globalização da internet. Podemos afirmar que muita coisa mudou, desde então e em uma velocidade inimaginável.

Nas primícias do surgimento dos chamados sites de relacionamentos, tais como “Orkut” era bastante comum a utilização do termo “comunidades” e com o passar dos anos esse termo foi substituído por “redes”. Essa alteração, a priori, parece não conter grandes implicações. Entretanto, Bauman e Donskis (2014) alertam que ao contrário das “comunidades”, a utilização da palavra redes sugere uma modificação no tipo de relacionamento dos usuários: do coletivo para o agrupamento de indivíduos. Para os autores as “redes são construídas individualmente, e como tal remodeladas ou desfeitas, e se baseiam na vontade do indivíduo persistir como seu único, embora volátil, alicerce” (p.22-23). A maior mudança de um termo para outro seria o ganho do direito unilateral de abandoná-las a qualquer momento.

Essa afirmação exemplifica, de certo modo, os nossos achados. Notamos uma frivolidade, um descompromisso e uma intolerância direcionada àquele que não

sou eu, portanto, diferente de mim. E ainda mais, nos moldes do moralismo, diríamos que errados sempre estão os outros.

O consumismo atinge também as relações inter-humanas, elas passam a ser intercambiáveis e dispensáveis. São mantidas apenas para a satisfação de nossas necessidades e desejos. Por isso, são frágeis e sem obrigações incondicionais assumidas. Os sujeitos são regidos por uma individualização e uma necessidade constante de "mais espaço". A libertação individual, o descompromisso com o outro, a existência de um par apenas quando ambos os lados da relação estejam satisfeitas. A exclusão da mutualidade, a existência de relações puras "sem o nós". Todos esses traços permitem um desengajamento com o outro, logo por que precisaríamos basear as nossas relações no respeito, se apenas enxergo o outro como objeto ou meio?

> A destruição da vida de um estranho, sem haver a menor dúvida de que se cumpre o dever e de que se é uma pessoa moral, essa é a nova forma do mal, o formato invisível da maldade na modernidade líquida (BAUMAN; DONSKIS, 2014, p. 17).

Não era a nossa intenção trazer somente os casos que retratavam uma visão pessimista dos SRSs, em especial o Facebook, mas ao procurarmos por publicações que causavam grande mobilização e indignação dos usuários foi o que se encontramos. De certa forma, é como se os "vícios" estivessem mais em evidencia do que as virtudes ou chamassem mais a atenção dos usuários.

Presenciamos nas postagens do Facebook e em outros lugares da Internet um acontecimento análogo à ideia proposta por Bauman e Donskis (2014):

> Um único ato de crueldade tem mais possibilidades de atrair para as ruas uma multidão de manifestantes que as doses monotonamente administradas de humilhação e indignidade dos excluídos, os sem-teto, os degradados são expostos dia após dia. Um ato íniquo de homicídio ou uma catástrofe ferroviária atinge mentes e os corações de forma mais poderosa que o tributo gotejante, porém contínuo, irresistível e rotineiro, pago pela humanidade na moeda de vidas perdidas ou desperdiçadas [...] (BAUMAN; DONSKIS, 2014, p.56).

Os casos mais trágicos e dramáticos eram exaltados, compartilhados e comentados durante um curto período de tempo. Geralmente após menos de uma semana já surgiam vários comentários reclamando: *"Pelamor, esse caso já deu, né? Não aguento mais ver todos comentando"* (sic).

Essa sensibilização instantânea, curta e carnavalesca é muito comum nesse contexto. Uma exposição acontece, causa grande arrebatamento e após um lampejo, se ofusca. Agimos sob a tirania do momento e em pouco tempo somos atingidos pelo tédio e instaura-se a “fadiga da compaixão”, nesse ponto já começamos a buscar um novo choque e um novo ciclo para distrair a nossa atenção. Não podemos, todavia, afirmar que não existe memória nos SRSs, pois a qualquer momento, quando for conveniente, aquilo pode ser reavivado.

Para aqueles que já estiveram no palco dessas plataformas e tiveram, por exemplo, fotos de *nudes* (fotos de uma pessoa nua) divulgadas, o transtorno e o esforço, em vão, para retirá-las do ar. Elas se espalham pelo mundo, são “*printadas*” (ato de capturar uma imagem na tela) e viralizam em pouco tempo. E apesar de saírem da lista dos mais comentados, continuavam a existir em algum lugar (RONSON, 2015).

Não pense, entretanto, que apenas as pessoas com ex-namorados vingativos que estão à mercê disso e, tampouco, os *nudes* são a única forma de cair nas “graças” dos usuários. Esse espetáculo é aberto a qualquer tipo de “peça”, basta que qualquer pessoa decida que você deve ser o protagonista. Não estamos falando de livre arbítrio, pelo menos não daquele que momentaneamente foi escolhido. Inclusive, ele tem grandes chances de não saber que está em exibição e quando descobre, usualmente, já é prenúncio para uma tragédia. O desfecho vem com o linchamento virtual, as humilhações, as punições, os prejuízos. O escolhido é perseguido e rechaçado, e qualquer pessoa que tenha vínculo com ele também. O trabalho ou o emprego é influenciado e, às vezes, culmina em demissão. Funciona como uma avalanche que destrói tudo que estiver no caminho. E como descrevem aqueles que já passaram por isso? Devastados. E é por isso que é uma tragédia. A proporção da exposição sofrida pode ser em maior ou menor grau, mas de toda forma tem um poder destruidor.

A primeira vez que tivemos conhecimento da existência desse tipo de situação foi no começo dessa pesquisa, em uma série americana chamada “*Black Mirror”*. Eventos esses que pareciam distante da nossa realidade, incomuns e esporádicos. No entanto, durante esses quatro anos de pesquisa mostraram-se frequentes e até “inerentes” ao universo das redes sociais on-line. Presenciamos inúmeros casos similares ao relatado acima, e inclusive fizemos parte de um, como

divulgado em nossa apresentação. Por tudo isso, o que parecia longínquo e fictício, tornou-se circunjacente e real.

La Taille (2009) pode nos dar algumas pistas sobre o por quê de estarmos diante de situações como essas. Ele pesquisou quais as virtudes que os adolescentes consideravam mais ou menos importantes, dentre uma lista de dez itens. Ela foi composta por cinco virtudes morais (justiça, gratidão, fidelidade, generosidade e tolerância) e cinco virtudes de caráter não necessariamente moral por nem sempre envolver o bem estar-alheio (honra, coragem, polidez, prudência e humildade). Dentre as mais valorizadas estão: humildade, justiça e fidelidade; do lado oposto, nas últimas posições ficaram: a polidez, tolerância e prudência.

O autor sublinha que não é por acaso que os vícios ou a lista de problemas se sobressaiam às virtudes. O atual cenário social, marcado por uma cultura individualista e hedonista e a importância dada pela busca da felicidade individual, por vezes, em detrimento do bem-estar coletivo, podem ser uma das razões para tal situação. Ademais, o autor cita que o outro motivo é de cunho histórico e tem ligação com a influência Kantiana e Kolhberguiana para a centralização da virtude justiça como única organizadora do universo moral e de seu desenvolvimento.

Tais constatações do autor condizem com o que encontramos em nossa pesquisa em dois pontos. O primeiro ao verificar que as virtudes menos valorizadas eram a polidez, a tolerância e a prudência, já que nossos achados convergem para a mesma constatação. E o segundo, na tendência da centralização da virtude justiça como única organizadora moral.

A justiça manifestou-se como o pilar das publicações encontradas. Usualmente, os usuários avaliavam as ações de outrem por meio do critério de justo ou injusto e, baseavam as suas ações não de acordo com o quão injusto consideravam a transgressão cometida pelo “acusado”. As punições eram severas e sádicas em todos os casos.

Observamos nas publicações atos de intolerância a qualquer falta, erro ou descuido. Como se a tecnologia não permitisse que alguém permanecesse à margem ou indiferente. Logo o posso, transformou-se em devo. E não eram permitidos dilemas, portanto a ordem era de espionar e vazar. Nesse caminho não parecia haver espaço para a moral, pois sequer era preciso um motivo ou uma finalidade, era feito apenas porque era tecnologicamente viável (BAUMAN; DONSKIS, 2014).

Nas mídias sociais virtuais o ideal admitido é que todos podem fazer o que quiser, contanto que não sejam descobertos ou pegos. Os usuários tendem a avaliar e julgar a ação dos demais sob o prisma dicotomizado entre bom ou mal. Os valores e as regras transmutam a cada instante, e variam de acordo com a situação ou às pessoas a quem são dirigidas. O julgamento não é neutro e tampouco livre das paixões. As contravenções quando descobertas precisam ser punidas e castigadas, e de fato as são.

> Novas formas de censura coexistem – da maneira mais estranha – com a linguagem sádica e canibalesca encontrada na internet e que corre solta nas orgias verbais de ódio sem face, nas cloacas virtuais em que se defeca sobre os outros e nas demonstrações incomparáveis de insensibilidade humana (em especial nos comentários anônimos). (BAUMAN; DONSKIS, 2014, p. 18)

Os atos que são universalmente condenáveis tais como, o assassinato, a violência, o estupro e o roubo, também se mostraram moralmente inaceitáveis nas redes sociais virtuais e causadoras de grandes revoltas, indignação e violência. Entretanto, além dessas, encontramos a intolerância a outras centenas de assuntos, dos mais graves aos mais banais, além de punições balizadas por julgamentos arbitrários, contestáveis, desmedidos e opressores. Por exemplo, milhares de indignados por uma celebridade utilizar um vestido “feio” em um casamento de alguém famoso. Isso demonstra que existe um grande leque de situações em que a violência, o desrespeito ou má educação irá imperar nas redes sociais.

Desejar a morte do outro (diferente) tornou-se tão banal quanto desejar bom dia para os usuários, as ofensas e os xingamentos também estão desinibidos e corriqueiros. Muito se fala, pouco se constrói. Não se reflete.

Para Bloom (2014) há várias interações com as quais a lei não consegue lidar, pois o desejo de vingança permanece dentro da maioria das pessoas. Podemos ir a desforra com, por exemplo, “intrigas maldosas” ou “e-mails e mensagens sarcásticas” fazendo com que aqueles que nos desrespeitam possam sofrer até nos considerarmos por satisfeitos. Já a punição de terceiros mesmo que estes não nos tenham feito mal pessoalmente é diferente da vingança e reflete nosso apetite pela punição.

Quando indignados, a maioria dos membros desempenhava a moral heterônoma proposta por Piaget (1932/1994). Essa alegação parte da observação

de que justiça retributiva era a mais prevalente entre os usuários, já que a falta era vista como inseparável da necessidade de se aplicar uma sanção, não uma por reciprocidade, mas expiatória. Isto quer dizer que, quando alguma ação era vista pelos membros como errada, a ideia de sanção ou castigo era legítima e necessária. Além do mais, os atos não eram dosados na proporção exata do mérito ou da falta, pois era imprescindível, uma sanção arbitrária que castigasse e ao mesmo tempo infringisse no culpado uma dor aguda e que “punisse mais”. O único modo visto como capaz de recolocar as coisas em ordem seria reconduzir o indivíduo à obediência, por meio de uma repressão suficiente e acompanhada de um castigo doloroso. A justiça imanente aflorava em contextos que as pessoas tendiam a religiosidade, dado que os sujeitos acreditavam que a “punição” emanaria das coisas, da natureza ou de Deus. Nesses contextos eram comuns as frases: “Aqui se fez, aqui se paga.”, “Não se preocupem, Deus dará a eles o que merecem” (sic).

A fase de controle essencialmente externo é chamada de heteronomia. Somente quando, o adolescente é capaz de ter um autocontrole das regras, independente do olhar dos adultos ou de outras circunstâncias, tais como pressões sociais, mudanças de contextos ou mudança das pessoas envolvidas, é que dizemos que o desenvolvimento moral foi bem sucedido, ou seja, o sujeito atingiu a autonomia moral (PIAGET, 1932/1994).

De acordo com Piaget, as crianças mais jovens tendem a acreditar na eficácia e na necessidade de punições severas, assim como os usuários do nosso estudo. No entanto, essas concepções de justiça deveriam diminuir conforme o desenvolvimento moral atingisse à autonomia e, então, a expiação, a coação e a autoridade dariam lugar para relações baseadas na igualdade, na cooperação e no respeito mútuo.

Infelizmente, essa violência sob a alegação de se fazer justiça não é incomum nos sites de redes sociais. O ato de transgredir uma regra é geralmente visto como digno de represália, não importando os artifícios utilizados para causar dor e sofrimento no acusado. A falta de cumprimento de qualquer regra sempre acarreta a tentativa de retirar algum privilégio do infrator. No caso do ciberespaço, em que muitas agressões não chegam de fato à violência física, percebemos que é utilizado o artifício da violência psicológica e da violência simbólica, além do uso de várias formas de punição (fazer o culpado ser despedido, perder o patrocínio, ter os seus entes rechaçados, etc).

Tal achado pode ser equiparado à noção de egocentrismo da teoria de Piaget (1994) que diz respeito ao centramento da criança em si mesma, ou seja, a dificuldade de perceber a reversibilidade de pensamento, a tal ponto que não consegue colocar-se no lugar do outro e nem perceber que existe um ponto de vista diferente do seu. Piaget diz que, embora, os adultos apresentem um egocentrismo, ele é diferente daquele manifestado nas crianças, já que do adulto é um egocentrismo “com consciência”. Ou seja, o adulto tem consciência disso, tem a possibilidade de cooperar e pode ter a autonomia para fazer diferente (PARRAT-DAYAN, 1994).

Além do egocentrismo, encontramos também o que Piaget (1932/1994) conceituava como Justiça Imanente e Retributiva, visto que permanece a crença absoluta de necessidade da sanção e a obrigação dos castigos expiatórios, seja ele provido por “uma força maior” ou pela ação dos usuários.

Com o poder da invisibilidade ou anonimato das redes sociais, continuaria eu a respeitar o outro, a sua propriedade, a sua intimidade e a sua liberdade? Se agíssemos de acordo com a moral, sim. Não agiria apenas por impulso, interesse ou diversão, mas pelo dever de não fazer o mal ao meu semelhante ou de buscar a melhor resolução para todos. A moral é aquilo que cobra de ti uma ação correta, respeitosa, mas não aquela que advém graças ao olhar de outros ou por ser vigiado por câmeras, nem aquelas balizadas pelos estreitamentos afetivos, mas em nome de uma humanidade, de uma consideração com o outro (CREMONESE, 2019, p.11).

> [...] a moral é um conjunto de coisas a que um indivíduo se obriga ou que proíbe a si mesmo, não para aumentar a sua felicidade ou o seu bem-estar, o que não passaria de egoísmo, mas para levar em conta os interesses ou os direitos do outro, para não ser um malvado, para permanecer fiel a uma certa ideia de humanidade e de si (COMTE-SPONVILLE,2002 apud CREMONESE, 2019, p.11).

Talvez exista nas mídias sociais virtuais uma confusão entre ser moral e ser moralista. Os usuários delas são ávidos por reivindicar atitudes exemplares dos outros membros, contudo, eventualmente agem de maneira contrária daquela cobrada. Vamos citar uma atitude bastante comum no Facebook que exemplifica o que foi dito. Pensemos, mais uma vez no caso da mulher que passeava com o seu cachorro na praia e era condenada pelos demais por torturá-lo na medida em que o obrigava a passear no asfalto quente. Visivelmente, a grande maioria pensava ser

moralmente inaceitável praticar a violência e a tortura contra um animal, mas de que maneira protestavam contra a atitude? Com mais violência, intolerância, humilhação e desmoralização da acusada. Um protótipo do “Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”, ou ainda, “quero uma atitude exemplar, no entanto, não importa como vou conseguir isso de você”.

Além de universalizadas, as convicções moralizantes são acionáveis, ou seja, os indivíduos tendem a encarar as ações morais como objetivos intrinsecamente meritórios, sem a necessidade de motivos suplementares. “Se alguém acredita que assassinato é imoral, não precisará ser remunerado, ou sequer estimado, por abster-se de matar alguém” (PINKER, 2013, p.833).

Geralmente quando um preceito moral é quebrado, as pessoas racionalizam tal falha em busca de um preceito compensatório, procurando uma desculpa ou admitindo uma fraqueza pessoal. Outra característica refere-se ao fato de que as infrações moralizadas são passíveis de punição, pois se você considera que assassinar é errado, além de possuir o direito de ver o transgressor punido, você se sente obrigado a fazer com que essa punição ocorra. Não se pode ignorar um assassinato. “Agora coloque, no lugar de “assassinato”, “idolatria”, “homossexualidade”, “blasfêmia”, “subversão”, “incidência” ou “insubordinação” e você verá como o senso moral humano pode ser uma grande força maléfica.” (PINKER, 2013, p.833).

É importante que todos entendam que o virtual não é menos real, e por isso, exige menos responsabilidade. No ciberespaço também é preciso regras, princípios, normas e valores condizentes com um compromisso moral, respeito e tolerância.

> É preciso compreender que a tolerância não é, em nenhum caso, a consequência natural do relativismo moral, como frequentemente se diz. A tolerância tem como fundamento uma convicção moral muito determinada para qual exige a universalidade. Ao contrário o relativista moral pode se perguntar: “por quê eu deveria ser tolerante?” Minha moral me permite a violência e a intolerância (SPAEMAN, 1994, p.23).

É fato que o uso da Internet certamente fará parte do cotidiano das pessoas e o uso consciente das mesmas, só será alcançando através da orientação dos membros e que promova o uso seguro e responsável. Ressaltamos que não é intuito dessa tese culpabilizar ou promover um discurso contra a internet ou os SRSs, pois

sabemos que existem muitas ressalvas sobre os benefícios e malefícios desses aparatos. É inclusive, deveras complexo condenar ou inocentar tais mídias, já que esse contexto é marcado pelo caráter dinâmico, mutável e multitarefa, tudo depende da maneira que o usuário a usa.

Toda organização social tem uma moral, uma vez que todas as comunidades humanas são regidas por um conjunto de regras de conduta, por proibições cuja transgressão acarreta sanções socialmente organizadas (LA TAILLE, 2006). Com as redes sociais não é diferente. Os usuários por desacreditarem e considerarem falho o sistema judiciário brasileiro têm adotado as suas próprias regras e investido em sistemas próprios de justiça. Cada um com seus interesses, éticas e valores, que vez ou outra se chocam com as predileções alheias e causam grandes tumultos.

A moralidade é por natureza social e o desenvolvimento de sujeitos morais só poderá ser concreto ante ao surgimento de uma sociedade moral, por isso o contexto social no qual os indivíduos interagem e se relacionam de maneira respeitosa são de extrema importância para o desenvolvimento da autonomia.

Portanto, cabem a cada instância de educação (pais, professores, escola, etc.), o papel ativo e promovedor de conhecimentos, competências e processos colaborativos de mudança de valores, atitudes e comportamentos. Para aqueles que convivam diariamente na internet e com outros aparatos digitais tenham a oportunidade de desenvolver uma cidadania digital, baseadas em atitudes de respeito ao próximo e responsabilidade.

Diante de tudo o que foi exposto, dizemos que é preciso coragem para reconhecermos que, às vezes, também podemos ser insensíveis, passíveis ou coniventes. No entanto, não estamos propondo nesse estudo um maior controle ou a adoção de atitudes coercitivas que promovam o medo e obriguem os membros das mídias sociais virtuais a terem boas atitudes morais, isso seria a proposta de um estudo moralista. Acreditamos, entretanto, na eficiência da criação de estratégias e ações que visem à educação e o esclarecimento como atitude para desenvolver uma consciência solidária e responsável dos membros. De acordo com Reimer (2008) o ensino de valores é tão importante quanto o ensino do português e da matemática e devia fazer parte do currículo escolar.

Ressaltamos que a formação parental, o diálogo pais-filhos, o provimento do conhecimento e das competências morais infantis funcionarão como fatores protetivos em relação aos riscos enfrentados pelas crianças e adolescentes diante

desse novo paradigma sociocultural permeado pelas novas tecnologias digitais; Além do mais, a escola pode ser fonte de apoio aos pais e auxiliar na educação das crianças mediante a promoção de programas e políticas educativas que visem à orientação e o desenvolvimento das competências sociais infantis.

REFERÊNCIAS

AGHAEI, Sareh; NEMATBAKHSH, Mohammad Ali; FARSANI, Hadi Khosravi. Evolution of the world wide web: From WEB 1.0 TO WEB 4.0. **International Journal of Web & Semantic Technology**, v. 3, n. 1, p. 1, 2012.

AGROSINO, Michel. Coleta de dados em campo. **Etnografia e observação**, 2009.

ALMEIDA, Ana Tomás. **Recomendações para a prevenção do cyberbullying em contexto escolar: uma revisão comentada dos dados da investigação**. Educação, Ciência e Cultura, v. 19, n. 1, p. 77-91, 2014.

ALVES, Lynn. Relações entre os jogos digitais e aprendizagem: delineando percurso. **Educação, Formação & Tecnologias-ISSN 1646-933X**, v. 1, n. 2, p. [3-10], 2008.

AMARAL, Adriana. Etnografia e pesquisa em cibercultura: limites e insuficiências metodológicas. **Revista USP**, n. 86, p. 122-135, 2010.

AMARAL. Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Luciana. **Netnografia como aporte**, 2008.

APEL, Karl-Otto. **Estudos de moral moderna**. Vozes, 1994.

BARABÁSI, Albert-László. Linked: The new science of networks. 2003.

BATAGLIA, Patrícia U. Raphael; MORAIS, Alessandra de; LEPRE, Rita Melissa. A teoria de Kohlberg sobre o desenvolvimento do raciocínio moral e os instrumentos de avaliação de juízo e competência moral em uso no Brasil. **Estudos de Psicologia**, v. 15, n. 1, p. 25-32, 2010.

BAUDRILLARD, J. Simulacros e Simulação (MJC Pereira, trad.). lisboa: Ed. **Relógio d'Água.(Original publicado em 1981)**, 1991.

BAUMAN, Zygmunt; DONSKIS, Leonidas. Cegueira Moral: A sensibilidade perdida na modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BELLONI, Maria Luiza; GODOY GOMES, NILZA. Infância, mídias e aprendizagem: autodidaxia e colaboração. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 104, 2008.

BENTLEY, R. Alexander; EARLS, Mark; O'BRIEN, Michael J. **I'll have what she's having: Mapping social behavior**. MIT Press, 2011.

BIAGGIO, Angela Maria Brasil. Kohlberg e a" Comunidade Justa": promovendo o senso ético ea cidadania na escola. **Psicologia: reflexão e crítica.** Porto Alegre. Vol. 10, n. 1 (1997), p. 47-69, 1997.

_____. Ângela Maria. **Lawrence Kohlberg: ética e educação moral**. Moderna, 2006.

BISHOP, Ann P. et al. Building a university digital library: Understanding implications for academic institutions and their constituencies**. Higher Education and the NII: From vision to reality**, p. 26-29, 1995.

BLACK, D. *Crime as Social Control*. American Sociological Review. Vol. 48, No. 1, pg. 34-45, 1983.

BLOOM, Paul. **O que nos faz bons ou maus**. Editora Best Seller, 2014.

BOYD, Danah M.; ELLISON, Nicole B. Social network sites: Definition, history, and scholarship. **Journal of computer-mediated Communication**, v. 13, n. 1, p. 210-230, 2007.

BRAGA, Adriana. **Técnica etnográfica aplicada** à **comunicação on-line**: uma**discussão metodológica**. **UNIrevista**, **Vol**. **1**, **n**° **3** , **2006**

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: **Secom**, 2015. SECOM. Disponível em http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf. Acesso em: 05 de novembro de 2015.

BUCKINGHAM, David. Youth and media institute of education. **Revista Pátio, London University**, v. 11, n. 44, 2008.

CAMINO, Cleonice et al. Educação moral: Doutrinação ou debate.**Pesquisas brasileiras em Psicologia do Desenvolvimento**, p. 111-139, 1998.

CAMINO, Cleonice; CAMINO, Leoncio; MORAES, Raquel. Moralidade e socialização: estudos empíricos sobre práticas maternas de controle social e o julgamento moral. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 1, p. 41-61, 2003.

CAMPANHA, Diogenes; Família de mulher linchada em Guarujá temia boatos sobre 'bruxa'. Folha de S. Paulo On-line, 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1452689-familia-de-mulher-linchada-em-guaruja-temia-boatos-sobre-bruxa.shtml>. Acesso em: 05 de novembro de 2015.

CAMPBELL, B. e MANNING, J. Microaggressions and Moral Cultures, Comparative Sociology, Editora Brill, NY, v.13, Issue 6, p. 692-726, 2014.

CARRINGTON, Peter J.; SCOTT, John; WASSERMAN, Stanley (Ed.). **Models and methods in social network analysis**. Cambridge university press, 2005.

CASTELLS, Manuel; EM REDE, A. Sociedade. A era da informação: economia, sociedade e cultura. **São Paulo: Paz e Terra**, v. 3, 1999.

_____. Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede (Vol. 1). **Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian**, 2002.

_____. Manuel. **A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade**. Zahar, 2003.

_____. Manuel. Redes de indignação e esperançamovimentos sociais na era da internet-2013. **Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar**, 2013.

CGI – CETIC, Comitê Gestor da Internet e Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade de Informação: Pesquisa TIC KIDS ON-LINE – Brasil, 2016a. Disponível em: www.cetic/br/pesquisa/kids-on-line/indicadores. https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_KIDS_ON-LINE_2016_LivroEletronico.pdf. Acessado em: 21/08/2018

CGI – CETIC, Comitê Gestor da Internet e Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade de Informação: Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas escolas brasileiras - TIC Educação 2016b . Disponível em: www.cetic/br/pesquisa/kids-on-line/indicadores. https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_EDU_2016_LivroEletronico.pdf. Acessado em: 21/08/2018

CHOUDHURY, Nupur. World Wide Web and its journey from web 1.0 to web 4.0. **International Journal of Computer Science and Information Technologies**, v. 5, n. 6, p. 8096-8100, 2014.

COLLI, Maciel. Cibercrimes: limites e perspectivas à investigação policial de crimes cibernéticos. 2010.

COLVARA, Lauren Ferreira. **Tecnototemismo**: a subjetividade em tempos tecnológicos. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-19062013-144631/>. Acesso em: 2015-11-05

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação; CARVALHO, Rosana Areal de; ALMEIDA, João Paulo Pereira de. Relação escola e família: uma construção sócio-histórica. 2012.

CREMONESE, Dejalma. Ética e moral na Contemporaneidade. **Campos Neutrais-Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, v. 1, n. 1, p. 8-28, 2018.

CUNHA, Renata Silva; DOS SANTOS, Marco Aurélio Moura. Violência simbólica nas redes sociais: incitação à violência coletiva (linchamento). In: **Congresso Brasileiro de Direito da Sociedade da Informação**. p. 10-22.2014.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, A. da C. A família ea escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

DORNELLES, Leni Vieira. **Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber**. Editora Vozes, 2005.

DUFOUR, Dany-Robert. Os extravios do indivíduo-sujeito. **Tradução de Selvino José Assmann. Artigo on-line. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina**, 2001.

DURKHEIM, Émile. Determinação do fato moral. **DURKHEIM, Émile. Sociologia e Filosofia. Rio de Janeiro e São Paulo: Forense**, 1970.

ELLISON, Nicole B. et al. Social network sites: Definition, history, and scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 13, n. 1, p. 210-230, 2007.

ERSTAD, Ola. Electracy as empowerment: Student activities in learning environments using technology. **Young**, v. 11, n. 1, p. 11-28, 2003.

FARIA MOTA, Dálete Delalibera Correa; MATTOS PIMENTA, Cibele Andrucioli. Avaliação e mensuração de variáveis psicossociais: desafio para pesquisa e clínica de enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 28, n. 3, p. 309, 2007.

FREITAG, Barbara. **Itinerários de Antígona: a questão da moralidade**. Papirus Editora, 1992.

FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. Piaget ea consciência moral: um kantismo evolutivo?. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, n. 2, p. 303-308, 2002.

GAZZANIGA, M., Irvy, R. B., & Mangun, G. R. Cognitiveneuroscience. The biology of the mind. New York: WWNorton, 767p., 1998.

GARRIDO, Rodrigo Grazinoli; OLIVEIRA, José Luis. APLICAÇÃO DA FORENSE DIGITAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO. **Interfaces Científicas-Direito**, v. 3, n. 2, p. 21-27, 2015.

GENTILE, Douglas A.; WALSH, David A. A normative study of family media habits. **Journal of Applied Developmental Psychology**, v. 23, n. 2, p. 157-178, 2002.

GILLIGAN, Carol. *Uma Voz Diferente*. RJ: Rosa dos Tempos, 1982.

_____; WIGGINS, Grant . The Origins of Morality in Early Childhood Relationships. In Gilligan, Carol, et. al. *Mapping the Moral Domain*. Boston: Harvard Press, 1998.

GOMIDE, P.I.C. Pais presentes, pais ausentes. **Petrópolis: Editora Vozes**, 2004.

GREENE, Joshua. Tribos Morais: A tragédia da moralidade do senso comum. Record, Rio de Janeiro, 2018.

GREENE, Joshua; HAIDT, Jonathan. How (and where) does moral judgment work?. **Trends in cognitive sciences**, v. 6, n. 12, p. 517-523, 2002.

HABERMAS, Jürgen. Consciência moral e agir comunicativo. Tempo brasileiro, 2003.

HAIDT, Jonathan. **A Mente Moralista: Por que pessoas boas se separam por causa da política e da religião**. Vintage, 2012

HARAWAY, D. Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature. New York, Routledge, 1991

HASEBRINK, U.; LAMPERT, C. Content, Contract, Contact, Conduct: translating a risks and opportunities classification. IAMCR 2016 Pre-conference. Luxembourg,2016.

HINE, Christine. **Virtual ethnography**. Sage, 2000.

_____. Christine (Ed.). **Virtual methods: Issues in social research on the Internet**. Berg Publishers, 2005.

JONES, S. (ed). Doing Internet Research. Critical Issues and Methods for Examining the Net. London, Sage, 1999

JORDAN, J. B., PAUL; HOFFMAN, MOSHE; RAND, RAND. What's the Point of Moral Outrage? **The New York Times**, 2016.

KANT, Immanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes. S**ão Paulo: Companhia Editora Nacional**, 1964.

KAPLAN, Andreas M.; HAENLEIN, Michael. Users of the world, unite! The challenges and opportunities of Social Media. **Business horizons**, v. 53, n. 1, p. 59-68, 2010.

KAWASHIMA, ROSANA AKEMI. Condutas de discriminação entre crianças da educação infantil. 2007.

KEEN, Andrew. Vertigem Digital: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando. **Zahar**, 2012.

KIRKPATRICK, David. **The Facebook effect: The inside story of the company that is connecting the world**. Simon and Schuster, 2011.

KOHLBERG, Lawrence. **Psicología del desarrollo moral**. 1992.

KONNIKOVA, M. How Facebook Makes Us Unhappy. New York: The New Yorker, 2013,

KOZINETS, Robert V. The field behind the screen: Using netnography for marketing research in on-line communities. **Journal of marketing research**, v. 39, n. 1, p. 61-72, 2002.

_____. Robert V. Netnografia: realizando pesquisa etnográfica on-line. **Penso**

Editora, 2014.

KRASNOVA, H.; WENNINGER, H.; WIDJAJA, T.; BUXMANN, P. Envy on Facebook: A Hidden Threat to Users' Life Satisfaction? Internationale Tagung Wirtschaftsinformatik, 27.02. - 01.03.2013, Leipzig, Germany, 2013.

KRAUT, R.E., PATTERSON, M., LUNDMARK, V., KIESLER, S., MUKOPADHYAY, T., & SCHERLIS, W.L. Internet paradox. A social technology that reduces social involvement and psychological well-being? The American psychologist, 53 9, 1017-31.1998

KROSS E, VERDUYN P, DEMIRALP E, PARK J, LEE DS, LIN N. Facebook Use Predicts Declines in Subjective Well-Being in Young Adults. PLoS ONE 8(8): e69841. 2013

LA TAILLE, Yves de. Prefácio da edição brasileira de O Juízo Moral na Criança de Piaget. In: Piaget. (Org.). O juízo moral na criança. **São Paulo: Summus** , p. 7-22,1994.

_____. Yves. Limites: três dimensões educacionais. São Paulo: Ática, 1998.

_____. Yves de. Uma interpretação psicológica dos" limites" do domínio moral: os sentidos da restrição e da superação. **Educar em Revista**, n. 19, p. 23-37, 2002a.

_____. de. Vergonha, a ferida moral. **Petrópolis: Vozes**, p. 73-112, 2002b.

_____. Yves de. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

_____. Yves de; MENIN, Maria Suzana De Stefano. **Crise de valores ou valores em crise?**. Artmed, 2009.

LEMOS, A. Aspectos da cibercultura: vida social nas redes telemáticas. In: PRADO, J. L. A (Org.). Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

LEPRE, Rita Melissa. **Raciocínio Moral e uso abusivo de álcool por adolescentes**. Raciocínio Moral e uso abusivo de álcool por adolescentes. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102268/lepre_rm_dr_mar.ppd?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2015-11-05

LÈVY, Pierre. **A ideografia dinâmica:** rumo a uma imaginação artificial?. São Paulo: Edições Loyola, 1998

_____. Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. Pierre.**O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 2011.

LIEBERMAN, M. D. Social: Why our brains are wired to connect. New York, NY, US: Crown Publishers/Random House, 2013.

LIPINSKI, Tomas A. Emerging tort issues in the collection and dissemination of Internet-based research data. Journal of Information Ethics, p. 55, 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. O Crepúsculo do Dever, Lisboa, D. **Publicações Dom Quixote**, 1994.

_____. Gilles. **A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever ea ética indolor dos novos tempos democráticos**. Manole, 2005.

_____. Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. Editora Companhia das Letras, 2009.

LIVINGSTONE, S., & HADDON, L.. EU Kids On-line: Final report 2009. London: EU Kids On-line, 2009.

LIVINGSTONE, S., KIRWALL, L., PONTE, C., & STAKSRUD, E. . In their own words: What bothers children on-line? European Journal of Communication, 29(3), 271-288, 2014

LIVINGSTONE, Sonia; MASCHERONI, Giovanna; STAKSRUD, Elisabeth. Developing a framework for researching children's on-line risks and opportunities in Europe. 2015.

LOBO, Rafael de Almeida Ávila; COUTINHO FILHO, Max Suel Dummer. LINCHAMENTOS EM REDE: JUSTIÇAMENTO E VIOLÊNCIA-RESPOSTA NA INTERNET. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 5, n. 7, p. 190-216, 2017.

LOURENÇO, Orlando M. From cost-perception to gain-construction: Toward a Piagetian explanation of the development of altruism in children.**International Journal of Behavioral Development**, v. 13, n. 1, p. 119-132, 1990.

MACEDO, Lino. **Cinco estudos de educação moral**. Casa do Psicólogo, 1996.

MACHADO, Joicemengue Ribeiro; TIJIBOY, Ana Vilma. Redes Sociais Virtuais: um espaço para efetivação da aprendizagem cooperativa. **RENOTE**, v. 3, n. 1, 2005.

MARTELETO, Regina Maria. Informação, rede e redes sociais: fundamentos e transversalidades. **Informação & Informação**, v. 12, n. 1esp, p. 46-62, 2007.

MARTÍNEZ, José María Avilés. Éxito escolar y ciberbullying. **Boletín de psicología**, n. 98, p. 73-85, 2010

_____. José María Avilés. Análisis psicosocial del ciberbullying: claves para una educación moral. **Papeles del psicólogo**, v. 34, n. 1, p. 65-73, 2013a.

_____. José María Avilés. A PSYCHOSOCIAL ANALYSIS OF CYBERBULLYING:

KEYS TO A MORAL EDUCATION. **Papeles del Psicólogo**, v. 34, n. 1, p. 65-73, 2013b.

_____. José María Avilés. Programa educativo PRIRES: Programa de Prevención de Riesgos en las Redes Sociales. **Revista de Investigación en Psicología**, v. 17, n. 2, p. 13-23, 2015.

MELRO, Ana; SILVA, Bruno; JOSÉ, Rui. Media sharing in situated displays: Service design lessons from existing practices with paper leaflets. In: **International Conference on Exploring Services Science**. Springer, Berlin, Heidelberg, 2013.

MENIN. Maria Suzana de Stefano. Desenvolvimento moral. **Cinco estudos de educação moral. São Paulo: Casa do Psicólogo**, p. 37-104, 1996.

_____. Maria Suzana de Stefano. Desenvolvimento Moral: Refletindo com pais e professores. In: Cinco Estudos de Educação Moral. **Coleção Psicologia e Educação**. 2a ed. Casa do Psicólogo. São Paulo,1999.

MILES, Matthew B. et al. **Qualitative data analysis: An expanded sourcebook**. sage, 1994.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. The Internet: an ethnographic approach. 2001.

NARVAEZ, Darcia; BOCK, Tonia. Moral schemas and tacit judgement or how the Defining Issues Test is supported by cognitive science. **Journal of Moral Education**, v. 31, n. 3, p. 297-314, 2002.

NEJM, R. Minha privacidade, nossas regras: Estratégias sociais de manejo da privacidade entre adolescentes. In CGI.br, Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids On-line Brasil 2015. São Paulo: CGI.br, 2016.

OLIVEIRA, Alana Paula; MENIN, Maria Suzana. Relação entre escola, família e educação moral: um levantamento bibliográfico. **IX SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL**, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Perspectivas da População Mundial: Revisão de 2017.

PAIVA, Natália Moraes Nolêto; COSTA, J. S. A influência da tecnologia na infância: Desenvolvimento ou ameaça?. 2015.

PAIVA, Ana Lorena Nascimento; BISPO, Ronaldo. **Emojis, as emoções representadas graficamente no ciberespaço.** In: Intercom-XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. 2017.

PALFREY, John; GASSER, Urs. **Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração de nativos digitais**. Penso Editora, 2011.

PARRAT-DAYAN, Silvia. Piaget na Ecole Libératrice: a dialética do outro e do

mesmo2. **Revue Archives de Psychologie**, v. 62, p. 171-192, 1994.

PEREIRA, Maria da Graça Caridade Barbosa; SILVA, Bento Duarte da. A tecnologia sob o olhar de jovens e famílias: usos, valores, competências e o factor divisão digital. 2009.

PESSOA, Teresa; AMADO, João. Cyberbulling-Questões e desafíos atuais. **EDMETIC**, v. 3, n. 2, p. 29-51, 2014.

PIAGET, Jean. O juízo moral na criança (1932). **São Paulo: Summus**, 1994.

PINHEIRO, Luzia; NEVES, José Pinheiro; MARTINS, Moisés de Lemos. Ter como palco de fundo as redes sociais. Desafios metodológicos: como o observado muda o observador. **Sobre comunicação e cultura: I Jornadas de Doutorandos em Ciências da Comunicação e Estudos Culturais**, p. 147-155, 2012.

PINKER, Steven. **Os anjos bons da nossa natureza: por que a violência diminuiu**. Editora Companhia das Letras, 2013.

PORTUGAL, Sílvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. 2006.

POSTIGO, Vanuza Monteiro Campos. “O irmão zela por ti”:redes sociais, vigilância e processos de subjetivação. **Mídias Sociais, Saberes e Representações,** Simpósio em tecnologias digitais e sociabilidade, Salvador, 2011.

PRADO, J. L. A (Org.). Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas. São Paulo: **Hacker Editores**, 2013.

PRENSKY, Marc. Digital natives, digital immigrants part 1. **On the horizon**, v. 9, n. 5, p. 1-6, 2001.

PRINZ, Jesse et al. **The emotional construction of morals**. Oxford University Press, 2007.

RAVELLA, Gerald Jaya Raj. O Pensamento moral em Jovens: O juízo Moral em Lawrence Kohlberg. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE DE COIMBRA. 2010.

REIMER, J. De la discussion moral al gobierno democrático. In KOHLBERG, L; POWER, F. C; 2008.

REST. James et al. A neo-Kohlbergian approach: The DIT and schema theory. **Educational Psychology Review**, v. 11, n. 4, p. 291-324, 1999.

RICOEUR, Paul. Ética y moral. **Doce textos fundamentales de la Ética del siglo XX,** p. 241-255, 1990.

ROCHA, Telma Brito. ***Scr@ps* de ódio no *Orkut*: *cyberbullying,*** contextos e ressonâncias da violência virtual que atinge o professor. 2010. 200 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2010.

RONSON, J. Humilhado: como a era da internet mudou o julgamento público. **Rio de Janeiro: Bestseller**, 2015.

ROTHSCHILD, Zachary K.; KEEFER, Lucas A. A cleansing fire: Moral outrage alleviates guilt and buffers threats to one's moral identity. **Motivation and Emotion**, v. 41, n. 2, p. 209-229, 2017.

RÜDIGER, Francisco. As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Sulina, 2013.

SANTAELLA, Lúcia. Semiótica aplicada. São Paulo: Thomson, 2002

SANTANA, Vagner Figuerêdo et al. Redes sociais on-line: desafios e possibilidades para o contexto brasileiro. **Semish**, 2009.

SANTOS, M. Scarobotto; MATOS, Elm. Imigrantes e Nativos Digitais: um Dilema ou Desafio na Educação. In: **X Congresso Nacional de Educação–EDUCERE. I Seminário Internacional de Representações sociais, subjetividade e Educação. Curitiba**. 2011.

SHIMIZU. Alessandra de Morais. *Representações sociais e julgamentos morais de jovens: Um estudo intercultural comparando duas abordagens teórico-metodológicas*. Tese de Doutorado não-publicada, Curso de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista. Marília, SP, 2002.

SIGALÉS, Carles et al. La integración de Internet en la educación escolar española: situación actual y perspectivas de futuro. Barcelona (Spain): **Fundación Telefónica**, 2008.

SILVA, Paulo Quintiliano. Crimes cibernéticos e seus efeitos multinacionais. **Revista Perícia Federal, Brasil**, 2004.

SOCIAL, W. A. (2018). Digital in 2018: Global overview. January. Retirado de: https://digitalreport.wearesocial.com/ Acessado em: 20 de Agosto de 2018.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP). Manual de Orientação Saúde de Crianças e Adolescentes na Era Digital, (2016). Acessado em 20/08/ 2018. Disponível em: http://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2016/11/19166d-MOrient-Saude-Crian-e-Adolesc.pdf

SPAEMANN, Robert. Notions fondamentales de morale. Paris: Flammarion, 1994

TEE, Kimberly; BRUSH, AJ Bernheim; INKPEN, Kori M. Exploring communication and sharing between extended families. **International Journal of Human-Computer Studies**, v. 67, n. 2, p. 128-138, 2009.

TEIXEIRA, M. M.(Da educação a distância às plataformas de aprendizagem: sistemas alternativos de educação mediada. Munique: **Grin Verlag**, 2013.

TERRA SITE (2013) https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/internet/facebook-tem-mais-de-350-milhoes-de-fotos-postadas-por-dia,d907f4ca57c21410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino ; VINHA Telma Pileggi. Valores em crise: o que nos causa indignação? In: LA TAILLE, Y.; MENIN, M.S.S.: Crise de Valores ou Valores em crise? Porto Alegre: Artmed 2009.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino; BOZZA, Thais Cristina Leite. CYBERBULLYING: UM ESTUDO SOBRE A INCIDÊNCIA DO DESRESPEITO NO CIBERESPAÇO E SUAS RELAÇÕES COM AS REPRESENTAÇÕES QUE ADOLESCENTES TEM DE SI. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 23, n. 24, p. 162-178, 2012.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino; ROSÁRIO, Pedro. Bullying: dimensões psicológicas no desenvolvimento moral. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 24, n. 56, p. 106-137, 2013.

TUGENDHAT, E. Lições sobre ética. Petrópolis: Vozes. 1999.

TURKLE, S. A vida no ecrã. A identidade na era da Internet. Lisboa: Relógio D'Água, 1997.

_____. Alone Together: Why We Expect More From Technology and Less From Each Other. New York, Basic Books, 2011.

VALENZUELA, M.A; PARK, N.; KERK, M.A; KEE, F. Being Immersed in Social Networking Environment: Facebook Groups, Uses and Gratifications, and Social Outcomes. cyberpsychology & behavior Volume 12, Number 6, 2009.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. **Social network analysis: Methods and applications**. Cambridge university press, 1994.

WATTS, Richard J. **Politeness**. Cambridge University Press, 2003.

WESTENBERG, Wilma. The influence of youtubers on teenagers. **Ensenada: University of**, 2016.

ZINGANO, Marco. As virtudes morais. **São Paulo: WMF Martins Fontes**, 2013.

ANEXO

F

UNESP - FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CAMPUS DE ASSIS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ASPECTOS MORAIS PRESENTES EM SITES DE REDES SOCIAIS ONLINE: COMO SE EXPRESSAM MORALMENTE OS USUÁRIOS?

Pesquisador: Aline Kadooka

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 83005118.1.0000.5401

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/ Campus de Assis

Patrocinador Principal: UNESP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.547.139

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa de Doutorado que apresenta como questão central o tratamento dispensado às questões morais – especialmente a justiça, o respeito às regras, o roubo, a mentira, cooperação e altruísmo – nas chamadas "sociedade em rede" da Internet. A pesquisadora expõe os argumentos que justificam a pesquisa explicando que a massificação do uso da Internet tem acarretado importantes mudanças na subjetividade dos indivíduos e em suas relações sociais. As Redes Sociais têm se mostrado um ambiente de difícil controle que possibilita e facilita, ao usuário, o acesso a todo tipo de conteúdo, uma vez que, encobertos pela sensação de proteção advinda do ambiente virtual, sentem-se mais à vontade para expressar suas opiniões e sentimentos ou executar ações, por vezes despercebidas, que acabam por intensificar o assédio nas redes. Argumenta que os resultados obtidos poderão colocar em pauta a discussão sobre a questão moral e ética no âmbito virtual, além de requerer ações que visem o fortalecimento e maior conhecimento das subjetividades dos sujeitos e das relações sociais.

Objetivo da Pesquisa:

O principal objetivo da pesquisa é verificar e analisar como as questões morais, tais como a justiça, o respeito à regra, roubo, mentira, cooperação e altruísmo, são expressas nas publicações dos usuários das redes sociais online.

Endereço: Av. Dom Antônio, 2100
Bairro: Vila Tênis Clube **CEP:** 19.806-900
UF: SP **Município:** ASSIS
Telefone: (18)3302-5607 **Fax:** (18)3302-5804 **E-mail:** cep@assis.unesp.br

Os objetivos específicos são três: 1) Identificar em quais tipos de publicações (comentários, fotos, vídeos, etc) e em quais contextos esses conteúdos morais são mais prevalentes; 2)Verificar a existência de conteúdos morais não nocivos nas publicações dos usuários (cooperação,amizade, altruísmo, etc.) e 3)Verificar a existência de conteúdos morais nocivos nas publicações dos usuários, tais como injustiças, mentiras, roubos, violências, e outros.

A pesquisadora assinala que, para alcançar os objetivos, adotará o procedimento de imersão nos sites de redes sociais (Facebook, Twitter, Snapchat, etc) para a confecção do Diário de Campo. A ideia central dessa etapa é utilizar as ferramentas disponíveis nos principais sites de redes sociais (pesquisa, comunidades, comentários, compartilhamentos, vídeos, fotos, capturas de tela), para coletar os dados que construirão o Diário de Campo, ou seja, conteúdos que versem sobre a moral, tais como: a justiça ou injustiça, respeito ou não às regras, roubo, mentira, cooperação, altruísmo, amizade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Quanto aos riscos, a pesquisadora refere que a pesquisa apresenta risco mínimo por se tratar de um estudo em que não se realiza nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos participantes. Os usuários não serão identificados e, em caso de publicação da tese, ou artigo científico, os nomes e/ou pseudônimos online ou quaisquer outras informações de identificação não serão expostos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente estudo está embasado, fundamentalmente, nas teorias cognitivo-construtivistas de Jean Piaget e de Lawrence Kohlberg. A pesquisa propõe, como campo para a produção dos dados, os denominados Sites de Redes Sociais Online (SRS), que são sistemas que permitem a interação de pessoas, a formação de grupos e diversas formas de compartilhamento de informações (DE SANTANA ET AL, 2009). A pesquisa parte da hipótese de que os indivíduos influenciados pelo sentimento de anonimato nos sites de redes sociais expressam a sua moralidade de maneira diferente da usualmente encontrada nas relações presenciais.

De acordo com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, através da Pesquisa Brasileira de Mídia (2015), cerca de 48% dos brasileiros utilizam a internet regularmente. Ainda de acordo com a mesma pesquisa (2015), entre os internautas brasileiros, 92% estão conectados por meio de sites de redes sociais (SRSs), sendo as mais utilizadas o Facebook (83%), o Whatsapp (58%), Youtube (17%) e Twitter (5%).

No que tange ao público selecionado para o estudo, a pesquisadora deverá considerar pessoas de

ambos os sexos, que possuam 18 anos ou mais e sejam usuários de algum tipo de site de relacionamento social. A idade escolhida tem como justificativa o critério de idade mínima adotada pelos principais sites de redes sociais (Facebook, Twitter, Snapchat, Instagram, etc) e por ter sido constatado que os jovens nessa faixa etária são os usuários mais intensos das novas mídias (Programa de Mídia Brasileira, 2015).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora solicitou a dispensa da apresentação do TCLE, justificando que se trata de uma pequisa arquival observacional. Utiliza autores, como Kozinets (2014), para afirmar a netnografia como um método que diverge, significativamente, dos métodos tradicionais face-a-face, pois as informações não são dadas de forma específica, em confiança, ao pesquisador.

Sendo assim, a observação e análise dos conteúdos publicados na rede, que serão posteriormente arquivados para a confecção do Diário de Campo, não se caracterizam, oficialmente, como pesquisa social com seres humanos.

"...o uso de conversas espontâneas na pesquisa, se reunidas em um local publicamente acessível, não constitui pesquisa com seres humanos de acordo com a definição do Code of Federal Regulations. Se a pesquisa envolve coletar e analisar documentos e registros existentes que estejam publicamente disponíveis, ela se qualifica para a dispensa de seres humanos. (KOZINETS, p.133, 2014)."

Apresenta, também, a Declaração de Infraestrutura necessária a efetivação da pesquisa, devidamente assinada pela Direção da Faculdade de Ciências e Letras – FCL – UNESP/Assis.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Nenhuma.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Regimento Interno do CEP prevê que o pesquisador apresente relatórios, de acordo com as datas estabelecidas pelo CEP. O não encaminhamento dos relatórios implicará no impedimento temporário da apresentação de novos protocolos, até que este regularize a situação pendente. Os RELATÓRIOS deverão ser postados na Plataforma como NOTIFICAÇÃO em formulário estabelecido pelo CEP (http://www.assis.unesp.br/#!/comite-de-etica/humanos/formularios/) em

UNESP - FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CAMPUS DE ASSIS

Continuação do Parecer: 2.547.139

NOVEMBRO/2018 e AGOSTO/2019. No relatório Final deverá se informado como foi realizada a devolutiva aos participantes da pesquisa. ATENÇÃO: QUALQUER ALTERAÇÃO NO PROJETO DEVE SER INFORMADA AO CEP COMO EMENDA AO PROJETO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1064085.pdf	24/01/2018 17:44:54		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	DispensadeTCLE.pdf	24/01/2018 17:43:36	Aline Kadooka	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetodepesquisa.pdf	24/01/2018 17:43:19	Aline Kadooka	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	infraestruturaKADOOKA.pdf	24/01/2018 17:40:22	Aline Kadooka	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto18012018.pdf	24/01/2018 17:37:47	Aline Kadooka	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

ASSIS, 16 de Março de 2018

Assinado por:
CLAUDIO EDWARD DOS REIS
(Coordenador)

Endereço: Av. Dom Antônio, 2100
Bairro: Vila Tênis Clube **CEP:** 19.806-900
UF: SP **Município:** ASSIS
Telefone: (18)3302-5607 **Fax:** (18)3302-5804 **E-mail:** cep@assis.unesp.br